

Lei Municipal nº 454, de 9 de outubro de 1964

"Dispõe sobre complementação de verbas"

Heládio Pereira, Prefeito Municipal de  
General Salgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica o senhor Prefeito Municipal, autorizado a suplementar as verbas do orçamento vigente, no montante de Cr\$ 7.670.000,00 (sete milhões seiscentos e setenta mil reais), como segue:

Verbas -	Titulos	Importância
8020	Subsidio e Representação	
	III - Viagens do Prefeito	Cr\$ 500.000,00
8070	Serviços Técnicos Especializados	
	III - Salário Família	12.000,00
8092	Material Permanente - serv. diversos	
	Aquisição de máquinas e etc.	1.000.000,00
8093	Material de consumo	
	Aquisição de impressos etc.	400.000,00
8094	Despesas Diversas	
	Viagens de Funcionários	200.000,00
8130	Exercícios e Fiscalização Financeira	
	IV - Salário Família Tesoureiro	12.000,00
8131	Exercícios e Fiscalização Financeira	
	Salário Família do Promotor Juríd	10.000,00
8811	Pessoal Permanente - cons. vias públicas	
	Diaristas	900.000,00
8813	Material de consumo - cons. vias públicas	
	Aquisição de gasolina etc.	500.000,00
8893	Material de consumo - cons. de Rodovias	
	Aquisição de gasolina, madeira etc.	2.000.000,00
8893	Material de consumo - cons. de Rodovias	

Liquidação de peças e mal de obra	2.000.000,50
8904 - Despesas Diversas - Encargos Diversos	
Il. Proventos de Reginaldo Ribeiro da Silva	136.000,50
Total cr\$	7.670.000,00

Artigo 2º - O recurso hábil para cobrir as despesas com o artigo anterior, será coberto com o saldo do excesso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Saldade, 9 de outubro de 1964

*Presidente Municipal*

*Secretário*

Lei Municipal nº 455- de 2 de Outubro de 1964.

Dispõe sobre abertura de crédito especial para atender despesas de fúteis e carretos de material escolar.

Artigo 1º - Fica aberta na Contadoria Municipal, um crédito especial no valor de Cr\$ 500000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para atender as despesas com o pagamento de fúteis e carretos de material escolar.

Artigo 2º - O recurso, habido para cobrir as despesas autorizadas no artigo anterior, será obtido como anulação da verba - 8-3-3-1- pessoal Variável Ensino Secundário, da importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) não utilizados.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a disposição ao contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado.  
em 2 de Outubro de 1964.

Silvio Pereira  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em data  
Supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 466 - de 9 de outubro de 1964 -

Dispõe sobre autorização, para o Chefe da execução municipal, adquirir, por escritura pública, um terreno para construção do Ginásio Estadual.

Silvio Pereira prefeito municipal de  
General Salgado, Estado de São Paulo,  
etc.

Artigo 1º - fica o senhor prefeito municipal, autorizado a adquirir por escritura pública um terreno medindo 100 x 100 mts. ou sejam 10.000 metros 2, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) destinada para a cobertura da despesas autorizada no artigo anterior.

Artigo 3º - fica ordenado que este crédito será coberto com o saldo da reserva de amoldação a ser fixar no presente exercício.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado em 9 de Outubro de 1964.

Silvio Pereira  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria em data Supra

Fernando Lopes Lima  
Secretaria



Lei Municipal 457/65

de 27 de Janeiro 1965:

Dispõe sobre concessão de abono aos servidores Municipais

Ilacio Pereira Prefeito Municipal de General Salgado, Est do S Paulo, etc

Artigo 1º Fica o senhor Chefe do executivo, autorizado a conceder um abono aos Servidores Municipais, inclusive inativos e pensionistas

Artigo 2º O abono que trata o artigo 1º sera de 20000 (Vinte mil Cruzeiros) mensais e devera vigorar a partir do mes de outubro do até o mes de dezembro do corrente exercicio

Unico - O abono que alcança a casa do 6000 (Sessenta mil Cruzeiros) em seu todo para cada beneficiado, sera pago por esta Prefeitura Municipal, na ultima semana do mes de dezembro - no em curso

Artigo 3º fica aberta a Contadoria Municipal um crédito especial de 2.400.000 (Dois milhões e quatrocentos mil cruzeiro) para cobrir as despesas oriundas do presente projeto

Artigo 4º As despesas a que trata a presente lei. Serão cobertas como saldo do excesso de arrecadação a verificar-se no presente exercicio.

Artigo 5º esta lei entrara em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrario  
General Salgado aos 27 Janeiro de 1965  
Ilacio Pereira Prefeito Municipal  
Publicado e registrado na Secretaria em data

Supra.

Fernando Lopes Vieira

Secretario

lei municipal nº 458/65

27 de Janeiro de 1965

1

Dispõe sobre denominação de logradouros Públicos

Ilacio Pereira Prefeito

Municipal de General

Salgado, Est. de São Paulo

etc.

Artigo 1º ficam modificadas as denominações de logradouro Público da Cidade

1º Rua nova — Passa a denominar-se Rua Vicente Rodrigues Mendonça Ex Vereador Municipal e ex Presidente da Câmara Municipal cidadão Prestante e essencialmente Municipalista amigo do progresso e das causas Públicas

2º Rua São Paulo Passa a denominar-se Rua Euláudio Castilho alias Teodoro de — antigo morador de General Salgado, um dos seus fundadores

3º Rua MGerais Passa se a denominar Rua Nadyr Garcia Ex prefeta Municipal e homem do Povo

4º Rua Bahia = Passa a denominar-se Rua Dr. Bruno Martins da Cruz Neto ex prefeta Municipal dinamico conseguiu a comarca a instalação da Comarca de

5º Rua de Jauú Passa a denominar-se Rua

leônico da Cunha Viana, antigo moçador, e ex vereador.

6º Praça ou jardim da Vila Maria  
Passa a denominar-se Praça Presidente Kennedy ex Presidente dos Estados Unidos da América do Norte assassinado quando des envolvia uma campanha contra a segregação racial, campeã da democracia.

7º Rua Pararela com a rua Rio de Janeiro passa a denominar-se Rua S. Paula.

8º Rua sem denominação Rua paralela com a Rua da Rua Nova passa a denominar-se Rua Bahia.

9º Rua Baradua Passa a denominar-se Rua Minas Gerais a sua paravala com a rua Prefeito Plínio.

10º A rua Baradua Paravala com a avenida 7 de Setembro passa a denominar-se Rua Rio de Janeiro.

Artigo 2º esta limitara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado  
27 de Janeiro de 1965

Ilacio Pereira.

Prefeito

Publicado e registrado na Secretaria em data  
Supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 459/65 de 27 de Janeiro 1965:

Dispõe sobre o pagamento do aluguel do Prédio  
da Colônia Federal.

Ilacio Pereira Prefeito Municipal  
de General Salgado  
Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica o senhor Prefeito Municipal -  
autorizado a efetuar o pagamento do aluguel, onde -  
funciona a Colônia Federal de General Salgado, -  
na base de ~~de~~ 15000 ( quinze mil cruzeiros) mens-  
sais.

Artigo 2º - Fica aberto na Contadoria Municipal  
um crédito especial de ~~cr\$~~ 30000 ( Trinta mil cruzei-  
ros) para cobertura das despesas autorizadas no arti-  
go anterior no presente exercício.

Artigo 3º - O presente crédito será coberto com  
o saldo de laurentia/ alias do exercício presente  
( Saldo do exerceo de arrecadação )

Unico devera ser efetuado no ato um contra-  
to de locação

Artigo 5º - esta lei entrara em vigor na  
data de sua publicação; Revogada as disposições  
em contrario

Prefeitura Municipal de General Salga-  
do 27 de Janeiro de 1965.

Ilacio Pereira

Prefeito Municipal.

Publicada e registrada na Secretaria de Lei da Supra

Fernando Lopes Vieira.

Secretario

Lei Municipal nº 460-65 de 27 de Janeiro 1965:

Dispõe sobre suplementação de verba

Ilacio Pereira, Prefeito

Municipal de General

Salgado Est. S Paulo, etc

Artigo 1º - Fica o senhor Prefeito Municipal, autorizado a suplementar as verbas do orçamento vigente, no montante de Cr\$ 9.867.000, (nove milhões oitocentos e sessenta e sete mil cruzeiros), como segue.

Verba	Título	Importância
-------	--------	-------------

8891 -	Pessoal variavel. con de rodovias	Cr\$ 4.500.000
--------	-----------------------------------	----------------

IX Diaristas

8893	Materiai de consumo con de rodovias	\$ 1.000.000
------	-------------------------------------	--------------

aquisições de madeiras, gasolina etc

8884	Despesas diversas-Iluminação Publica-	Cr\$ 500.000
------	---------------------------------------	--------------

II aquisição de lâmpadas

8094	Despesas diversas - Prefeitura	Cr\$ 5.000
------	--------------------------------	------------

IV Café aos funcionários

8811-	Pessoal variavel - Jaram Publico	
-------	----------------------------------	--

II	Salario de familia	Cr\$ 12.000
----	--------------------	-------------

8834 -	Despesas diversas, ensino Primario	
--------	------------------------------------	--

II	Merenda, escola	Cr\$ 100.000
----	-----------------	--------------

8134	Despesas diversas executivo fiscais	
------	-------------------------------------	--

	custas e comissões	Cr\$ 200.000
--	--------------------	--------------

8.294	Despesas diversas assistencia social	
-------	--------------------------------------	--

II	auxilio ao Sant. Benedita e Aracat	500.000
----	------------------------------------	---------

lei Municipal, nº 442 Rede elétrica

cobertura, conclusão de serviço

da rede elétricas S Jão de Itacema,

e Prudencia de Moraes 3000.000

Total a ser Suplementado Cr\$ 9.867.000

Artigo 2º O recurso habil. para ocorrer a Suple-  
mentação, autorizadas no artigo anterior, sera  
coberta com o saldo do exessa de arrecada-  
ção averiguar-se no presente exercicio

Artigo 3º esta lei entrara em vigor na data  
de sua publicação, Revogadas as disposições  
em contrario

Prefeitura Municipal de General Salgado  
27 de Janeiro de 1965

Ilacio Pereira

Prefeito Municipal

Publicação e registrado na Secretaria em  
data Supra

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

~ \* ~ Térmo de Retificação sobre numeração de Leis municipais ~ \* ~ ~

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 1965 (mil novecentos e sessenta e cinco) revendo o presente livro de transcrição de Leis Municipais sancionadas pelo Executivo, e constatando lapso na transcrição das mesmas, no que se refere à sua numeração e data de vigência, eu, Filício Pereira, Prefeito Municipal, faço o presente Térmo de Retificação, como segue: —

- 1) A Lei nº 460/65 passa a Lei nº 457/64. —
- 2) A Lei nº 457/65 passa a Lei nº 458/65. —
- 3) A Lei nº 458/65 passa a Lei nº 459/65. —
- 4) A Lei nº 459/65 passa a Lei nº 460/65. —

cujas vigências passam a ser as seguintes, por terem sido promulgadas nas respectivas datas pelos Prefeitos Municipais. ~ \* ~

- 1) Lei nº 457/64 - a partir de 30.12.1964. —
- 2) Lei nº 458/65 - a partir de 27.1.1965. —
- 3) Lei nº 459/65 - a partir de 27.1.1965. —
- 4) Lei nº 460/65 - a partir de 27.1.1965. —

Para constar la vei o presente térmo, que anexo, juntamente com o Secretário da Prefeitura Municipal, que providenciara a retificação nos arquivos e na publicação. ~

General Salgado, 12 de fevereiro de 1965

Flávio Vinícius - Prefeito  
José F. F. - secretário



Lei municipal N.º 461/65 - 27 de Janeiro de 1965

"Orça a receita e fixa a despesa do  
município de General Salgado, o Exercício de 1965"

Lilacio Pereira, Prefeito Municipal de  
General Salgado, Estado de São Paulo, etc. Faz saber  
que a Câmara Municipal decretou e em  
promulga a seguinte lei:

### Capítulo I

#### Da receita Geral.

Art. 1.º - A receita Geral do Município de General Salgado, para  
o exercício de 1965, é orçada em Cr\$128.710.000 (cento e vinte e oito  
milhões setecentos e dois mil cruzeiros), e, será arrecadada de  
acôrdo com a legislação em vigor, obedecendo a seguinte classificação

Código	Especificação da Receita	PARCELAS		Total
	Parç. 1.ª Receitas CORRENTES	CR\$	CR\$	
1.1.1.2	A Receita Tributária			
	a) Impostos:			
1.1.1.21	Imposto Territorial Rural			
	da Sede - do distrito de São João	Sede 17.000.000		
	de Itacuna - do distrito de Nova	S. J. Itacuna 4.000.000		
	Castilho.	4.000.000		
1.1.1.21	Imposto Territorial Urbano			
	da Sede. Do distrito de	800.000		
	São João de Itacuna - do distrito	70.000		
	de Nova Castilho	50.000		
1.1.1.22	Imposto s/ Transmissões imobiliárias	7.000.000		
	da Sede			
1.1.1.23	Imposto predial Urbano			
	da Sede - Do distrito de	3.000.000		
	São João de Itacuna - do distrito	200.000		
	de Nova Castilho	200.000		

Código		parcelas		TOTAL
		CR\$	CR\$	
1.1.1.24	Imposto de licença da Sede - do distrito de São João de Itacuna " " " Nova Castilho	1.000.000 60.000 60.000		
1.1.1.25	Imposto s/ Indústria e profissões da Sede do distrito de São João de Itacuna " " " Nova Castilho	8.000.000 800.000 1.000.000		
1.1.1.26	Imposto s/ jogos e diversões públicas da Sede Do distrito de São João de Itacuna " " " Nova Castilho total do imposto - b) Taxas:	80.000 5.000 5.000	47.330.000	
1.1.2.12	Taxa de Expediente e enrolamento da Sede Do distrito de São João de Itacuna " " " Nova Castilho	400.000 200.000 200.000		
1.1.2.14	Taxa de Segurança Pública	900.000		
1.1.2.15	" " Vigilância " " Serviço de Trânsito I. " " licenciamento de veículos " " emplacamento	1.000.000 100.000		
1.1.2.16	Taxa de Assistência Social da Sede Do distrito de São João de Itacuna " " " Nova Castilho	4.000.000 500.000 450.000		
1.1.2.17	Taxas Rodoviárias Taxa de conservação de estradas de rodagem da Sede Do distrito de São João de Itacuna " " " Nova Castilho	8.000.000 1.500.000 2.500.000		

Código		parcelas		
		CR\$	CR\$	total
1.1.2.19	Taxa de limpeza publica			
	I- Taxa de renovação de lizo Domiciliar	600.000		
	II- Taxa de irrigação	900.000		
	III- Taxa de limpeza de terrenos baldios	10.000		
1.1.2.20	Taxa de Saneamento			
	" " extinção de formigueiros	10.000		
1.1.2.21	" " Eficiência de pesos e medidas			
	da Sede	35.000		
	Do distrito de São João de Itacuna	10.000		
	" " " Nova Castilho	10.000		
1.1.2.22	Taxas de Viacão			
	I- Taxas de Colocação de Guias e Sargetas	4.000.000		
	II- " " Conservação de Guias e Sargetas	100.000		
1.1.2.27	Taxas de serviços diversos			
	I- " " apreensões de animais	3000		
	II " " matrícula de cães	1.000		
	III " " Enclumamentos & edificações	1000		
	Total das Taxas		30.030.000	
1.1.3.00	Contribuição de melhoria			
	da Sede		100.000	
1.2.0.00	Receita Patrimonial			
1.2.1.00	Receitas Imobiliarias			
1.2.1.00	Renda de mātanga			
1.2.1.00	Recita do matadouro	100.000		
1.2.1.00	Recita do cemiterio			
	da Sede	150.000		
	Do distrito de São João de Itacuna	10.000		
	" " " Nova Castilho	30.000		
1.2.3.00	Participações de dividendo			
	dividendo e ações	160.000	450.000	

código	Especificação da receita	parcelas		total
		C1B	C1B	
1.3.0.00	Receita Industrial		77.910.00	
1.3.1.00	Receita do serviço de abast. de água			
	1- Taxa de consumo de água	2.000.000		
	2- " " ligação domiciliares	600.000	2.600.000	
1.4-0.00	Transferências Correntes			
1/4/160	Cota parte do imposto de renda da Sede	4.000.000		
1.4-2.00	Cota parte do imposto de consumo da Sede	2.000.000		
1.4-3.00	Cota parte do impostos estaduais da Sede	2.050.000		
1.4-5.00	Cota parte do imposto S/Comb. e lubrificantes da Sede	3.000.000		
1.4-7.00	Cota parte do imposto S/Energia Elétrica da Sede	200.000	11.950.000	
1.5-0.00	Receitas diversas			
1.5-1.00	Multas da Sede	1.000.000		
	Do distrito de São João de Travenca	100.000		
	" " " Nova Castilho	100.000		
1.5-3.00	cobrança da dívida ativa da sede	12.000.000		
			13.230.000	
1.5-4.00	Outras receitas diversas Eventuais	30.000		
2.0.0.00	Receitas de Capital			
2.1-0.00	Operações de crédito da Sede	22.600.000		
2.2-0.00	Alienação de bens móveis e Imóveis da Sede	100.000		

Código		Parcelas		Total
		cr\$	cr\$	
2.4.0.00	Transferencia de Capital			
2.4.4.00	Auxílios diversos			
	da Sede	1.000.000		
2.5.0.00	Outros recursos de capital			
2.5.0.00	Juros Bancários			
	da Sede	20.000	25.720.000	128.710.00
	Total Geral da receita		128.710.000	128.710.00
	Prefeitura Municipal de General Saldado, 27/1/1965			
	Lilacio Pereira			
	= Pref. Municipal =			
	Publicado e registrado na Secretaria em data Supra.			
	Leomundo Lopes Vieira			
	- Secretário -			

## Capítulo II

Art. 2º - A despesa Geral do município de General Salgado

para o exercício de 1965 é fixada em Cr\$ 128.581.800

(cento e vinte e oito milhões quinhentos e oitenta e um mil e oitocentos cruzados), e, será realizada obedecendo a seguinte

Classificação:

Código	Especificação da receita	Parcelas		Total
		Cr\$	Cr\$	
	§ 1º			
	administração municipal			
	Poder legislativo			
3.000.01	Despesas correntes			
3.1.1.1.01	pessoal civil	106.800		
3.1.2.0.01	Material de Consumo	10.000		
3.1.3.0.01	Encargos diversos	650.000	766.800	
	Poder Executivo			
3.0-0-0.03	Despesas correntes			
3.1-1-1.03	pessoal civil	840.000		
3.1-3-0.03	Encargos diversos	600.000	1.440.000	
	Prefeitura - Contadoria			
3.0-0-0.07	Despesas correntes			
3.1-1-1.07	pessoal civil	777.400		
3.2.5.0.07	Salário família	36.000	813.400	
	Serviços Diversos			
3.000.09	Despesas correntes			
3.1.1.0.09	pessoal civil	2.936.400		
3.2.5.0.9	Salário família	200.000		
3.1.2.0.09	Material de Consumo	500.000		
3.1.3.0.09	Encargos diversos	660.000		
3.1.5.0.09	Despesas de exercícios anteriores	200.000		

Código	Especificação da receita	Parcelas		Total
		CR\$	CR\$	
4.0.0.0.9	Despesa de Capital	1.000.000	5.496.400	
4.1.4.0.9	Material permanente			
	Resauraria			
3.0.0.0.9	Despesas Correntes			
3.1.1.1.9	Pessoal civil	711.600		
3.2.5.0.9	Salário família	48.000	759.600	
	Parag. 2º Serviços públicos Municipais			
	Cemiterios			
3.0.0.0.98	Despesas Correntes			
3.1.1.1.98	Pessoal civil	1.571.700		
3.2.5.0.98	Salário de família	48.000		
3.1.2.0.98	Material de Consumo	100.000		
4.0.0.0.98	Despesas de Capital			
4.1.1.2.98	Início de Obras	1.000.000	2.719.700	
	Limpeza Pública			
3.0.0.0.93	Despesas correntes			
3.1.1.1.93	Pessoal civil	1.172.600		
3.2.5.0.93	Salário de família	72.000		
4.0.0.0.93	Despesas de Capital			
4.1.4.0.93	Material permanente	300.000		
3.0.0.0.93	Despesas Correntes			
3.1.2.0.93	Material de Consumo	100.000	1.644.600	
	Jardim Públicos			
3.0.0.0.96	Despesas Correntes			
3.1.1.1.96	Pessoal civil	1.172.600		
3.2.5.0.96	Salário de família	100.000		
3.1.2.0.96	Material de Consumo	200.000		
4.0.0.0.96	Despesas de Capital			
4.1.1.0.96	Obras públicas			

Código	Especificação da receita	<u>Parcelas</u>		Total
		CR\$	CR\$	
4.1.1.0.96	Início de Obras	5.000.000	6.372.600	
	Serviço de abastecimento de água			
3.0.0.0.92	Despesas Correntes			
3.1.1.1.92	Pessoal civil	586.300		
3.2.5.0.92	Salário de família	24.000		
3.1.2.0.92	Material de Consumo	200.000		
3.1.3.0.92	Encargo Diversos	400.000		
4.0.0.0.92	Despesas de Capital			
4.1.3.1.92	Equipamentos e instalações	3.000.000		
4.2.1.0.92	Aquisições de Imóveis	2.000.000	6.210.300	
	Serviço da Rede esgotos			
4.0.0.0.92	Despesas de Capital			
4.1.2.2.92	Serviços em regime de programação especial		22.600.000	
	Parag. 3º - Obras e melhoramentos			
	publicos - Iluminação pública			
3.0.0.0.92	Despesas correntes			
3.1.2.0.92	Material de consumo	1.000.000		
3.1.3.0.92	Encargos Diversos	1.000.000		
3.1.5.0.92	Despesa de exercícios anteriores	2.000.000		
4.0.0.0.92	Despesas de Capital			
4.1.0.92	Serviços em Regime de programação Especial	3.000.000	7.000.000	
			55.823.400	55.823.400
	Proprios Municipais			
4.0.0.0.90	Despesas de Capital			
4.1.1.0.90	Obras publicas		1.500.000	
	Matadouro			



		<u>porcelos</u>		
Código		CRF	CRF	TOTAL
4.0.0.97	Despesas de Capital			
4.1.1.97	Obras publicas			
	Conclusão	1.000.000		
4.1.3.97	Equipamentos e Instalações	1.500.000	2.500.000	
	Conservação de Vias publicas			
3.0.0.95	Despesas correntes			
3.1.1.95	pessoal civil	2.205.800		
3.2.5.95	Salario de familia	48.000		
3.1.1.2.95	material de consumo	50.000		
4.0.0.95	Despesas de Capital			
4.1.1.95	Obras publicas			
4.1.1.2.95	Inicio de Obras publicas	13.000.000	15.303.800	
	Conservação de Rodovias			
	Serviço municipal de estrada de rodagem			
3.0.0.48	Despesas correntes			
3.1.1.48	pessoal civil	8.423.200		
3.1.1.2.48	material de consumo	9.000.000		
3.2.5.0.48	Salario de familia	240.000		
4.0.0.48	Despesas de Capital			
4.1.2.0.48	Serviço em regime de programação especial	5.000.000		
4.1.3.0.48	Equipamentos e Instalações	1.000.000	23.663.200	
	parag. 4º - Serv. pub. Inter comum c/Estado			
	Higiene.			
3.0.0.79	Despesas correntes			
3.2.9.3.79	Entidades Estaduais		802.000	
3.0.0.61	E ensino primário			
	Despesas correntes			
3.2.9.3.61	Entidade Estadual	4.200.000		

		<u>Parcelas</u>		Total
Ídigo	Especificação da receita	C1\$	C2\$	
2.00.61	Despesas de Capital			
1.00.61	Obras publicas	4.000.000	8.200.000	
	Parque infantil			
2.00.66	Despesas correntes			
1.1.1.66	personal civil	586.300		
2.00.66	Despesas de capital			
1.00.66	Obras publicas	1.000.000	1.586.300	
	Ensino Técnico profissional			
	escola Técnica de Comercio municipal			
3.00.63	Despesas correntes			
3.1.1.1.3	personal civil	1.000.000		
3.1.2.0.63	material de consumo	500.000		
3.1.3.0.63	Encargos diversos	1.500.000	3.000.000	
	Segurança publica			
3.00.005	Despesas correntes			
3.1.1.05	personal civil		693.100	
	Cultura artistica			
3.00.65	Despesas correntes			
3.1.1.1.65	personal civil	605.800		
3.1.2.15	material de consumo	50.000		
3.1.3.0.65	Encargos diversos	36.000		
4.00.65	Despesas de Capital			
4.1.1.3.7.65	Equipamentos	200.000	891.800	
	Parag. 5º Divida Publica			
	consolidada			
3.00.11	Despesas correntes			
3.2.7.0.11	Juros de Divida publica	600.000		

Código	Especificação da Receita	Parcelas		Total
		cr\$	cr\$	
4.0.0.0.11	Despesa de capital			
4.3.1.1.11	Amortização de Dívida Pública	3.000.000	3.600.000	
	Parag. 6º Auxílios e Subvenções assistência pública			
3.0.0.0.71	Despesas correntes			
3.2.1.5.71	Subvenções Sociais Assistência Social	500.000		
3.0.0.0.79	Despesas correntes	6.700.000	7.200.000	
3.2.1.5.79	Subvenções Sociais Auxílios Diversos			
3.0.0.0.47	Despesas correntes		84.000	
3.2.9.2.47	Entidades federais			
	Parag. 7º Encargos Diversos			
3.0.0.0.82	Despesas correntes			
3.2.3.0.82	Inativos	1.405.300		
3.2.4.0.82	Pensionistas Contribuições Diversas	399.100	1.804.400	
3.0.0.0.81	Despesas correntes			
3.2.8.0.81	Contribuição de previdência Social		600.000	
	Parag. 8º Despesas judiciais Executivos fiscais			127.252.0
3.0.0.0.09	Despesas correntes			
3.1.1.1.09	Pessoal civil	605.000		
3.2.5.0.09	Salário de família	24.000		
3.1.4.0.09	Encargos Diversos	100.000	729.800	
	Parag. 9º Despesas Diversas Indemnizações e Restituições			
3.0.0.0.09	Despesas correntes			

código	especificação da Receita	Parcelas		Total
		cr\$	cr\$	
3.2.9.0.09	Diversas transferências correntes	200.000		
	Seguros e acidentes			
3.0.0.0.88	Despesas correntes			
3.1.4.0.88	Encargo Diversos	400.000		128.581.800
Total Geral da Despesa		128.581.800		128.581.800

Art. 3º: fica o Executivo autorizado a abrir créditos Suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da respectiva verba, mediante decreto, bastando para isso a apresentação de recursos habéis, sendo que posteriormente fará a devida comunicação ao Legislativo.

art. 4º - Esta lei entrará em vigor no dia 1º janeiro de 1965.

art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.  
 Prefeitura Municipal de General Salgado, 27/1/1965.

Lilacio Pereira  
 - Prefeito Municipal -

Publicado e registrado na Secretaria em data  
 Supra.

Fernando Lopes Vieira  
 - Secretário -

Lei Municipal Nº 462/de 29-3-1965

" Autoriza o Executivo municipal a doar à  
Fazenda do Estado, um imóvel."

Lilacio Pereira, Prefeito Municipal  
de General Salgado, Estado de São  
Paulo etc.

Artigo 1º - Fica o Senhor Prefeito Municipal de Gene-  
ral Salgado, autorizado a fazer e praticar todos os atos  
relativos à doação de um imóvel de propriedade  
do Município à fazenda do Estado de São, por escrito  
na pública, do terreno descrito, para nele ser construído  
do um prédio para acomodar o Ginásio Estadual " -  
Jonico Barão" de General Salgado:

" Um terreno medindo 10.000 mts.<sup>2</sup>, situado à Fazenda  
Linseiro, nesta cidade, parte integrante, no prolonga-  
mento da atual Avenida Cândido José da Silva, -  
confrontando com o lado com Wagner de Oliveira -  
Guimarães, com os fundos com Wagner de Oliveira  
Guimarães, com outro lado com Joaquim Borges de  
Matoz, e com frente para a avenida Candido José do  
Silva medindo em cada uma das faces e divisas  
cerca de 100 mts.

Parag. único - Na referida escritura constará cláusula  
pela qual a Prefeitura Municipal, responderá pela  
evicção do imóvel, obrigando-se a desapropriá-lo e doá-  
lo novamente à Fazenda do Estado de São Paulo, se ele, por  
qualquer título for reivindicado por terceiros ou anulada  
a primeira doação tudo sem qualquer ônus para a  
Fazenda Estadual.

Art. 2º - Caso não seja o terreno doado utilizado

para fim a que se refere o artigo anterior, dentro do prazo de 11 anos, reverterá ele ao patrimônio municipal, independente de interpelação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 29 de março de 1965

Silacio Pereira  
= prefeito municipal =

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
= Secretario =

Lei Nº 463/65 - 29 março de 1965.-

" Dispõe sobre a nova denominação das ruas e logradouros públicos da cidade de General Salgado

Lilacio Pereira, Prefeito Municipal  
de General Salgado, Estado de São Paulo etc.

Art. 1º - A cidade de General Salgado, compreendendo seu perímetro urbano e suburbano, esta ultimo, representado pelo Bairro de Vila Maria, passa a ter a seguinte denominação de suas ruas e logradouros públicos, mediante a presente retificação, e atualização, conforme em "croquis" anêxos que representam a planta da sede do município.

a) Perímetro Urbano e Suburbano, em ordem seguinte, horizontal e paralela com a Rodovia Estadual Washington Luiz.

Rua	Bandeirantes
"	Piratininga
"	Rui Barbosa
"	Rio Branco
"	Tiradentes
"	São Paulo
"	Leucio da Cunha Vianna
"	Bruno Martins
"	Independência
"	Nadyr Garcia
"	Eufrazino Teodoro Castello
"	Vicente Rodrigues Mendonça
"	1º de Maio

b) Perímetro Urbano e Suburbano, em ordem seguinte, vertical demandante, à Rodovia Estadual Washington Luiz.

Avenida	Candido José da Silva
"	Plinio Ribeiro do Val
"	Diogo Garcia Corrêa

Avenida Antonino José de Carvalho  
" João Garcia  
" 7 de Setembro  
" 15 de Novembro  
" Brasília (intercalada na Vila Maria).

c) Praças Públicas

Praça N. S. das Dores (central)  
" Presidente Kennedy (Vila Maria)

Art. 2º Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 29 de março de 1965.-

Lilacis Pereira  
= Prefeito Municipal =

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
= Secretario =



Lei Municipal N<sup>o</sup> 464/65 de 24 de abril de 1965.

1<sup>a</sup> Autoriza o Executivo Municipal a alinear uma área de propriedade do município, e da outras providências".

Lilacio Pereira, Prefeito municipal  
de General Salgado, Estado de São Paulo  
etc.

Artigo 1<sup>o</sup> - Fica o prefeito municipal de General Salgado autorizado a alinear, ao Senhor Ayres Pereira dos Santos, mediante doação, o terreno de propriedade do patrimônio municipal, à av. Candido José da Silva, nesta cidade, confrontando do lado esquerdo, onde mede 100 mts., com Joaquim Borges de Matos, do lado direito onde mede, 100 mts., com Wagner de Oliveira Guimarães, e nos fundos onde mede 100 mts., com Wagner de Oliveira Guimarães, perfazendo a área total de 10.000 mts.<sup>2</sup>

Artigo 2<sup>o</sup> - O adquirente obrigou-se a, na respectiva escritura, a transmitir a área adquirida ao Governo do Estado de São Paulo, no prazo de 120 dias, a contar da data daquele instrumento, mediante doação, para o fim expresse de ser nele construído o prédio destinado à instalar o Ginásio Estadual, desta cidade.

Artigo 3<sup>o</sup> - Se a transmissão de que trata o artigo anterior não se realizar no prazo estipulado, será considerado nula de pleno direito a doação autorizada no artigo 1<sup>o</sup>, revertendo área ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer interposição ou pagamento.

Artigo 4<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado - 24 de abril de 1965

Lilacio Pereira  
= Prefeito municipal =

Lei municipal nº 465/65 de 24 de abril de 1965

Lilacio Pereira, Prefeito municipal  
de General Salgado, Estado de São  
Paulo etc.

Artigo 1º - Fica o Prefeito municipal de General Salgado, autorizado a alinear, ao Senhor Ayres Pereira dos Santos, mediante doação, o terreno de propriedade do patrimônio municipal, situado à Rua Santo Antonio S/Nº, no Distrito de São João de Itacuna, neste município de General Salgado, confrontando do lado esquerdo onde mede 60 mts. com Joaquim Alvaro de Oliveira, do lado direito, onde mede 60 mts. com a prefeitura municipal, e nos fundos onde mede 100 mts, Também com terreno de propriedade da Prefeitura municipal, perfazendo a área total de 6.000 mts.<sup>2</sup>

Artigo 2º - O adquirente obrigando-se a, na respectiva escritura, a transmitir a área adquirida ao Governo do Estado de São Paulo, no prazo de 120 dias, a contar da data daquele instrumento, mediante doação, para fim expresse de ser nele construído o prédio destinado à instalar o Grupo Escolar de São João de Itacuna.

Artigo 3º - Se a transmissão de que trata o artigo anterior não se realizar no prazo estipulado, será considerado nula de pleno direito a doação autorizada no artigo 1º revertendo a área ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer interpelação ou pagamento.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 24 de abril de 1965.

Lilacio Pereira

Prefeito municipal -

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

- Secretário - Fernando Lopes Vieira

Lei municipal N<sup>o</sup> 466/65

" Dispõe sobre a alteração da lei N<sup>o</sup> 453 de Outubro de 1964, retificação e ratificação de prestações e dá outras providências".

Lilacio Pereira, Prefeito municipal de General Salgado, Estado de Paulo, etc.

Artigo 1<sup>o</sup> - Fica a Prefeitura Municipal, a fim de assinar escritura de retificação de cláusula e de a ser lavrada na Caixa Econômica do Estado de Paulo, na qual será prevista a mudança do destino do empréstimo de CR\$ 16.400.000 (Dezesseis milhões e quatro mil cruzeiros), nos termos do artigo 2<sup>o</sup> da presente concedido por esta Antarquia destinado ao financiamento das Obras do Serviço de Esgoto Sanitário de acordo com a lei municipal N<sup>o</sup> 453 de 9 de Outubro e com a escritura de 2 de dezembro de 1964, do 9<sup>o</sup> Tabelião desta capital, livro 676 fls. 86 vs. mantidas as demais condições constantes da mencionada lei e escritura.

Artigo 2<sup>o</sup> - A importância de CR\$ 16.400.000 (seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinar-se-á exclusivamente ao financiamento das obras de abastecimento de água, de acordo com os estudos e projetos elaborados pelo Departamento de Obras Sanitárias da Secretaria dos Serviços e Obras Públicas, o qual orientará as obras.

Artigo 3<sup>o</sup> - Fica expressamente autorizado a ser assinado o contrato de retificação que for celebrado e as cláusulas e condições, penalidades e garantias do contrato desta natureza exigida por aquela antarquia mantidas as demais condições constantes da mencionada lei e escritura.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta do excesso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 1 de julho de 1965.

Lilacio Pereira

- Prefeito Municipal -

Publicado e registrado em data supra na secretaria.

Fernando Lopes Vieira

- Secretario -

Lei municipal N° 467/ de 1° de julho de 1965

"Dispõe sobre aquisição de uma enciclopédia do Vereador e abre crédito especial".

Lilasio Pereira, Prefeito municipal de  
General Salgado, Estado de São Paulo etc.

Artigo 1° - Fica aberto na Contaria municipal,  
um crédito especial de Cr\$ 30.000 (trinta mil cruzeiros),  
para aquisição de uma enciclopédia do vereador, para  
uso da Câmara municipal.

Artigo 2° - Este crédito será coberto com o saldo  
do excesso de arrecadação a verificar-se no presente  
exercício.

Artigo 3° - Esta lei entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Salgado, 1° de  
julho de 1965.

Lilasio Pereira  
- Prefeito municipal -

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
- Secretário -

Lei municipal N° 468 de 1° de julho de 1965.

" Dispõe sobre a alteração e reajustamento do quadro de Servidores Variáveis, e da outras providências".

Lilacis Pereira, Prefeita municipal  
de General Salgado, Estado de São  
Paulo, etc.

Artigo 1° - O quadro de servidores variáveis da municipalidade, fica alterado e reajustado, conforme dispõe o anexo 1.

Artigo 2° - Os vencimentos dos servidores variáveis serão observados no anexo 2:

Parag. 1° - Fica instituído o adicional de 5% por cada quinquênio de serviço, independentemente do cargo ocupado e especificado no anexo N° 1.

Parag. 2° - A concessão do referido adicional far-se-á mediante apresentação de certidão de tempo de serviço, prestado ao município, ao Estado ou União, desde que comprovada as duas últimas.

Parag. 3° - O pagamento de salário-família e salário-esposa, fica condicionado ao que legislar o respectivo, a legislação estadual.

Parag. 4° - As despesas decorrentes da presente lei, serão cobertas com o saldo de excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício.

Artigo 5° - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 1°

de julho de 1965.

Lilacio Pereira  
= Prefeito Municipal =

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Anexo N° 1.

Quadro de servidores variaveis de que -  
trata o artigo 1º, da Lei N° 468 de 1/7/65.

Especie	Numero de cargos.
Jardineiro	- 2 -
Lixeiro	- 2 -
Coveiro	- 1 -
Guarda Noturno	- 1 -
Mestre de musica	- 1 -
Professora de Corte e Costura	- 1 -
Consultor juridico	- 1 -
Encarregado do servico de Agua	- 1 -
" " matadores	- 2 -
Conservação diversas	- 5 -
Diaristas	por necessidade de servico

Anexo N° 2 - Lei N° 468 de 1/7/65.

Referencias numericas e seus vencimentos

Referencia	Valor mensal	Referencia	Valor mensal
1	60.000	10	105.000
2	65.000	11	110.000
3	70.000	12	115.000

Referência	Valor mensal	Referência	Valor mensal
4	75.000	13	120.000
5	80.000	14	125.000
6	85.000	15	130.000
7	90.000	16	135.000
8	95.000	17	140.000
9	100.000	18	145.000

Enquadramento do pessoal variável, em Relação ao anexo nº 2.

Cargo	Referência	Valor mensal
Jardineiro	2	65.000
Lixeiro	2	65.000
Coveiro	2	65.000
Guarda Noturno	3	70.000
Mestre de música	2	65.000
Professora de corte	4	75.000
Consultor jurídico	9	100.000
Carcereado Serv. água	9	100.000
" do matadouro	7	90.000
Conservação diversas	2	65.000
Dianistas	1	60.000

Prefeitura Municipal de General Salgado, 1º julho de 1965.

Lilacis Pereira  
Prefeita Municipal

Fernando Lopes Vieira  
Secretaria



Lei municipal N° 469/ de 1° de julho de 1965.

"Dispõe sobre alteração e reajustamento do quadro de servidores fixos do município, e da outras providências."

Lilácio Teixeira, prefeito municipal  
de General Salgado, Estado de São Paulo  
etc.

Artigo 1° - O quadro de servidores fixos da municipalidade, fica alterado e reajustado, conforme dispõe o anexo nº 1.

Artigo 2° - Os vencimentos dos servidores fixos serão os observados no anexo 2.

Parag 1° - Fica instituído o adicional de 5% por cada quinquênio de serviço.

Parag 2° - A concessão do referido adicional far-se-á mediante apresentação de certidão de Tempo de Serviço, prestada ao município, ao Estado ou União, desde que comprovadas as duas últimas.

Parag 3° - As funções gratificadas, pro-labore e demais vantagens ficam instituídas e serão observadas conforme dispõe o anexo nº 3.

Parag 4° - O pagamento de Salário-família e Salário-esposa fica condicionado ao que legislar a respeito, a legislação estadual.

Parag 5° - As pensões mensais e aposentadorias ficam também condicionadas ao que legislar a respeito a legislação estadual.

Artigo 3° - Para todos os efeitos legais, os servidores ficam condicionados ao que dispuser a Consolidação das leis dos funcionários - C.L.F. - Decreto nº 41981.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da presente lei, serão cobertas com saldo do excesso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 1º julho de 1965

Ilmaris Pereira

= Prefeito Municipal =

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira

Secretário

Anexo nº 1 -

Quadro dos servidores fixos de que trata o artigo 1º da Lei nº 469 de 1º de julho de 1965.

Especie	nº de Cargos
Tesoureiro	1
Secretário	1
Contador	1
Lancador	1
Escriturário	1
Auxiliar interno	2
Fiscal Geral	1
" de Obras	1
Servente-porteiro	1
Motorista	2

Especie	Nº de Cargos
Tratorista	2
Operador de máquinas	1

→ Prefeitura municipal de General Salgado, 1º de julho de 1965

Lilacis Pereira

Prefeito municipal -

Fernando Lopes Vieira

Secretário

Anexo 2 Lei municipal nº 469 de 1º de julho de 1965

Referências Numéricas e seus vencimentos

Referência	Valor Mensal	Referência	Valor Mensal
1	60.000	10	105.000
2	65.000	11	110.000
3	70.000	12	115.000
4	75.000	13	120.000
5	80.000	14	125.000
6	85.000	15	130.000
7	90.000	16	135.000
8	95.000	17	140.000
9	100.000	18	145.000

Enquadramento do pessoal fixo, em relação ao anexo supra

Cargo	Referência	Valor Mensal
Tesoureiro	9	100.000
Secretário	9	100.000
Contador	9	100.000
Lancador	9	100.000
Escriturário	4	75.000

Cargo	Referência	Valor mensal
Auxiliar interno	1	60.000
Fiscal Geral	4	75.000
" de Obras	8	95.000
Servente porteiro	1	60.000
motorista	7	90.000
Tratorista	7	90.000
Operador de máquina	9	100.000

Annexo nº 3. - de que trata a Lei nº 469 de 1/7/65  
funções gratificadas, pro-labores e demais vantagens

Arquivador	CRB 25.000 mensais
Julgador	25.000 mensais
Secretario J. A. M.	25.000 mensais
Secretario da Câmara	25.000 mensais
Floras de máquinas	100, p/hora de serviço prestado
Bolacha de quixote	5.000 mensais

Lilacio Pereira  
Prefeito Municipal

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei municipal nº 420/65 de 1º de julho de 1965

"Dispõe sobre pagamento de viagens de motorista da P.M.S."

Lilacio Pereira, Prefeito municipal  
de General Salgado, Estado de São Paulo  
etc

Artigo 1º - Fica aberto na contabilidade municipal, um crédito especial no valor de R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para cobertura do pagamento das despesas com o pagamento de viagens de motorista da P.M.S."

Artigo 2º - O referido crédito será coberto com o saldo de excesso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Salgado, 1º de julho de 1965.

Lilacio Pereira  
Prefeito municipal

Publicada e registrada em data supra na secretaria

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei municipal nº 471/65 de 1º de julho de 1965

"Dispõe sobre abertura de crédito especial para pagamento de Professora de Corte e Costura e das outras providências".

Lilacio Pereira, Prefeito Municipal, de  
General Salgado, Estado de São Paulo  
etc.

Artigo 1º - fica aberto na contabilidade municipal, um crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000 (hum milhão de cruzeiros), para pagamento dos vencimentos da Professora de Corte e Costura e das demais vantagens do cargo.

Artigo 2º - O presente crédito será coberto com o saldo do excurso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Salgado, 1º de julho de 1965.

Lilacio Pereira, Prefeito Municipal

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei Municipal nº 472/65. de 1º julho de 1965.

"Dispõe sobre a fixação dos subsídios e verba de representação do Prefeito Municipal."

Lilacis Pereira, Prefeito Municipal, de  
General Salgado, Estado de São Paulo  
etc.

Artigo 1º - O subsídio do Prefeito Municipal, será  
fixado em dois salários mínimos vigentes do município.

Artigo 2º - A verba de representação do Prefeito  
Municipal será fixado em um salário mínimo  
vigente no município.

Artigo 3º - As despesas decorrentes autorizadas  
pelos artigos 1º e 2º, serão cobertas com o saldo do excesso  
de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 1 de julho  
de 1965.

Lilacis Pereira  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em data sup

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Leim. nº 473/65.

"Dispõe s/ abertura de crédito especial  
p/ conclusão da rede de transmissão elétrica e de  
iluminação."

Francisco Assis Cervantes, Prefeito  
municipal de General Salgado, Est. de  
São Paulo, usando das atribuições que  
lhe são conferidas, faz saber que a  
Câmara municipal decretou e ele pro-  
mulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica aberto na contabilidade municipal  
um crédito especial de R\$ 15.000.000 (quinze milhões  
de cruzeiros), destinado ao pagamento de despesas cor-  
rentes da conclusão da rede de transmissão elétrica de  
General Salgado, Tundêncio e Moraes, rede de iluminação  
pública do mesmo povoado, remodelação da rede elé-  
trica do distrito da sede.

Artigo 2º - Para abertura do presente crédito serão  
utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor em data de  
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Salgado, 6 de setembro de 1965.-

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em data supra

Assessoria jurídica  
Secretaria - substº



Lei nº 474/65

"Dispõe o pagamento de pról. labore ao julgador e ao avaliador municipais".

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Salgado, estado de São Paulo, usando de suas atribuições etc. faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial de R\$ 600.000 (seiscientos mil cruzeiros), destinado ao pagamento de pról. labore ao avaliador e ao julgador municipal, na base mensal de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil cruzeiros), cada um.

Artigo 2º - Para abertura do crédito supra, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor em data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Salgado, 6 de Setembro de 1965.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em data supra

Messias Moreira  
Secretário - substº

Lei n.º 475/65

"Dispõe o pagamento de taxa de inscrição  
ao Inst. Brasileiro de Administração Municipal."

Francisco Assis Cervantes, Prefeito  
municipal de General Salgado, estado de  
São Paulo, usando de suas atribuições  
etc. faz saber que a Câmara Municipal  
decretou e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal  
um crédito especial de R\$ 30.000 (Trinta mil cruzeiros),  
destinado ao pagamento de taxa de inscrição deste  
município no Instituto Brasileiro de Administração  
Municipal.

Artigo 2º - Para cobertura do crédito acima,  
serão utilizados recursos provenientes do excesso de  
arrecadação a se verificar no corrente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em  
contrário.

General Salgado, 6 de Setembro de 1965

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra

Messias Moreira  
Secretário subst.

Lei n.º 2176/65.

"Dispõe s/pagamento de auxílio ao Grêmio Litero-Estudantil "Ruy Barbosa", do Ginásio local".

Francisco Assis Cervantes, Prefeito municipal de General Salgado, estado S Paulo, usando de suas atribuições etc. faz saber que a Câmara municipal decretou e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial de R\$ 100.000 (cem mil cruzeiros), destinado ao pagamento de auxílio ao Grêmio Litero-Estudantil Ruy Barbosa, do Ginásio Estadual desta cidade, no corrente exercício.

Artigo 2º - Para abertura do crédito acima, utilizar-se-á recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Salgado, 6 de Setembro de 1965.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na Secretaria em data supra

Messias Moreira  
Secretário - subst.º

Lei nº 477/65 -

"Dispõe sobre a abertura de despesas decorrentes da reforma do prédio p/ Fórum local".

Francisco Assis Cervantes, Prefeito municipal de General Salgado, estado de São Paulo, usando de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal um crédito especial de R\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros), destinados à cobertura de despesas decorrentes da reforma do prédio onde se acha instalado o Fórum local.

Artigo 2º - Para a abertura do crédito especial supra, utilizar-se-á recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor em data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Salgado, 6 de Setembro de 1965

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na Secretaria em data supra.  
messias morais  
secret. Subst.

Lei n.º 2/78/65

"Dispõe 3/ cobertura de despesas decorrentes de estádias de funcionarios de autarquias diversas."

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Salgado, estado de São Paulo, usando de suas atribuições etc., faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial de R\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros), destinado a fazer face às despesas de estádias de funcionarios de autarquias federais e estaduais, quando em serviço no município.

Artigo 2º - Para abertura do referido crédito, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a se verificar no corrente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor em data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Salgado, 6 de Setembro de 1965

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal.

Publicada e registrada na Secretaria em data supra.

M.ª Maria  
Secret. - subst.º

Lei nº 479/65

"Dispõe s/ cobertura de despesas c/ abertura e conservação de estradas municipais".

Francisco Assis Lervantes, Prefeito municipal de General Polgado, estado de S. Paulo, usando de suas atribuições etc., faz saber que a Câmara Municipal — decreta e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º — Fica aberto na contabilidade municipal um crédito especial de Cr\$ 7.000.000 (sete milhões de — cruzeiros), destinados ao pagamento de serviços de terraplanagem, com máquinas de estira, compreendendo construções e melhoramentos em estradas municipais.

Artigo 2º — Para a cobertura do mesmo, utilizar-se-ão recursos decorrentes do excesso de arrecadação a ser verificado no corrente exercício.

Artigo 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Polgado, 6 de Setembro de 1965

Francisco Assis Lervantes  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

messias moreira  
Secret. substº

Lei nº 4180/65

"Concede auxílio ao Palgadense Esporte Club".

Francisco Assis levantes, Prefeito municipal de General Palgado, estado de São Paulo, usando de suas atribuições, etc faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria municipal um crédito especial de R\$ 100.000 (cem mil cruzeiros), destinado a auxílio a ser pago no corrente exercício ao Palgadense Esporte Club, desta cidade.

Artigo 2º - Para a abertura do referido crédito - utilizar-se-ão recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Palgado, 6 de Setembro de 1965.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

Messias Moreira  
Secret. substº

Lei nº 481/65

"Dispõe 3/ abertura de créditos suplementares".

Francisco Assis Corrantes, Prefeito —  
municipal de General Salgado, estado  
de São Paulo, no uso de suas atribuições  
etc., faz saber que a câmara municipal  
decretou e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º — Ficam abertos na contabilidade municipal  
os créditos suplementares na importância de  
R\$ 35.385.500 (trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta  
e cinco mil e quinhentos cruzeiros), às seguintes dota-  
ções de orçamentos vigentes:

### Poder Legislativo

3.1.1.1.01 — Pessoal Civil	R\$	193.200
Poder Executivo		
3.1.1.1.03 — Pessoal Civil		1.500.000
3.1.3.0.03 — Encargos Diversos		900.000
Prefeitura		
3.1.1.1.03 — Pessoal Civil		522.600
3.2.5.0.03 — Salário de família		108.000
3.1.1.1.03 — Pessoal Civil		1.639.000
3.2.5.0.03 — Salário família		300.000
3.1.2.0.03 — Material de Consumo		200.000
3.1.3.0.03 — Encargos Diversos		1.000.000
4.1.4.0.03 — Material Permanente		700.000



3.1.1.1.03 - Pessoal civil	648.400
3.2.5.0.03 - Salário de família	144.000
Cemitério	
3.1.1.1.98 - Pessoal civil	655.000
4.1.1.2.98 - Início de obras	1.500.000
Limpeza Pública	
3.1.1.1.93 - Pessoal civil	517.400
3.2.5.0.93 - Salário de família	216.000
Jardim Público	
3.1.1.1.96 - Pessoal civil	517.400
3.2.5.0.96 - Salário de família	188.000
Serviço de Abastecimento de água	
3.1.1.1.92 - Pessoal civil	713.700
3.2.5.0.92 - Salário de família	216.000
Iluminação Pública	
3.1.2.0.94 - material de consumo	800.000
Matadouro municipal	
4.1.3.0.97 - Equipamentos e Instalações	1.000.000
Conservações Vias Públicas	
3.1.1.1.95 - Pessoal civil	2.374.200
a Transp.	16.352.000
Conservações Vias Públicas	
3.2.5.0.95 - Salário de família	96.000
3.1.2.0.95 - material de consumo	50.000
Conservações de estradas	
3.1.1.1.49 - Pessoal civil	8.000.000
3.1.2.0.49 - material de consumo	6.000.000
3.2.5.0.49 - Salário de família	480.000
Higiene	
3.1.3.0.79 - Encargos diversos	138.000
Ensino Primário	
3.2.9.3.61 - subvenções Diversas	1.200.000

## Segurança Pública

3.1.1.1.05 - Pessoal Civil CRB 516.800

### Cultura Artista

3.1.1.1.65 - Pessoal Civil 239.200

### Encargos Diversos

3.2.3.0.82 - Inativos 640.900

3.2.4.0.82 - Pensionistas 205.400

### Despesas Judiciais

3.1.1.1.03 - Pessoal Civil 694.200

3.2.5.0.03 - Salário de família 72.000

3.1.4.0.03 - Encargos Diversos 500.000

Soma CRB 35.385.500

Artigo 2º Para a abertura de créditos de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação a ser verificar no corrente exercício.

Artigo 3º Esta lei entrará na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Galgado, 9 de Setembro de 1965.

Francisco Assis Cavantes  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

Messias Moreira  
Secret. substº

Lei n.º 482/65

" Dispõe s/ abertura de crédito especial  
p/ pagamento de fornecimento de óleo, gaso-  
lina e lubrificantes, dos exercícios de 1962/3."

Francisco Assis Corvantes, Prefeito municipal  
de General Dalgado, estado de São Paulo, —  
usando de suas atribuições etc., fez saber  
que a Câmara municipal decretou e ele  
promulga a seguinte lei:

Artigo 1º — Fica aberto na Contadoria Municipal  
um crédito especial de cr\$ 1.890.909, (um milhão, oit-  
ocentos noventa mil, novecentos e nove cruzeiros), afim  
de arcar as despesas de óleo, gasolina e lubrificantes,  
efetuadas nos exercícios de 1962 e 1963.

Artigo 2º — Para cobertura do referido crédito, serão  
utilizados, serão utilizados os recursos provenientes do exces-  
so de arrecadação a verificar-se no corrente exercício.

Artigo 3º — Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Dalgado, 9 de Setembro de 1965.

Francisco Assis Corvantes  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra

maria morira  
Secret. subst.º

Lei n.º 283/65

"Dispõe s/ abertura de crédito especial destinado como auxílio à Polícia Militar desta cidade."

Francisco Assis Cervantes,  
Prefeito Municipal de General Polgado,  
estado de São Paulo, usando de suas  
atribuições etc., faz saber que a Câmara  
Municipal decretou e ele promulga a  
seguinte lei:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal  
um crédito especial de Cr\$ 1.000.000 (um milhão de  
cruzeiros), destinados como auxílio à Polícia Militar  
desta cidade.

Artigo 2º - Para ocorrer às despesas com a  
abertura do referido crédito, será utilizado recurso  
proveniente do excesso de arrecadação a se verificar  
no corrente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor em data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário!

General Polgado, 9 de setembro de 1965.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra

Messias Moura  
Secret. Substº

Lei nº 484/65

" Dispõe s/ revogação do art. 180 da lei  
municipal nº 339 de 10/11/1960 "

Francisco Assis Cervantes, Prefeito  
municipal de General Salgado, estado de  
São Paulo, usando de suas atribuições etc.  
faz saber que a Câmara Municipal decretou  
e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica revogado "in totum" o artigo 180 -  
capítulo I da lei municipal nº 399 de 10 de novembro de  
1960 - Código Tributário Municipal - que diz: Tit. VII - artigo  
180: " quando a propriedade se estender pelos municípios  
vizinhos, a taxa<sup>ta</sup> será devida se a sua maior área -  
estiver contida no território deste município."

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor em data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Salgado, 9 de setembro de 1965

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria em data supra.

Messias Moreira  
Secret. substº

Lei nº 485/65

" Dispõe sobre isenções de impostos "

Francisco Assis Cervantes, Prefeito municipal de General Salgado, usando de suas atribuições etc., faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Todos os contribuintes de idade avançada, que não tenham mais capacidade de subsistência, os doentes e as viúvas, que não possuam outros bens, a não ser a sua casa de moradia, ficarão isentos de pagamento dos impostos Predial e Territorial Urbano.

Artigo 2º - Para gozar desse benefício, os interessados deverão requerer sua concessão até 30 (trinta) dias antes de publicado o rol de lançamento dos citados impostos.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor em data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Salgado, 9 de Setembro 1965

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na Secretaria, em data supra

Messias Moreira  
Secret. Subst.

Lei nº 486/65

" Dispõe sobre a doação de materiais e equipamento destinados à construção da linha de Transmissão de Energia Elétrica de General Palgado - Prudêncio e Moraes - São João de Itacema e redes de distribuições dos distritos de Prudêncio e Moraes e São João de Itacema."

Francisco Assis Corvantes,  
Prefeito Municipal de General Palgado,  
Estado de São Paulo, usando de  
suas atribuições etc., faz saber que a  
Câmara Municipal decreta e ele  
promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de General Palgado autorizada a doar ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, entidade autárquica criada pela Lei nº 4.350 de 12 de dezembro de 1951, todos os materiais e equipamentos destinados à execução e construção de uma linha de transmissão de energia elétrica de General Palgado - Prudêncio e Moraes - São João de Itacema, e redes de distribuição dos distritos de Prudêncio e Moraes e São João de Itacema.

Artigo 2º - Para efetivação da doação fica o Prefeito Municipal de General Palgado, autorizado a assinar os documentos necessários e demais papéis, transmitindo posse, direitos e a partir todos os atos que se fizerem necessários.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

em contrário.

General Salgado, 9 de Setembro 1965

Francisco Assis Cerantes  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra

Messias Moreira  
secret. subst.:



Lei nº 487/65 - municipal

"Dispõe sobre a criação do serviço de assistência social no município de General Salgado e dá outras providências."

Francisco Assis Cervantes, Prefeito municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica criado o serviço de assistência social, no município, cuja finalidade é atender às pessoas comprovadamente necessitadas, residentes no território deste município.

Artigo 2º - Fica criado no quadro de funcionários municipal o cargo de Assistente Social, com vencimentos mensais de R\$ 75.000 (setenta e cinco mil cruzeiros).

Artigo 3º - Fica aberto na Contadoria municipal um crédito especial de R\$ 245.000 (duzentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), destinados ao pagamento de despesas decorrentes desta lei, no corrente exercício.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Salgado, aos 15 de outubro de 1965.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra  
Gerardo Lopes Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 488/65 - de 15 de Outubro de 1965.

"Dispõe sobre criação dos cargos de  
escriturários e de zelador das Casas das  
máquinas do serviço de abastecimento  
de água."

Francisco Assis Cervantes, Prefeito  
Municipal de General Salgado, Estado de São  
Paulo, etc

Artigo 1º - Ficam criados no quadro de  
funcionários Municipal, os cargos de Escrivão e de  
Zelador das Casas das máquinas, do serviço de  
abastecimento de água, desta cidade.

Artigo 2º - Perceberão, quando no exercício de  
funções, respectivamente, vencimentos mensais de -  
Cr\$75.000, (setenta e cinco mil cruzeiros), e Cr\$65.000,  
(sessenta e cinco mil cruzeiros).

Artigo 3º - Fica aberto na Contadoria Municipal,  
um crédito especial de Cr\$456.000 (quatrocentos e cinquenta  
e seis mil cruzeiros), para atendimento das despesas  
decorrentes desta lei.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposições em  
contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos 15 de Outubro  
de 1965.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra  
Fernando Lopes Vilela  
Secretário

Lei municipal nº 489/65. - de 15 de outubro de 1965

"Dispõe sobre abertura de crédito especial para pagamento de vencimentos dos encarregados do matadouro municipal."

Francisco Assis Corrêas, Prefeito  
municipal de General Salgado, Estado de  
São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica aberta na Contadoria Municipal, um crédito especial de R\$ 1.365.000 (um milhão trezentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), destinados ao pagamento de vencimentos e 13º salário dos encarregados do matadouro municipal.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Salgado, aos 15 de  
outubro de 1965.

Francisco Assis Corrêas  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei municipal Nº 490/65 de 15 de outubro de 1965

" Isenta Todas as propriedades — agrícolas, no município, do pagamento do imposto sobre indústria e Profissões sobre atividades agro-pecuária "

Francisco Assis Cerrantes, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Ficam, a partir do próximo exercício de 1966, Todas as propriedades agrícolas existentes no município isenta do imposto sobre Indústria e Profissões sobre atividades agro-pecuária.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor em data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Salgado, aos 15 de outubro de 1965.-

Francisco Assis Cerrantes  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria em data supra

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei municipal nº 491/65 de 15 de outubro 1965

"Eleva a alíquota de Taxa e dá -  
nova redação ao artigo 179º do Código  
Tributário."

Francisco Assis Cervantes,  
Prefeito municipal de General -  
Salgado, Estado de São Paulo, etc

Artigo 1º - Fica elevada para 0,50% (cinquenta <sup>centésimos</sup> por cento) a alíquota da Taxa de Conservação de Estradas, passando o artigo 179º do Código Tributário a ter a seguinte redação:

"Artigo 179º - A taxa será calculada à razão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), sobre o valor da propriedade, que nunca deverá ser avaliada menor de R\$ 10.000 (dez mil cruzeiros), por alqueire.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em -  
contrários.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos 15 de  
outubro de 1965.-

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei municipal nº 492/65 de 20 de Novembro de 1965. -

"Orça a receita e fixa a despesa, do município de General Salgado, para o exercício de 1966. -"

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc. Faço saber que a Câmara municipal decreta e em promulga a seguinte Lei:

## Capítulo I Da Receita Geral

Artigo 1º - A receita Geral do município de General Salgado, para o exercício de 1966, é orçada em CR\$ 227.150.000 (duzentos e vinte e sete milhões e cento e cinquenta mil cruzeiros), e será arrecadada de acordo com a legislação em vigor, obedecendo a seguinte classificação:

Código Geral	Especificação da receita	Parâmetros		Total
		Unicel	Soma	
100-00	Org. 1º - Receitas correntes			
110-00	Receita Tributária			
111-00	a) Impostos			
111-21	Imposto Territorial			
	I - " " Urbana			
	da sede	2.000.000		
	do distrito de São João Travenço	250.000		
	do distrito de Nova Castilho	250.000	2.500.000	
	II - Imposto Territorial Rural			
	da sede	17.500.000		

digo encl		Parcial		Total
	do distrito de São João Tracema	6.000.000		
	do distrito de Nova Castilho	6.000.000	29.500.000	
11-22	Imposto s/ transmissões Inter-vivos			
	da sede	5.000.000		
	do distrito de São João de Tracema	2.000.000		
	do distrito de Nova Castilho	2.000.000	9.000.000	
11-23	Imposto Predial Urbano			
	da sede	3.500.000		
	do distrito de São João de Tracema	250.000		
	do distrito de Nova Castilho	250.000	4.000.000	
11-24	Imposto de licença			
	da sede	1.200.000		
	do distrito de São João de Tracema	150.000		
	do distrito de Nova Castilho	150.000	1.500.000	
11-25	Imposto s/ Indústria e Profissão			
	da sede	10.000.000		
	do distrito São João de Tracema	1.000.000		
	do distrito Nova Castilho	1.000.000	12.000.000	
1-26	a) Impostos			
	Imposto s/ jogos e diversões			
	da sede	80.000		
	do distrito de São João de Tracema	10.000		
	do distrito de Nova Castilho	10.000	100.000	
112-00	b) Taxas			
	Taxa de Expediente	600.000		
	da sede			
	do distrito de São João de Tracema	200.000		
	do distrito de Nova Castilho	200.000	1.000.000	
112-14	Taxa de Segurança Pública			
	Taxa de Vigilância			
	sede		1.300.000	
112-16	Taxa da Assistência Social			
	da sede	5.800.000		

Índice	Menus - Especificações da Receita	Parâmetros	Receita	Total
	do distrito de São João de Itacema	1.400.000		
	do distrito de Nova Castilho	1.400.000	8.600.000	
112-17	Taxas Rodoviárias			
	Taxa Conservação de Estradas de Rodagem			
	da sede	26.000.000		
	do distrito de São João de Itacema	3.000.000		
	do distrito de Nova Castilho	10.700.000	399.000.000	
112-19	Taxa de limpeza pública			
	I - Taxa de Remoção de lixo Domestico			
	da sede	800.000		
	II - Taxa de Irrigação			
	da sede	900.000		
	III - Taxa de limpeza de Terrenos baldios	100.000	1.800.000	
112-20	Taxa de saneamento			
			100.000	
112-21	Taxa de extinção de formigueiros			
	Taxa de aferição de pesos e Medidas			
	da sede	40.000		
	do distrito de São João de Itacema	10.000		
	do distrito de Nova Castilho	10.000	60.000	
112-22	Taxa de Viacão			
	I - Taxa de colocação de guias e parqetas	10.000.000		
	II - Taxa de conservação de guias parqetas	100.000	10.100.000	
112-27	Taxas de serviços diversos -			
	I - Taxa de apreensão de animais	50.000		
	da sede			
	II - Taxa de matrícula de Cães	10.000		
	III - Taxa de instrumentos e edificações			
	da sede	10.000		
	IV - Taxa de licença de Veículos			
	da sede	600.000		
	V - Taxa de Emplacamento	100.000	770.000	
	da sede			



digito	Especificação da Receita	Dados	Parceira	Total
13-00	Contribuição da melhoria			
13-00	Taxa de execução de eletrificação rural		100.000	63.530.000
0-00	Receita Industrial			
1-00	Receita de Serviços Urbanos			
	I- Taxa de Consumo de água			
	da sede	8.000.000		
	II- Taxa de ligação			
	da sede	6.000.000	8.600.000	8.600.000
2-00	Transferência Correntes			
1-00	Cota parte do imposto de Renda			
	artº 5º item IV- parag. 4º da Const. Federal		17.340.000	
2-00	Cota parte do imposto de Renda			
	artº 15º item II- parag. 4º da Const. Federal		20.410.000	
1-00	Cota parte dos impostos Estaduais			
	I- Excesso de arrecadação Estadual			
	artº 2º da Constituição Federal	2.000.000		
	II- Cota parte do imposto de Transações			
	artº 21º da Const. Federal	50.000	2.050.000	
5-00	Cota Parte do imposto s/ Comb. e Ind.º			
	artº 15º item III- parag. 2º da Const. Fed.			
	I- Fundo Rodoviário Nacional	18.000.000		
	II- Auxílio Rodoviário Nacional	2.000.000	20.000.000	
1-00	Cota parte do imposto s/ Energia Elétrica			
	da lei Federal nº 2308-31/12/54	200.000	60.030.000	
0-00	Receitas Diversas			
1-00	Multas			
	da sede	1.000.000		
	do distrito de São João de Itacema	100.000		
	do distrito de Nova Castilho	100.000	1.200.000	
2-00	Colheita da dívida ativa		10.000.000	
	da sede			
1-00	Outras Receitas Diversas			

Código geral	Especificação da Receita	Parcelas	Renda	Total
	I- Renda do matadouro	1.000.000		
	II- Renda do Cemitério			
	da sede	150.000		
	do distrito de São João de Itacema	20.000		
	do distrito de Nova Castilho	30.000	200.000	
	III- Eventuais			
	da sede		100.000	12.500.000
200-00	Receitas de Capital			
210-00	Operações de Créditos			
	da sede		22.600.000	
220-00	Alienação de bens e Imoveis			
	da sede		100.000	
24-10	Transferência de Capital			
	I- Juros de depósitos		30.000	
	II- Dividendos e ações		160.000	
	III- Auxílios diversos		1.000.000	23.890.000
				227.150.000
	Total Geral			

Prefeitura Municipal de General Salgado, em 20 de  
Novembro de 1965. —

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data sup

Fernando Lopes Vieira  
Secretaria

## Capítulo 2º

### Da despesa Geral

Artigo 2º - A despesa Geral do Município de General Salgado, para o exercício de 1966, é fixada em R\$ 224.519.300 (duzentos e vinte e quatro milhões quinhentos e dezanove mil e trezentos cruzeiros), e será realizada obedecendo a seguinte classificação:

#### Parcelas

Ordem	Especificação da Despesa	Parcial	Parcial	Total
0	Parag. 0 - Administração Geral			
01	Poder Legislativo			
3111	Pessoal			
	Vencimento do Secretario da Câmara		300.000	
3120	Material de Consumo			
	Aquisição de materiais permanentes		100.000	
3140	Cargos Diversos			
	I - Viagens e estadias de Vereadores	600.000		
	II - Café etc -	50.000		
3	Poder Executivo			
	Gabinete do Prefeito e dependência			
	Gabinete			
3-3111	Pessoal Civil			
	I - Subsídio do Prefeito	1.560.000		
	II - Representação	780.000	2.340.000	
3-3140	Cargos Diversos			
	I - Viagens e estadias do Prefeito		1.500.000	
3-4124	Veículos		8.000.000	
	Aquisição de Camioneta p/ Viagens Transp.			
	Contadoria			
3-3111	Pessoal Civil			
	I - Vencimento do Contador	1.200.000		
	II - 13º Salário	100.000		

Código geral	Especificação da Despesa	Orç. Orç.	Soma	Total
	III- Adicional de tempo de serviço	100.000	1400.000	
03-3250	Salário de Família		200.000	
	Secretaria e serviços Diversos			
03-3111	Despesa Civil			
	I- Vencimento do Secretário	1.200.000		
	II- Vencimento do Lançador	1.200.000		
	III- Idem do Escrevente	700.000		
	IV- " do Fiscal Geral	900.000		
	V- Idem do Tabelador J. B. T. B.	780.000		
	VI- Adicional por tempo de serviço	200.000		
	VII- 13º Salários	415.000	5.595.000	
83-3250	Salário de família		700.000	
3-3120	Material de Consumo			
	Aquisição de material de expediente		1.000.000	
03-3140	Encargos Diversos			
	I- aquisição de selos, jornais etc.	100.000		
	II- pagamento de fretes de materiais diversos	500.000		
	III- aquisição de material de limpeza	100.000		
	IV- Café aos funcionários etc.	100.000		
	V- Viagens e estadia de funcionários a serviço	1.000.000		
	VI- Aquisição de placas diversas	500.000	2.300.000	
03-4130	Material Permanente			
	aquisição de máquinas, duplicadores etc		1.000.000	
	Junta de Alistamento Militar			
03-3111	Despesa			
	Vencimento do Secretário da J. A. M.		300.000	
03-3120	Material de Consumo			
	aquisição de material de expediente, etc		100.000	
	Tesouraria			
03-3111	Despesa			
	I- Vencimento do Tesoureiro	1.200.000		

codigo geral	Especificação da (Receita) Despesa	Parcial	Soma	Total
	II- adicional por tempo de serviços	200.000		
	III- Quiltra do Caixa	60.000		
	IV- 13º Salário	100.000	1560.000	
			200.000	27.245.000
3-3250	Salário de família			
	Parag. 2º - Encargos Municipais		1.000.000	
3-3100	Despesas de exercícios anteriores			
1200	Transferências Correntes			
3210	subvenções Sociais			
3210	Instituições Estaduais			
	dos grupos escolares do Município-p/			
	atender ao pagamento de merendeiras		500.000	
3-3215	Instituições Privadas			
	do Consórcio de Muros de Aracatuba		500.000	
1	Assistência Médico Hospitalar			
1-3215	Instituições Privadas			
	I- subvenções à Santa Casa de			
	Misericórdia de Aracatuba		500.000	
	II- subvenção ao sanatório "Benedita			
	Fernandes" de Aracatuba		500.000	1.000.000
1-	Juros da Dívida Pública			
2-3242	Fundada Externa		3.600.000	
	pagamentos de juros c/ CCESP			
2-3212	Fundada Externa			
	Amortização de empréstimo c/ CCESP		4.000.000	
	Encargos diversos			
7-3140	Encargos diversos			
	I- Pagamento do aluguel do prédio do Correo	120.000		
	II- idem do distrito São João Tracema	60.000		
	III- idem de " Nova Castilho	60.000	240.000	10.840.000
	Serviços jurídicos			
3-3111	Desseal			
	I- Vencimento do consultor jurídico	1.200.000		

codigo geral	Especificação da Despesa	Parcial	Acum	Total
	II- 13º Salário	<u>100.000</u>	1.300.000	
33-3250	Salário de família		160.000	
33140	Encargos Diversos		500.000	
	Pagamento de Custos judiciais			
93-3290	Diversos Transferências Correntes			
	I- Indenizações	200.000		
	II- Restituições	<u>300.000</u>	500.000	
	Educação e Cultura			
61	Ensino Primário			
61-3210	subvenções Sociais			
61-32-13	Instituições Estaduais			
	aos grupos escolares do município para pagamento de merendeiras		1.000.000	
61-3140	Encargos Diversos			
	I- Aquisição de condimentos p/ merenda escolar dos grupos	1.000.000		
	II- Viagens e inspeção escolar	200.000		
	III- pagamento de passagens escolares	<u>2.000.000</u>	3.200.000	
61-4110	Obras Públicas			
61-4115	Construções e Reparos de Obras			
	Construção e reparos de obras - escolares		15.000.000	
	Ensino Técnico Comercial			
	Escola Técnica de Comércio			
63-3111	Pessoal			
	Pagamento de Professores e Diretores		1.000.000	
63-3120	material de consumo			
	Aquisição de material de Expediente		500.000	
63-3140	Encargos Diversos			
	I- Despesas de Instalação	500.000		
	II- Bolsas de estudo p/ alunos pobres	<u>1.000.000</u>	1.500.000	

Código geral	Especificação da Despesa	Parcial	Parcial	Total
	Ensino Profissional			
	Escola de corte e costura			
3-3111	Vessel			
	I- Vencimentos da professora de corte e costura	900.000		
	II- 13º Salário	75.000	975.000	
			100.000	
33-3250	Salário de família			
	Cultura Artística			
	Corporação Musical "Santa Cecília"			
65-3111	Vencimento de maestro	780.000		
	II- 13º Salário	65.000	845.000	
			60.000	
33-3250	Salário de família			
5-3140	Material de Consumo		50.000	
	Aquisição de materiais Diversos			
3140	Encargos Diversos			
	I- Aluguel de prédio p/ corporação	60.000		
	II- reformas de instrumentos e consertos diversos	240.000	300.000	
5-4132	Equipamentos			
	Aquisições de instrumentos diversos	500.000		
	Parque infantil			
3-3111	Vessel		780.000	
	Vencimento da zeladora		1.000.000	29.270,00
6-4113	Conclusão e reparos dos parque			
	Saúde			
71	Assistência médica hospitalar			
11-3210	Subvenções Sociais			
11-3215	Instituições Privadas			
	I- Auxílio à Santa Casa de M. de Aracatuba	500.000		
	II- Idem ao sanatório "Benedita Fernandes" Aracatuba	1.000.000	1.500.000	
	Assistência Pública			
9-3140	Encargos Diversos			
	do posto de assistência médico-sanitária			
	I- Pagamento do aluguel do prédio	120.000		

Código proj	Especificação da Despesa	Parcial	Demais	Total
	II- aquisição de gasolina, óleo, reparo na ambulância.	600.000	720.000	
79-3111	Pessoal			
	gratificação ao motorista do P.A.M.S. por viagens transportando indigentes		300.000	
	Assistência à maternidade e à Infância			
73-3140	Encargos Diversos			
	ao posto de Vacinação local:			
	I- pagamento de aluguel do prédio	120.000		
	II- pagamento de fretes de materiais destinados ao posto	180.000	300.000	2.820.000
	Previdência e Assistência Social			
	Previdência Social			
81-3280	Contribuições para previdência social			
	contribuições 12/ o I <sup>o</sup> FSP		1.000.000	
82	Inativos e Pensionistas			
82-3230	Inativos			
	I- ao ex-coveiro Reginaldo M. da Silva	780.000		
	II- ao ex-porteiro Isidoro Aguiar e Silva	567.600		
	III- ao ex-diário José Maria Ferreira	567.600		
	IV- 13 <sup>o</sup> salários	159.600	2.074.800	
82-3240	Pensionistas			
	I- Pensão à viúva de Perolino Joaquim de Lima	558.000		
		1.100		
	II- 13 <sup>o</sup> salário	46.500	604.500	
84	Assistência a Menores			
84-3140	Encargos Diversos			
	ao consórcio intem. de Assistência ao Menor da Região de Aracatuba		500.000	
85	Assistência a Indigentes			
85-3111	Pessoal Civil			
	I- Vencimento da assistência social	900.000		



codigo 2201	Especificação da Despesa	Varial	suma	Total
	13º Salário	75.000	975.000	
3140	Encargos Diveros			
	I - Aquisições de medicamentos	3.000.000		
	II - pagamento de honorários médicos hos- pitalar	500.000		
	III - Auxílio em dinheiro, ou em alimentação	1.000.000		
	IV - Auxílio p/o mortal dos pobres Proteção ao Trabalho	1.000.000	5.500.000	
3140	Encargos Diveros			
	I - pagamento de acidentes de Trabalho	500.000		
	II - idem de seguro de acidentes de servidores	500.000	1.000.000	11.654.300
	Obras e Melhoramentos Públicos			
	Conservações de Vias Públicas			
3111	Desseal			
	I - Venciamentos do material	1.080.000		
	II - 13º salário	90.000		
	III - Diaristas	4.000.000	5.170.000	
3250	Salário de família		200.000	
3120	Material de Consumo			
	Aquisições de limas, enxadas etc.		100.000	
4113	Proseguimento e Conclusão de Obras			
	De construção de Guias e Brgetas, Calçamento		13.000.000	
4110	Construção de legadoiros Públicos			
4113	Proseguimento e Conclusão de Obras			
	do jardim Público		15.000.000	
	Construções de Próprios Municipais			
1113	Proseguimento e Conclusão de Obras			
	conclusão de Pazo Municipal		5.000.000	
1115	Construção de Edifícios Públicos		2.000.000	40.470.000
	Construção de prédios p/ cadeias			

Código  
geral

	Especificação da Despesa	Parcial	Rema	Total
	Vias e Comunicações			
	Serviço Municipal de estrada de Re			
	dagem			
49-3111	Pessoal			
	I - Vencimento do fiscal de obras	1.140.000		
	II - idem do operador	1.200.000		
	III - gratificação do operador por horas de trabalho efetivo	300.000		
	IV - Vencimento do tratorista	1.080.000		
	V - idem do motorista	1.080.000		
	VI - Adicional de tempo de serviço	500.000		
	VIII - 13º salários	375.000	5.675.000	
49-150	Salário de família		1.000.000	
49-3120	Material de Consumo			
	I - aquisição de madeira, pregos, etc.	3.000.000		
	II - idem de gasolina, óleo, lubrificações, etc.	8.000.000		
	III - aquisição de peças e reparos de veículos	4.000.000	15.000.000	
	carlos			
49-4120	Equipamentos e instalações			
	aquisição de máquinas p/ oficinas		2.000.000	
49-4112	Obras Públicas			
	Construções de pontes e mata-burros		5.000.000	
49-0	Veículos			
	Aquisição de Veículo		10.000.000	38.675.000
	Serviços Urbanos			
92	Serviço de abastecimento de água			
92-3111	Pessoal			
	I - Vencimentos do zelador da Coza das máquinas	780.000		
	II - idem do escrivão	900.000		
	III - idem do zelador encarregado geral	1.200.000		
	IV - 13º salário	260.000	3.140.000	

dição rel	Especificação da Despesa	Parcial	Soma	Total
3250	Salário de família		200.000	
3120	Material de Consumo			
	aquisição de material de expediente		200.000	
3140	Encargos Diversos			
	I- aquisição de materiais elétricos	100.000		
	II- Consumo de força e luz	500.000	600.000	
4131	Equipamentos e instalações			
	aquisição de motor bomba p/ poço profundo		3.000.000	
4120	Aquisição de Imóveis			
	aquisição de imóvel p/ construção casa			
	SRA.		2.000.000	
92	Serviços de Rede de esgotos			
24120	Serviços em regime de programação especial		29.600.000	
4120	rede			
33	Limpeza pública			
33111	Despedal			
	I- Vencimentos de 2 zeladores lixeiros	1560.000		
	II- 13ª Salários	130.000	1.690.000	
33250	Salário de família		360.000	
33120	Material de Consumo			
	aquisição de pás, diversas		100.000	
34140	Material Permanente			
	aquisição da Carreta p/ remoção de lixo		500.000	
34	Iluminação Pública			
43120	Material de Consumo			
	aquisição de lâmpadas e materiais elétricos		3.000.000	
43140	Encargos Diversos			
	Pagamento da iluminação Pública		1000.000	
43150	Despesas de exercícios anteriores			
	Pagamento de conta de luz em atraso		2.000.000	

codigo geral	Especificação da Receita	Parcela		Soma Total
94-4120	Serviços em regime de programação especial extensão da rede de Iluminação pública a Vila Maria		15.000.000	
96	Jardim Publico			
96-3111	Pessoal			
	I- Vencimentos dos jardineiros	1560.000		
	II- 13º Salários	180.000		
	III- adicionais p/ tempo de serviço	160.000	1900.000	
83-3250	Salario de familia		360.000	
96-3120	Material de Consumo			
	aquisição de madeiras, pregos, tesouras etc.		100.000	
	matadouro			
96-3111	Pessoal			
97	"			
	I- Vencimento dos zeladores	2.160.000		
	II- 13º Salários	180.000	2.340.000	
83-3250	Salario de familia		360.000	
97-3120	Material de Consumo			
	aquisição de lenha, desinfetantes, e outros		200.000	
98	Cemitério			
	da sede			
98-3111	Pessoal			
	I- Vencimentos do zelador covão	780.000		
	II- adicional de tempo de serviço	60.000		
	III- 13º Salario	65.000	905.000	
83-3250	Salario de familia		100.000	
98-3120	Material de Consumo			
	aquisição de desinfetantes, ferramentas e outros		100.000	
	Distrito de São João de Tracema			
98-3111	Pessoal			
	I- Vencimentos do zelador covão	780.000		

ligo rol	Especificação da Despesa	Parcial	Parcial	Total
	II- 13º Salário	65.000	845.000	
	- Distrito de Nova Castilho			
3111	Pessoal família			
	I- Vencimentos do zelador coviro	780.000		
	II- 13º Salário	65.000	845.000	
3250	Salário de família			
79	Serviço de guarda noturno		150.000	
3111	Pessoal			
	I- Vencimentos do guarda noturno	780.000		
	II- adicional por tempo de serviço	45.000		
	III- 13º salário	65.000	890.000	
3250	Salário família		60.000	63.545.000
	Total Geral da despesa			224.549.300

Artigo 3º - Fica o Executivo municipal, autorizado a abrir crédito suplementar até o limite máximo de 30% (trinta por cento); do valor da respectiva verba, mediante decreto, bastante para isso a apresentação de recursos habéis, de que fará a devida comunicação ao legislativo.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 1966.

Artigo 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Polgards, aos 20 de novembro de 1966.

Francisco Reis Cavante  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra

Fernando Lopes Vieira

Lei Municipal nº 493 de 20 de novembro de 1965. —

"Dispõe sobre abertura de crédito especial para cobertura de despesas com a aquisição de Bomba para o Serviço de abastecimento de água".

A Câmara Municipal de General Solgado Decreta, e em promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º — Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial no valor de R\$ 1.144.000 (um milhão cento e quarenta e quatro mil cruzeiros), — para cobertura das despesas com a aquisição de uma bomba com mais motores e de baixa rotação, — para o serviço de abastecimento de água da cidade.

Artigo 2º — A cobertura das despesas autorizadas no artigo anterior serão feitas através do saldo do excesso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Solgado, em 20 de novembro de 1965.

Françisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

Fernando Lopez Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 494/65 de 23 de novembro de 1965.

"Autoriza a celebração de contrato de instalação do serviço telefônico, e dá outras providências".

Francisco Assis Urquante, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo etc.

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de General Salgado, AUTORIZADA a celebrar com a Organização Telefônica Brasileira SA, com sede na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Asdrubal de Mascarenhas N. 215, contrato que também poderá ser celebrado com outras Companhias Telefônicas, desde que ofereçam melhores vantagens ao município, para instalação do serviço telefônico semi-automático na sede do município e zona rural, onde seja possível.

Artigo 2º - O contrato a ser celebrado entre a Telefônica e a Prefeitura Municipal, obedecerá as cláusulas e condições técnicas, legais e convencionais no sentido de por a salvo os compromissos assumidos pela administração Municipal.

Artigo 3º - O valor do contrato autorizado não poderá ultrapassar a quantia de R\$ 17.500.000 (dezesete milhões e quinhentos mil cruzeiros), sem direito a reajuste por parte da Telefônica.

Parágrafo único - O pagamento obedecerá a seguinte forma:

1. No ato da assinatura do contrato	R\$ 3.500.000
2. Após 60 (sessenta) dias	5.000.000
3. No término da obra o restante	9.000.000
Total R\$	17.500.000

Artigo 4º - As despesas de instalação, aparelhos, materiais diversos e mão de obra cobradas pela Telefônica

será pago pelos usuários dos telefones, ficando a cargo da Prefeitura Municipal, a adaptação do prédio do centro, compra de móveis e utensílios necessários para bom funcionamento do serviço.

Artigo 5º - Todo o material de instalação, como sejam fios, postes, chaves e outros materiais empregados no serviço, com exceção dos aparelhos telefônicos, ficarão pertencendo à Prefeitura Municipal, que os incorporará em seu patrimônio.

Artigo 6º - O pagamento das prestações pelos usuários e bem assim as taxas e outros regulamentos que dizem respeito ao empreendimento, serão regulados por decreto do Executivo.

Artigo 7º - Para atendimento das despesas por parte da Prefeitura Municipal, fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial no valor de R\$4.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), para cobertura das despesas de construção do prédio e instalação do centro, com vigência para os exercícios de 1965 e 1966.

Artigo 8º - O valor do presente crédito será coberto com o saldo do excesso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Delgado, aos 23 de Novembro de 1965.

Francisco Assis Arrantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra.  
Fernando Lopes Vieira  
Secretário



Lei municipal nº 495/65 de 26 de dezembro de 1965.-

"Aplica a correção monetária a todo o  
débito Fiscal inscrito em dívida ativa."

Francisco Assis Corrêas, Prefeito  
municipal de General Dolgado, Estado de  
São Paulo, etc.

Artigo 1º - Todo o débito fiscal, que venham  
a ser inscrito em dívida ativa, estará sujeito à  
correção monetária segundo os índices fixados pelo  
Conselho Nacional de Economia.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor 30  
dias, a contar da data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Dolgado, em 30 de  
dezembro de 1965.-

Francisco Assis Corrêas  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 496/66 de 26 de Fevereiro de 1966.

" Autoriza o Senhor Prefeito Municipal a receber, em doação do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado de Negócios do Governo, material para a instalação de Parque Infantil! "

Francisco Assis Cervantes,  
Prefeito Municipal de General  
Salgado, Estado de São Paulo, etc

Artigo 1º - Fica autorizada o Senhor Prefeito Municipal, de General Salgado, a receber, em doação, do Governo do Estado - de São Paulo, por intermédio da Secretaria dos Negócios do Governo, material destinado à instalação de Parque infantil, neste município.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, em 26 de Fevereiro de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei municipal nº 499/66 de 26 Fevereiro de 1966.

"Dispõe sobre a doação de materiais e equipamentos destinados à construção de extensão de linha elétrica até o Bairro Vila Maria, ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, e das outras providências".

Francisco Assis Arantes, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de General Salgado, autorizada a doar ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, entidade autárquica criada pela Lei nº 1.350, de 12 de Dezembro de 1951, todos os materiais e equipamentos destinados à execução e construção de uma linha elétrica de extensão ao Bairro Vila Maria, neste município.

Artigo 2º - Para efetivação da doação fica o Prefeito Municipal de General Salgado, autorizado a assinar os documentos necessários e demais papéis, transmitindo posse direitos e a praticar todos os atos que se fizerem necessários.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, em 26 Fevereiro de 1966.

Francisco Assis Arantes

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em data supra.

Ernando Lopes Vieira

Lei Municipal nº 498/66 de 26 Fevereiro de 1966

"Ratifica aquisição de duas casas - para o M. M. Juiz de Direito e dr. Promotor Público!"

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Polgato, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica notificada a aquisição de duas casas para residências do M. M. Juiz de Direito e dr. Promotor Público, adquiridas na gestão do Vice-Prefeito, Senhor Hilário Pereira.

Artigo 2º - Para cobertura das despesas autorizadas no artigo anterior, fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial de R\$ 12.000.000 (doze milhões de cruzeiros), que gravará o saldo do exercício anterior.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Polgato, em 26 de Fevereiro de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário -

Lei Municipal nº 499/66 de 3 de maio de 1966. -

" Autoriza o Prefeito Municipal receber auxílio financeiro do governo do Estado, através do Departamento de Obras Sanitárias, da Secretaria dos serviços e Obras Públicas, para ser aplicado nos serviços de perfuração de poço profundo, bem como aquisição de um conjunto motor bomba "

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e em promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizada a receber do Governo do Estado, através do Departamento de Obras Sanitárias da Secretaria dos serviços e Obras Públicas um auxílio financeiro de Cr\$ 8.000.000 (oito milhões de cruzeiros), para ser aplicado nos serviços de perfuração de poço profundo, bem como na aquisição de um conjunto motor bomba, do Município, podendo celebrar respectivo contrato relacionado com auxílio de que trata a presente lei.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 3 de maio 1966.

Francisco Assis Cervantes

Lei Municipal nº. 500/66 de 3 de maio de 1966.

"Autoriza a Prefeitura Municipal de General Salgado, a receber do Departamento de Obras Públicas da Secretaria dos Serviços e Obras Públicas, o auxílio no valor de R\$ 2.000.000 para execução das obras de construções e reparos de pontes diversos no Município."

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Salgado, - Estado de São Paulo, etc. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal, autorizada a receber do Departamento de Obras Públicas da Secretaria dos Serviços e Obras Públicas, o auxílio no valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), para execução das obras de construção e reparos em diversos pontes no Município.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos 3 de maio de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra  
Fernando Lopez Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 501/66 de 3 de maio de 1966.

"Autoriza o Senhor Prefeito Municipal, - adquirir todos os postes e materiais elétricos da rede de propriedade da firma Ney Barbosa e Irmão."

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica o Senhor Prefeito Municipal, autorizado a adquirir todos os postes e materiais elétricos da rede de propriedade da firma Ney Barbosa e Irmão, até a importância máxima de Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), rede elétrica com distribuição de força, primária e secundária.

Artigo 2º - Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial no valor mencionado no artigo anterior, e que será coberto com o saldo do excesso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 3º - Fica o Senhor Prefeito Municipal, autorizado a celebrar contrato com a referida firma.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos 3 de maio de 1966.-

Francisco Anis Cewantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario



Lei municipal nº 502/66 de 3 de maio de 1966.

"Aquisição de bomba 12/120 do Grupo Escolar de Trindade e Moraes."

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Dolgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria municipal um crédito especial no valor de R\$ 300.000 (Trezentos mil cruzeiros).

Artigo 2º - O referido crédito destina-se à compra de uma bomba a ser instalada na cisterna do Grupo Escolar de Trindade e Moraes.

Artigo 3º - Para cobertura do referido crédito será utilizado o excesso de arrecadação a ser verificado no corrente exercício.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Dolgado, aos 3 de maio de 1966. -

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra.

Fernando Lopez Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 503/66 de 3 de maio de 1966.

"Abre crédito especial para pagamento de serventes do Grupo Escolar de São João de Itacema e Grupo Escolar de Nova Castilho."

Francisco Assis Cavantes, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial no valor de R\$ 1.000.000 (um milhão de cruzeiros), para pagamento de serventes substituto, nos Grupos Escolares de São João de Itacema e Nova Castilho, a contar de 27 de janeiro de 1966. -

Artigo 2º - Os serventes serão pagos por esta Prefeitura e prestarão serviços nos Grupos Escolares acima.

Artigo 3º - Para cobertura das despesas autorizadas no artigo 1º, desta lei, será utilizada o excesso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos 3 de maio de 1966.

Francisco Assis Cavantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretaria

Lei Municipal nº 504/66 de 21 de junho de 1966

"Dispõe sobre autorização para o chefe do Executivo Municipal, celebrar Contrato com a Cia. Telefonica Rio Preto Ltda."

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica o chefe do Executivo Municipal, autorizado a celebrar contrato com a Cia. Telefonica Rio Preto Ltda, e, fica ainda autorizado a inclusão no contrato que for celebrado, de todas as cláusulas e condições adotados em operação desta natureza, o qual ficará fazendo parte integrante desta lei.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, em 21 de junho de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei Municipal nº 505/66 de 21 de junho de

"Dispõe sobre a doação de materiais e equipamentos destinados à construção de duas linhas primárias elétricas ao Departamento de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências."

Francisco Assis Corvantes,  
Prefeito Municipal de General Solgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal, autorizada a doar ao departamento de Águas e Energia Elétrica, entidade autárquica criada pela Lei nº 1.350 de 12 de dezembro de 1951, todos os materiais e equipamentos destinados à execução e construção de duas linhas primárias de distribuição de 13,2 kv, para atender as zonas rurais dos bairros da Lagea do Bicho e da Lagoinha.

Artigo 2º - Para efetivação da doação fica o Prefeito Municipal de General Solgado, autorizado a assinar os documentos necessários e demais papéis, transmitindo posse, direitos e a praticar todos os atos que se fizerem necessários.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Solgado, aos  
21 de julho de 1966.

Francisco Assis Leventes  
Prefeito municipal.

Publicado e registrado na secretaria  
em data supra.

Fernando Lopez Vieira  
Secretário.

Lei Municipal nº - 506/66 de 3 de julho de 1966

"Dispõe sobre abertura de crédito"

Francisco Assis Cervantes,  
Prefeito Municipal de General  
Salgado, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica o chefe do executivo municipal de General Salgado, autorizado a proceder a eletrificação da escola Santo Antonio, situada na fozem da do sr. Reinaldo Antonio Salgado.

Artigo 2º - Para cumprimento do artigo 1º, fica aberto na contabilidade municipal um crédito especial de Cr\$ 150.000 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos  
3 de julho de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data  
supra.

Leonardo Lopes Vieira  
Secretario

Lei Municipal nº 507/66 de 3 de julho de 1966

"Dispõe sobre pagamento do adicional de tempo de serviço prestados pelos aposentados, bem como o pagamento de Salário-esposa".

Francisco Assis Cervantes, Prefeito Municipal de General Polgardo, Estado de São Paulo, etc.

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial no valor de R\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros) para pagamento de adicional de tempo de serviço prestados pelos aposentados - Inativos e o salário-esposa.

Artigo 2º - A despesa autorizada no artigo anterior será coberta com o saldo do excesso de arrecadação a - verificar-se no presente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Polgardo, aos 3 de julho 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra.  
— Leonardo Lopes Vieira  
Secretário



Lei Municipal nº 508/66 de 3 julho de 1966.

"Dispõe sobre suplementação de verbas."

Francisco Assis Cervantes, —  
Prefeito Municipal de General  
Delgado, Estado de São Paulo  
etc.

Artigo 1º - Fica o chefe do  
Executivo Municipal, autorizado a suple-  
mentar a verba 95-3111 - Pessoal - III -  
Diaristas em CR\$ 3.000.000 (Três milhões de  
Cruzeiros).

Artigo 2º - O recurso hábil para  
cobrir suplementação autorizada no artigo  
anterior, será empregado o excesso de  
arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em  
vigor na data de sua publicação, -  
revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Delgado, em 3  
de julho de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em data  
supra.

Fernando Lopez Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 509/66 de 3 de julho de 1966

"Cria crédito especial para pagamento de equiparação de cargos e reajustamento de vencimentos de todos os servidores municipais."

Francisco Anís Cervantes,  
Prefeito Municipal de General  
Salgado, Estado de São Paulo  
etc.

Artigo 1º - Ficam equiparados a partir de 1º de julho do corrente exercício a referência "13" da Lei nº 469 de 1/7/65, os seguintes cargos:

- 1 - Tesoureiro
- 2 - Contador
- 3 - Lancador
- 4 - Fiscal Geral

Artigo 2º - Ficam equiparados a partir de 1º de julho do corrente exercício, a referência "9", da citada lei os cargos:

- 1 - Intenistas
- 2 - Operador de máquina.

Artigo 3º - Fica equiparado a partir de 1º de julho do corrente exercício, a referência "7", da mesma lei o cargo:

- 1 - zelador do serviço de água.

Artigo 4º - Concede um reajustamento aos servidores municipais, —

inclusivo dióristas, aposentados e pensionistas de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de junho do corrente exercício.

Artigo 5º - Para fazer face ao pagamento autorizado nos artigos anteriores, - fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial no valor de R\$ 14.000.000 (catorze milhões de cruzeiros).

Artigo 6º - Para cobertura do presente crédito será empregado o saldo do exco de arrecadação a verificar no presente exercício.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado,  
aos 3 de julho de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em  
data supra.

Fernando Lopez Vieira  
Secretario

Lei Municipal nº 510/66. de 3 de julho de 1966.

"Dispõe sobre abertura de crédito para pagamento de pensão de funcionário."

Francisco Assis Cervantes,  
Prefeito Municipal de General  
Bolgado, Estado de São Paulo etc.

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial de R\$ 120.000 (cento e vinte mil cruzeiros).

Artigo 2º - Referido crédito destinar-se-á a pagamento de pensão do funcionário designado para Agência Postal desta cidade, durante dois meses, em substituição de D. Aparecida Costa Fernandes.

Artigo 3º - O crédito referido no artigo 1º, será coberto com o excesso de arrecadação do presente exercício.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Bolgado, aos  
3 de julho de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra  
Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 511 de 30 de julho de 1966

A Câmara Municipal de General Solgado, estado de São Paulo etc  
Decreta e em promulgo a seguinte  
lei:

Artigo 1º - Fica suplementada a verba (Vetado) estaduais do senhor Prefeito Municipal, a partir de 1º de julho do corrente exercício.

Verba 3111-03 - Despesa

I - Subsidio Vetado

II - Representação Vetado

III - Viagens estaduais R\$ 1000.000  
Total a ser supl. 1.000.000

Artigo 2º - A suplementação autorizada no artigo anterior será coberta com o saldo do excurso de arrecadação a verificar-se no presente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de General Solgado,  
aos 30 de julho de 1966.

Francisco Assis Corrêa  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra.  
Eduardo Lopes Vieira  
Secretario

Lei municipal nº 512/66 de 20 de agosto de 1966.

Transmitida e sancionada pelo Prefeito -  
municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º,  
do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65.

"Dispõe sobre abertura de crédito especial"

O Prefeito Municipal de General Salgado,  
Estado de São Paulo, usando de suas  
atribuições que lhe confere o parágrafo  
4º, do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de  
28/12/65, e tendo em vista a urgência  
do interesse administrativo, que não  
podem sofrer solução de continuidade  
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto na Conta-  
doria municipal, um crédito especial no  
valor de R\$ 1.273.320 (um milhão duzentos  
e setenta e três mil e trezentos e vinte  
cruzeiros), para cobertura das despesas  
na aquisição de lâmpadas de mercúrio  
para iluminação pública da cidade.

Artigo 2º - As despesas autorizadas  
no artigo anterior, será coberto com os  
recursos provenientes do saldo remanescente  
do exercício de 1965.

Artigo 3º - Esta lei entrará em  
vigor na data de sua publicação,  
revogados as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de General Salgado, aos  
20 de agosto de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei municipal nº 513/66 de 20 de Agosto de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 21 da Lei Estadual nº 9.205, de 28-12-66.-

" Dispõe sobre pagamento do aluguel do prédio onde funciona a Exatéria Federal "

O Prefeito municipal de General Solgado, Estado de São Paulo, Usando de suas atribuições - que lhe confere o parágrafo 4º do artigo 21 da Lei Estadual nº 9.205, de 28/12/65, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica o senhor Prefeito municipal, autorizado a efetuar o pagamento do aluguel do prédio onde funciona a Exatéria Federal de General Solgado, até a quantia de R\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros), mensais.

Artigo 2º - Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial no valor de R\$ 280.000 (duzentos e oitenta mil cruzeiros), para cobertura das despesas autorizadas no artigo



anterior.

Artigo 3º - O presente crédito será coberto com o saldo do exercício - presente a verificar-se no excesso de arrecadação.

Artigo 4º - nos exercícios seguintes deverá constar no orçamento verba própria para cobertura das despesas do aluguel do referido prédio

Artigo 5º - Fica o senhor Prefeito Municipal, autorizado a celebrar contrato de locação do imóvel.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, - revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos  
20 de agosto de 1966.

Francisco Assis Brando  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 514/66 de 20 de agosto de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65. -

"Dispõe sobre a abertura de crédito especial".

O Prefeito Municipal, de General Salgado, usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º do artigo 21 da Lei Estadual nº 9.205, de 28/12/65, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito de Cr\$ 21.306.605 (vinte e um milhão trezentos e seis mil seiscientos e cinco cruzeiros), - destinados a ocorrer as despesas realizadas em exercícios anteriores assim especificados:

1962 - 1963.

1- Subsídio e representação dos exercícios de 1962 e 1963 ----- Cr\$ 868.900

2- Folha de pagamentos referentes a resto a pagar de 1963 755.000  
1965

- 1- Construção da Cadeia Pública do Distrito de Nova Castilho. . . . CR\$ 400.000
  - 2- Conclusão do Matadouro 3.400.000
  - 3- " " serviços de abastecimento de água. . . . . 13.324.705
  - 4- Folhas de pagamento ref. diarista 2.012.000
  - 5- Importância paga a cl. Federal, imposto de renda aquisição de imóvel construção do Ginásio Estadual 150.000
  - 6- Importância recolhida no cartório do Distribuidor referente desapropriação de uma área de terras situadas no Distrito de Nova Castilho (Estado) 396.000
- Soma CR\$ 21.306.605

Artigo 2º - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do saldo remanescente do exercício de 1965.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Polgado  
aos 20 de agosto de 1966.

Francisco Anis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra.

Fernando Lopez Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 515/66 de 26 de setembro 1966.

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 2º da Lei Estadual nº 9.205 de 28-12-1965.

" Dispõe sobre doação de imóvel

O Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc. Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º do artigo 2º da Lei Estadual nº 9.205, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

28-12-65

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a doar à "Creche Bençãio Nossa Senhora Aparecida de General Salgado", para ser construído um prédio para abrigar a "Creche", terreno pertencente ao município e situado nesta cidade, com os seguintes característicos:

" Terreno medindo 22x44 mts. com frente para avenida 7 de setembro esquina com rua Madyr Garcia, por outro lado e pelos fundos com a fazenda Estadual, situado na quadra nº 28, data "D".

Artigo 2º - O imóvel ora doado, reverterá ao patrimônio do município, se por qualquer motivo não forem — cumpridas as finalidades da doação.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, — revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos  
26 de Setembro de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data  
supra.

Fernando Lopez Vieira  
Secretario

Lei Municipal nº 516/66 de 26 de setembro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º, do artigo 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65.

" Dispõe sobre abertura de crédito Especial e aplicação parcial de verba do orçamento vigente, para atender às despesas com o pagamento do Super Vizer Técnico contratado pela Prefeitura Municipal pela Portaria nº 17/66 de 15/7/66."

O Prefeito Municipal de General Delgado, Estado de São Paulo, etc. Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/1965, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto na conta de caixa municipal, um crédito especial no valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros) para fazer face ao pagamento das despesas na prestação dos serviços profissionais do Supervisor Técnico contratado pela Prefeitura Municipal, através da Portaria nº 17/66 de 15/7/66, para -

modernizações dos serviços contábeis da  
comuna.

Artigo 2º - Para cobertura da  
despesa autorizada no artigo anterior, -  
fica anulada parcialmente a verba do-  
orçamento vigente 41-34-03 - O administração  
Geral - Poder Executivo - Veículos:

Verba anulada parcialmente  
R\$ 2.000.000.

Artigo 3º - Esta lei entrará em  
vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Polgato, aos  
26 de setembro de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei Municipal Nº 517/66 de 26 de Setembro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 21 da Lei Estadual n. 9.205 de 28/12/65.

"Dispõe sobre abertura de crédito especial" despesas com o serviço Eleitoral."

O Prefeito Municipal de General Solgardo, Estado de São Paulo, etc.  
Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º, do art. 21 da Lei Estadual n. 9.205 de 28/12/65, e,  
Tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade,  
de, Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto na conta de renda Municipal, um crédito especial, no valor de R\$ 220.000 (duzentos e vinte mil cruzeiros), para atender as despesas com o serviço Eleitoral no município.

Artigo 2º - Para cobertura das despesas autorizadas no artigo anterior, será utilizado o saldo remanescente do exercício de 1965.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.



Prefeitura municipal de General Polgado,  
em 26 de setembro de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicados e registrados na Secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei Municipal n. 518/66 de 26 de setembro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º, do artigo 21 da Lei Estadual n. 9.205, - de 28/12/65.

"Dispõe sobre revogação do item V, - parágrafo único do artigo n. 1º, da Lei Municipal n. 448, de 31 de agosto de 1964".

O Prefeito Municipal de General Solgado, Estado de São Paulo, etc usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º, do artigo 21 da Lei Estadual n. 9.205 de 28/12/65, e, tendo em vista - a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica revogada o item V e parágrafo único, do artigo n. 1, da Lei Municipal n. 448, de 31 de agosto de 1964.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Solgado, aos 26 de setembro de 1966

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na secretaria  
em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario.

Lei Municipal nº. 519/66 de 26 de Setembro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º, do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65.

"Dispõe sobre aquisição por compra de um imóvel destinado à construção da Cadeia de São João de Itrocema".

O Prefeito Municipal de General Solgado, Estado de São Paulo etc. - Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo, do art. 31 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir por compra um imóvel com as seguintes características:

"Um terreno com a área de 20 mts x 40 mts. ou sejam 800 mts<sup>2</sup>, situado na data "H", quadra n. 9, no distrito de São João de Itrocema, neste município, dividindo-se de um lado com a Rua 3 de Maio por outro lado e pelos fundos com as datas "F" e "G" e pela frente com a Rua São Pedro.

Parágrafo único - O imóvel descrito

acima, é de propriedade do senhor -  
Joaquim Inácio Xavier e sua mulher  
Maria Jeronima de Jesus.

Artigo 2º - O imóvel referido no  
artigo anterior, se destinará á construção  
da Cadeia Pública de São João de Tracema.

Artigo 3º - Para atender ás despesas  
decorrentes com a execução desta lei, fica  
aberto na Contadoria Municipal um -  
crédito especial no valor de R\$ 110.000  
(cento e dez mil cruzeiros), que será coberto  
com o saldo remanescente verificado no  
exercício de 1965.-

Artigo 4º - Esta lei entrará em  
vigor na data de sua publicação, -  
revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Polgardo, aos  
26 de setembro de 1966.

Francisco Assis Cavantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em  
data supra.

Fernando Lopez Vieira  
Secretario

Lei Municipal nº 520/66 de 10 de Outubro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º, do art. 21 da Lei Estadual n. 9.205 de 28/12/65.

"Dispõe sobre abertura de crédito especial, para fazer face às despesas com a comemoração do Dia da Cidade".

O Prefeito Municipal de General Solgado, Estado de São Paulo, etc.  
Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º do art. 21 da Lei Estadual n. 9.205 de 28/12/65, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, — que não podem sofrer <sup>interrupção</sup> continuidade,  
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto na Contabilidade Municipal, um crédito especial no valor de R\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), para cobertura das despesas com a comemoração do Dia da Cidade.

Artigo 2º - O presente crédito — será aberto com o saldo remanescente do exercício de 1965.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Polgado, -  
aos 10 de outubro de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeitura Municipal

Publicado e registrado na Secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei Municipal n. 521/66 de 10 Outubro de 1966

"Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º, do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65."

"Institui Pensão Vitalícia à viúvas de ex-servidores, e abre crédito especial!"

O Prefeito Municipal de General Solgado, Estado de São Paulo, etc usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º do artigo 21 da Lei Estadual nº 9.205, de 28/12/65, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade, Decreto:

Artigo 1º - Fica instituído a Pensão Vitalícia às viúvas de ex-servidores:

- 1- Filomena Fedeiro de Jesus, viúva de José Jerônimo do Prado, a razão de R\$ 58.000 mensais ... R\$ 294.000 de agosto a dezembro de 1966 -
- 2- Júlia de Lima - viúva de José Tertuliano Alves, a razão de R\$ 63.700, mensais de agosto a dezembro de 1966 318.500
- 3- Deganira Jesseira da Silva, viúva de Leopoldo Tezari e



Silva, a razão de cr\$ 66.300  
mensais de agosto a dezembro  
de 1966 - - - - -

cr\$ 311.500

Soma

cr\$ 944.000

Artigo 2º - Fica aberto na contabilidade municipal, um crédito especial no valor de cr\$ 944.000 (novecentos e quarenta e quatro mil cruzeiros).

Artigo 3º - Para cobertura das despesas autorizadas no artigo anterior, será utilizado o saldo remanescente do exercício de 1965.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, — revogados as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Salgado, em  
10 de outubro de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na Secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 522/66 de 10 de Outubro de 1966.

Promulgada e sancionada pelo Prefeito municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65.

"Dispõe s/ criação de cargos e abre crédito especial."

O Prefeito municipal de General Solgado, Estado de São Paulo, etc. Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º, do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade; Decreta:

Artigo 1º - Ficam criados no quadro de servidores da Prefeitura municipal, os seguintes cargos:

Divisão de Contabilidade  
Pessoal Civil

- |     |   |           |
|-----|---|-----------|
| I-  | Vencimentos de um <u>escriturário</u> de agosto a dezembro de 1966. | 525.000   |
| II- | Salário de família  | 40.000    |
|     | Serviço Telefônico municipal  | -         |
|     | Pessoal Civil   |           |
| I-  | Vencimentos de 4 telefonistas agosto a dezembro de 1966.            | 1.680.000 |
| II- | Vencimentos de um procurador  |           |

Técnicos, idem ----

Soma R\$ 420.000  
2.665.000

Artigo 2º - Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial no valor de R\$ 2.665.000 (dois milhões seiscentos sessenta e cinco mil cruzeiros), para cobertura das despesas autorizadas no artigo anterior.

Artigo 3º - Para fazer as despesas autorizadas por esta lei, será utilizado o saldo remanescente do exercício de 1965.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos 10 de outubro de 1966.

Francisco Assis Arantes  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra.

Ernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei municipal nº 523/66 de 10 de outubro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º, do artigo 21 da lei estadual nº 9.205 de 28/12/65.

"Dispõe sobre a abertura de crédito especial para pagamento de auxílio à "Santa Casa de Monte Aprozível".

O Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc usando de sua atribuição que lhe confere o parágrafo 4º do art. 21 da lei estadual nº 9.205 de 28/12/65, e, tendo em vista a urgência nos interesses administrativos, - que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito - especial de R\$ 200.000 (duzentos mil - cruzeiros), para o pagamento de auxílio à "Santa Casa de Monte Aprozível".

Artigo 2º - Para cobertura das despesas autorizadas no artigo anterior, será utilizado o saldo remanescente do exercício de 1965.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em

Contrário.

Prefeitura municipal de General Polgado,  
aos 10 de Outubro de 1966

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicado e Registrado na secretaria em data  
supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei municipal nº 534/66 de 10 de Outubro de 1966.

Promulgada e sancionada pelo Prefeito municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 2º da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65.

"Dispõe sobre a abertura de um crédito especial para o recondicionamento de 1 motor David Brown - Diesel 6 cilindros".

O Prefeito municipal de General Salgado, Est. São Paulo, etc Usando de sua atribuição que lhe confere o parágrafo 4º do artigo 2º da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65, e, — tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que — não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica abertura na Contadoria Municipal, um crédito especial de R\$ 1.724.550 (um milhão setecentos e vinte e um mil e quinhentos e cinquenta cruzeiros), para atender as despesas do recondicionamento de 1 motor David Brown - Diesel 6 cilindros.

Artigo 2º - Para cobertura das despesas autorizadas no artigo anterior, será utilizado o saldo remanescente do

exercício de 1965.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de General Polgado, aos  
10 de outubro de 1966.

Francisco Ossis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na secretaria em data  
supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei Municipal nº 525 de 10 de Outubro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º, do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65

" Dispõe sobre abertura de crédito suplementar e autorização para anulação de dotação orçamentária."

O Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo etc.  
Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65, e tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade, Decreto:

Artigo 1º - Ficam abertos na Contadoria Municipal os Créditos suplementares na importância de R\$ 32.600.000 (trinta e dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), as seguintes dotações orçamentárias:

Governo e Administração Geral  
Secretaria e Serviços Diversos

314-003 - Encargos diversos

V - Viagens e estadios de func. R\$ 1.000.000

Encargos Gerais



314-019 - Encargos Diversos

II - Pagamento Aluguel do Carro CR\$ 100.000

São João de Ipoema

Obras e Melhoramentos Públicos

Divisão de Obras - serv. cons. Vias

Públicas

311-195 - Pessoal Civil

III - Dióristas

CR\$ 6.000.000

Conclusão de logradouro Públicos

411-396 - Perseguimento e Conclusão de Obras

Construção de Guias e Sarjetas e

Calçadas. - - - CR\$ 10.000.000

Serviço Municipal de Est. Rodagem

312-049 - Material de Consumo

Aquisição de madeiras, gasolina etc. CR\$ 10.000.000

411-049 - Obras Públicas - Const. de Pontes e

muta - burros. - - - CR\$ 2.000.000

Governo e Administração Geral

Encargos municipais

310-003 - Despesas de Exercícios anteriores. 3.500.000

Soma CR\$ 32.600.000

Artigo 2º - Para cobertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos:

1- Anulação Total da verba

Obras e melhoramentos Públicos

Serviço de rede de esgotos

412-092 - Equipamentos e instalações - Serviço em regime de programação especial 22600.00

2 - Saldo remanescente exercício 1965 10.000.00

Total CR\$ 32.600.000

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação - revogados as disposições em contrário.

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Prefeitura Municipal de General Solga-  
do, aos 10 de Outubro de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Lei Municipal nº 526 de 10 de outubro de 1966

Bromulgada e sancionada pelo Prefeito municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º, do artigo 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65.

"Dispõe sobre abertura de crédito especial para cobertura de despesas".

O Prefeito Municipal de General Solgado, Estado de São Paulo etc.  
Usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 4º do artigo 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65, e, —  
Tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial no valor de R\$ 535.100 (quinhentos e trinta e cinco mil e cem cruzeiros) para cobertura dos seguintes despesas:

- 1- Auxílio ao Ginásio Estadual "Jonico Barão"  
p/ esporte do estabelecimento R\$ 100.000
- 2- Auxílio ao Esporte da Municipalidade de futebol, aquisição de -  
fazer de camisa - - - - - 51.600
- 3- Serviços fotográficos efetuados no  
trabalho de elevação do Colégio  
Eleitoral 220.000

4- Despesas com o pessoal de cadastramento  
do Ibra, realizado na Semana da  
terra ----- CR\$ 163.500  
Total geral CR\$ 535.100

Artigo 2º - O presente será coberto  
com o saldo remanescente do exercício de  
1965.

Artigo 3º - Esta lei entrará em  
vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições, em contrário.

Prefeitura municipal de General Polgado, aos  
10 de outubro de 1966

Francisco Assis Covantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretário

Lei municipal nº 527/66 de 10 de Outubro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º, do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65.

"Dispõe s/ abertura de crédito para pag. de gratificação de avaliador e julgador."

O Prefeito Municipal de General Solgado, Estado de São Paulo etc.  
Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/65 e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto na Contadoria municipal, um crédito especial no valor de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), a partir de agosto do presente exercício, conforme preceitua a Lei Municipal nº 469 de 1º de julho de 1965.

Artigo 2º - Para cobertura dos despesas autorizados no artigo anterior, será utilizado o saldo remanescente do exercício de 1965.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

revogados as disposições em contrario.

Prefeitura municipal de General Polgado  
aos 10 de outubro de 1966.

Francisco Assis Cervantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado na Secretaria em  
data supra.

Fernando Lopes Vieira  
Secretario

Lei Municipal n.º 528/66 - de 3 de novembro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o par. 4.º do art. 21 da Lei Estadual n.º 9.205 de 28 de Dezembro de 1965.

"Dispõe sobre abertura de crédito Especial".

O Prefeito Municipal de General Salgado Estado de São Paulo, etc., Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4.º do art. 21 da Lei Estadual n.º 9.205 de 28 de Dezembro de 1965, e tendo em vista a urgência dos interesses administrativos que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1.º - Fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial no valor de R\$ 1.750.000 (um milhão e setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para pagamento de aquisição de aparelhos telefônicos, instalados em dependências municipais, como Prefeitura Municipal, Câmara, Casa do M.M. Juiz de Direito e do Promotor Público e Fórum.

Artigo 2.º - O recurso empregado para cobertura do presente crédito será utilizado o excedente de arrecadação a verificar no presente exercício.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

P. M. de General Salgado, em 3 de novembro de 1966

Francisco Assis Aragões  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no cartório em data sobre

Lei Municipal n.º 529 de 3 de novembro de 1966.

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal conforme dispõe o parágrafo 4.º do art. 21 da Lei Estadual n.º 9.205 de 28 de dezembro de 1965.

"Dispõe sobre abertura de crédito especial p/ conclusão do Posto de Puericultura"

O Prefeito Municipal de J. Salgado, Estado de São Paulo, etc. Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4.º do artigo 21 da Lei Estadual n.º 9.205 de 28 de Dezembro de 1965, e tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1.º - Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial no valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), para cobertura das despesas com a conclusão do prédio do Posto de Puericultura, desta cidade.

Artigo 2.º - O recurso para cobertura das despesas autorizadas no artigo anterior, será utilizado o saldo do excesso de arrecadação a realizar no presente exercício.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de J. Salgado 3 de novembro de 1966.

Thomaz Arris Arrontes  
- Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria em data supra  
Fernando Lopes Vianna  
- Secretário -



Lei Municipal n.º 520/66 - 3 de novembro de 1966

Promulgada e sancionada pelo Prefeito Municipal, conforme dispõe o parágrafo 4º do art. 21 da Lei Estadual n.º 9.205 de 28.12.1965.

"Dispõe sobre suplementação de verbas no orçamento vigente e autoriza anulação de verbas"

O Prefeito Municipal de General Salgado Estado de São Paulo, etc. Usando de suas atribuições que lhe confere o parágrafo 4º, do art. 21 da Lei Estadual n.º 9.205 de 28.12.65, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer solução de continuidade, Decreta:

Artigo 1º - Fica o senhor Prefeito Municipal, autorizado a suplementação no orçamento vigente as seguintes dotações, num total de R\$ 25.211.850,00:

Poder Legislativo

314001 -	Encargos Diversos	R\$ 151
I -	Viagens e estadias de vereadores	500.000

Poder Executivo

314003 -	Encargos Diversos	1.200.000
412403 -	Veículos	3.500.000

Divisão de Contabilidade

311103 -	Pessoal Civil	
III	Adic. p/tempo de serviço	67.200

Secretaria e Serviços Diversos

312003 -	Material de Consumo	200.000
----------	---------------------	---------

		Q. N.
314 003	- Encargos Diversos	200.000
413 003	- Material Permanente	500.000
	Desamortiza	
311 103	- Pessoal Civil	81.600
325 083	- Salario Familia	32.800
	Encargos Gerais	
327 011	- Juros da Divida Publica	2.000.000
314 019	- Encargos Diversos	60.000
	Saude	
314 073	- Encargos Diversos	
	F. Aluguel do Posto de Pecuicultura	60.000
	Prob. e Previd. e Assist. Social	
323 082	- Inativos	311.450
	Vias Publicas	
311 195	- Pessoal Civil	4.000.000
	Const. de Logradouros Publicos	
411 396	- Conc. Prossuqimento de Obras	6.000.000
	S. M. E. R.	
311 140	- Pessoal Civil	300.000
312 049	- Material de Consumo	4.000.000
411 049	- Obras Publicas	1.000.000
	Servicos de Abastecimento de Agua	
311 192	- Pessoal Civil	100.000
312 092	- Material de Consumo	800.000
	Limpesa Publica	
311 192	- Pessoal Civil	98.800
	Total a ser suplementado	25.211.850

Artigo 2º - Para cobertura de credito suplemen-  
tar autorizado no artigo anterior, ficam anu-  
ladas as seguintes verbas totais do orga-  
mento vigente:

Paga Municipal		Crédito
411203 - Promog. e cond. do obs	Rádios Públicas	5.000.000
411505 - Const. Edif. Públicos	Escola de Comércio Municipal	2.000.000
311163 - Pessoal civil		1.000.000
312063 - Material de consumo		500.000
314063 - Encargos Diversos	Veículos	1.500.000
413039 - Material Permanente		<u>10.000.000</u>
Total da anulação de verbas		20.000.000
Parágrafo único - O restante será coberto com o saldo de exerce de advocacia a verificar-se no presente exercício, no valor de R\$ 5.211.850		

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, aos 3 de novembro de 1966.

Francisco Assis Amonites  
: Prefeito Municipal.

Publicada e registrada na secretaria em data supra

Lernando Lopes Vieira  
- Secretário.

Lei Municipal nº 531/66 - 3-11-1966.

Promulgada e sancionada pelo Prefeito municipal conforme dispõe o § 4º do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205, de 28-12-1965.  
"Dispõe sobre suplementação de Votos"

O Prefeito municipal de Gal. Lalgado, Estado de São Paulo, etc. V. sendo de suas atribuições que checare o § 4º do art. 21 da Lei Estadual nº 9.205 de 28 de Dezembro de 1965, e, tendo em vista a urgência dos interesses administrativos, que não podem sofrer suspensão de continuidade, Deputa:

Art. 1º - Ficam abertas na contabilidade municipal, um crédito suplementar no valor de ~~R\$~~ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros), as seguintes dotações orçamentárias vigentes:

Obras e melhoramentos públicos

Serviço de abastecimento de água

Despesas de Capital

412-09-2 - Equipamentos, instalações, mão de obra e perfuração de poço semi-artiziano ..... ~~R\$~~ 15.000.000.

GOVERNO e Administração Geral

Poder Executivo

Encargos Diversos

314-00-3 - I. Viagens e Estádios do Prefeito ~~R\$~~ 2.000.000

Soma das verbas suplementares ..... ~~R\$~~ 15.000.000

Artigo 2º - Para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o saldo do excurso de anuidades e renúnciar-se

no presente exercício.

Artigo-3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Propetura municipal Golegdo, 3 de novembro de 1966.

s) Francisco Reis Leantes  
Prefeito municipal

Publicado e registrado no Livro de Acta supra.

Luiz de F. Costa  
Secretário

Lei nº 532/67

Disposições sobre criação dos cargos de Auxiliar de Contabilidade e de Almoxarife.

Antônio Pereira Macedo, Prefeito Municipal de J. L. do, Estado de São Paulo, etc.

Art. 1º - Serão criados no quadro de funcionários municipais, os cargos de Auxiliar de Contabilidade e de Almoxarife.

Art. 2º - Para cada um, quando no exercício de suas funções os vencimentos mensais da referência 9 - R\$ 14,00 (cento, quarenta cruzeiros novos) e da referência 8 - R\$ 12,00 (cento, vinte cruzeiros novos), respectivamente.

Art. 3º - Será aberto na Contadoria Municipal um crédito especial de R\$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros novos), para cobertura dos despesas decorrentes desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de J. L. do, 16/maio/1967.

Antônio Pereira Macedo  
" Prefeito Municipal "

Publicada e registrada na Prefeitura em data supra  
José Carlos de Paula Lima  
Secretário

Lei nº 533/67

Dispõe sobre criação de cargo.

Antônio Puma Alencar, Prefeito  
municipal de Juvelândia, Estado  
de São Paulo, etc.

Artº 1º - Fica criado no quadro de funcio-  
nários municipais o cargo de motorista.

Artº 2º - Preencher, quando no âmbito de suas  
funções os vencimentos da referência R = R\$ 126,00 (um  
to e vinte e seis cruzeiros novos).

Artº 3º - Fica aberto na contabilidade mu-  
nicipal um crédito especial de R\$ 1.2400 (um mil  
cento e quarenta e quatro cruzeiros novos), para cober-  
tura das despesas decorrentes desta lei.

Artº 4º - Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposi-  
ções em contrário.

Prefeitura Municipal de Juvelândia, 16 de maio de 1967.

Antônio Puma Alencar,  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Prefeitura no data acima:

cf. José C. S. Lima  
secretário

Reg. Geral. 20.000

Lei nº 534/67.

Antônio Pereira Macedo, Prefeito mu-  
nicipal de Juiz de Fora, Estado  
de São Paulo, etc.

Art. 1º. Fica aberto na Contadoria mu-  
nicipal um crédito especial de R\$ 1.000,00 (um  
mil e zero reais).

Art. 2º. O referido crédito destinar-se-á  
para cobertura das despesas decorrentes  
com reparos nos instrumentos na Banda  
municipal.

Art. 3º. As despesas do referido crédito  
serão cobertas com o saldo da arrecadação  
e unificar-se-ão com o corrente exercício.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as dispo-  
sições em contrário.

Prefeitura municipal. Juiz de Fora, 16 de maio 1967.

Antônio Pereira Macedo  
Prefeito municipal.

Publicada e registrada no cartório em data supra.

José Carlos P. Silva  
secretário

Dep. Cel. 601



Lei nº 335/67.

"Lei sobre a instalação de Museu Histórico do município".

Antônio Pinheiro Afonso, Prefeito  
municipal de Gal. Solgodo,  
Estado de São Paulo, etc.

Artº 1º. - Fica a Prefeitura municipal autorizada a instalar o Museu Histórico do município.

Artº 2º. - A instalação do Instituto a que se refere o artigo 1º, deverá ser realizada pelo grupo de museus históricos da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação.

Artº 3º. - O Museu Histórico municipal, terá por fim recolher, preservar e expor materiais históricos do município, peças de arte em artístico, folclórico, ou cultural do país e do exterior, de modo a contribuir para o desenvolvimento dos estudos históricos locais e das atividades culturais e artísticas no seio da comunidade.

Artº 4º. - Fica a Prefeitura municipal, autorizada a adotar todas as providências competentes para a execução da presente Lei.

Artº 5º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Gal. Solgodo, 16/maio/1967.

Antônio Pinheiro Afonso.

Prefeito Municipal.

Publicada e registrada na Secretaria de Estado de São Paulo.

José Carlos de Paula Lima  
secretário

Lei nº 536/64

Código Tributário  
municipal

1967.

Lei nº 538/64.

"Dispositivo sobre a celebração de Convênio com a Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e dos outros providências"

Antônio Pereira de Faria, Prefeito municipal de G. Algodão Estado Pernambuco.

Art. 1º. - No acordo com o disposto no artigo 9º inciso IX, da Lei Estadual nº 9.205 de 28/12/63, fica o Executivo autorizado a celebrar convênio com a Secretaria do Estado, para a construção, neste município, de um prédio destinado ao funcionamento do Grupo Escolar de São João da Baía.

Art. 2º. - Os recursos para a construção a que se refere o artigo anterior serão fornecidos pelo Plano operacional de Educação visando a diferença ser cobrada pelo município ou o custo da obra ultrapassar a dotação prevista.

Art. 3º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de G. Algodão, 26-1-64.

Antônio Pereira de Faria  
Prefeito Municipal.

Publicada e registrada na Secretaria, do Sr.   
José Carlos de Paula Lima  
Secretário

Lei nº 539/17

"Disposições sobre auxílio ao Sr. Arlindo A. Antunes"

Antunes Pereira Alencar, Prefeito  
municipal de J. Solgado Estado  
de São Paulo, etc.

Artº 1º - Fica o executivo autorizado a  
auxiliar o Sr. Arlindo Antunes aos tantos com  
a importância de R\$ 200,00 (Cem reais e quinhentos avos).

Artº 2º Esta importância deverá ser paga  
pelo Sr. Alencar para a administração do beneficiário.

Artº 3º Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposições  
em contrário.

Prefeitura municipal de J. Solgado, 28/Julho/1917.

J. Antunes Pereira Alencar  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na Prefeitura em data supra.

J. José Carlos de Paula Lima  
secretário

Reg. Estad. 104.

Lei nº 540/67

"Resolução sobre auxílio à Santa Casa de misericórdia de São José do Rio Preto."

Antônio Pereira de Azevedo, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo etc.

Artº 1º - Fica o executivo autorizado a auxiliar a Santa Casa de misericórdia em São José do Rio Preto, com a importância de R\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos).

Artº 2º - Esta importância deverá ser transferida a Santa Casa de misericórdia de São José do Rio Preto, que atualmente conta no orçamento desta Prefeitura.

Artº 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Gen. Salgado, 28/1/1967.

Antônio Pereira de Azevedo  
Prefeito Municipal

Publicação registrada na Secretaria em data supra,

o) José Carlos de Paula Lima  
secretário

Reg. Geral 1967

Lei nº 541/61

"Lei sobre gratificação a funcionários".

Antônio Pereira Macedo, Prefeito municipal de General Salgado, Estado de S. Paulo, etc.

Artº 1º - Lido alerta na Contadoria municipal, em crédito especial de R\$ 300,00 (duzentos cruzados novos).

Artº 2º - O referido crédito especial se destina a gratificação do servidor municipal responsável pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Artº 3º - Numa o servidor municipal receber a referida gratificação mensalmente a razão de R\$ 25,00 (vinte e cinco cruzados novos).

Artº 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de G. Salgado, 28/7/1961.

Antônio Pereira Macedo,  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na Secretaria em data supra.

João Carlos de Paula Lima,  
secretário

22. Aug. 1961

## Lei municipal nº 542/67

"Disposições sobre a doação de canos de água e auxílio em dinheiro".

Antônio Pereira Macedo, Prefeito  
municipal de General Salgado,  
Estado de São Paulo, etc.

Artº 1º - Fica aberto na Contabilidade municipal, um crédito especial de R\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos).

Artº 2º - Fica o Prefeito municipal autorizado a doar 50 (cinqüenta) metros de cano de água para a instalação de água no Estádio municipal.

Artº 3º - O referido crédito destina-se a auxiliar o Club de nossa cidade, com a aquisição de materiais esportivos e construção e reforma no Estádio municipal.

Artº 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal, 28/fevereiro/1967

Antônio Pereira Macedo  
Prefeito municipal

Publicada e registrada no Cartório, desta cidade.

João Carlos de Paula Lima  
secretário

Lei nº 543/67

Antônio Pereira Macedo, Prefeito Municipal de General Lages, Estado de São Paulo, etc.

Artº 1º - Será criado um crédito especial de R\$ 400,00 (quatrocentos e quarenta e quatro reais) na conta de renda municipal.

Artº 2º - Será criado o referido crédito para a cobertura do vencimento do Prefeito Municipal de diferença entre os vencimentos de Oficial de Justiça e o de Prefeito.

Artº 3º - O referido crédito é para pagamento de 4 (quatro) meses na folha do Executivo.

Artº 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 28 de julho de 1967.

Antônio Pereira Macedo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

Ass. Carlos de D. Lima  
secretário

By. Silva. 163



Lei nº 544/67

Dispor sobre abertura de Crédito Especial.

Antenor Pereira Macedo, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de J. Paulo, no uso de suas atribuições legais. Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei...

Art. 1º Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a adquirir do Sr. Henrique Pontieri, um terreno medindo 50x50 metros, pela importância de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros novos).

Art. 2º Fica ainda o Sr. Prefeito Municipal autorizado a doar o referido terreno ao Consórcio de Televisão das Cidades de Votuporanga, Remédiospolis e Jales, a fim de, nele ser instalado o Posto de Transmissão de Sinais de Televisão.

§ Único - fica concedido ao Consórcio o prazo de 30 dias para o início das construções e instalações do Posto de Transmissão. Decorrido o prazo concedido sem que o referido Consórcio tenha iniciado as obras, o terreno doado será imediatamente revertido a Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Para abertura da aquisição do referido terreno, fica aberto na Prefeitura Municipal um Crédito Especial de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros novos), que correrá por conta do exorciso de arrecadação a verificar-se no corrente exercício.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Prefeitura Municipal de J. Paulo, 6 Setembro de 1967:

a) ANTENOR PEREIRA MACEDO

- Prefeito Municipal -

Publicado e registrado na Secretaria em data sup.

a) JOSE CARLOS PAULA LIMA -

Lei nº 545/67.

"Disposições sobre a regulamentação dos feriados municipais".

Antenor Pereira apocado, Prefeito municipal de Javal Grande, Estado de São Paulo, etc, usando das atribuições que lhe são conferidas. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Artº 1º - Fica revogada a lei municipal nº 332 de 17-9-1960, que dispõe sobre feriados municipais.

Artº 2º - Ficam considerados feriados municipais, obedecendo o Decreto-Lei nº 86 de 27 de dezembro de 1966, os seguintes feriados:

Quinta-feira - Festa-feira Santa.

Quinta-feira - Corpus Christi.

15 de setembro - Dia da cidade.

8 de Dezembro - Imaculada Conceição.

Artº 3º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Prefeitura municipal, 12/setembro/1967.

Antenor Pereira apocado

Prefeito municipal

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara.

João Carlos de Paula Lima  
secretário.

Lei nº 546/67

"Lei sobre abertura de crédito especial"

Antônio Pereira de Azevedo, Prefeito  
municipal de General Salgado,  
Estado de São Paulo, etc.

Art. 1º - Lida a conta na Contadoria  
municipal, sem crédito especial de R\$ 1.500,00  
(um mil e quinhentos cruzeiros novos).

Art. 2º - O referido crédito destina-se  
a cobrir as despesas com os festejos com o  
"dia da cidade".

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Prefeito municipal, 31/ agosto/ 1967.

Antônio Pereira Maceo.  
Prefeito municipal.

Publicada e registrada na Secretaria em data supra.

José Carlos de Paula Lima.  
Secretário

Reg. Sec. 1. 10. 8

Lei nº 547/67

Autoriza o Prefeito municipal receber o auxílio financeiro do Governo do Estado, através do Departamento de Obras Sanitárias, da Secretaria dos Serviços de Obras Públicas, destinados aos estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira do sistema de serviço de abastecimento de água do município.

Autoriza ainda o Prefeito municipal de Jussara, Estado do Rio Grande do Sul, a solicitar ao Estado do Rio Grande do Sul, a fim de obter o auxílio financeiro necessário para a realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira do sistema de serviço de abastecimento de água do município.

Art. 1º - Fica o Prefeito municipal autorizado a conferir atribuições ao Departamento de Obras Sanitárias da Secretaria dos Serviços de Obras Públicas, para que o mesmo possa contratar os estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira do sistema de serviço de abastecimento de água do município.

Art. 2º - Fica autorizada ainda, uma vez concluídos os referidos estudos, a formalizar, por via de contrato, e pelo valor dos mesmos estudos, o recebimento de auxílio por parte do município.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

deposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado,  
12 de Outubro de 1967.

o/ Antenor Vieira Macedo.  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria em data supra.

o/ José Carlos de Paula Lima  
Secretário

Lei nº 548/67

"Disposições sobre criação de cargos"

Antônio Pereira Macedo, Prefeito  
municipal de General Salgado,  
Estado de São Paulo, etc. Saço sa-  
ber que a câmara municipal de-  
creta e em lançoio a seguinte  
Lei:

Artº 1º - Cria criado no cargo de  
funcionários municipais o cargo de Auxiliar  
de Patroleta."

Artº 2º - O referido cargo terá como  
vencimentos da referência 1, R\$126,00 (cento e  
vinte e seis cruzeiros novos).

Artº 3º - Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação revogadas as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal, 21 de outubro de 1967.

Antônio Pereira Macedo  
Prefeito municipal

Publicada e registada em data supra na Secretaria.

José Carlos de Paula Lima  
Secretário

Lei nº 549/61

"Lei sobre crédito especial"

Antônio Pereira Macedo, Prefeito Municipal  
de General Salgado, Estado de São Paulo,  
etc. faz saber que a Câmara Munici-  
pal, deuta e em consenso aprova  
Lei:

Artº 1º - Fica aberta na Contadoria Munici-  
pal, um crédito especial de R\$ 173,50 (setenta e  
três cruzeiros novos e cinquenta centavos).

Artº 2º - O referido crédito destina-se a cobrir  
os despesas de honorários do Prefeito Municipal,  
que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Artº 3º - Este crédito especial equivale-se  
a 2 (dois) meses e 21 (vinte e um) dias de vencimentos.

Artº 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir da  
data de sua publicação revogando as disposições em con-  
trário.

Prefeitura Municipal, 27/ outubro/ 1961.

Antônio Pereira Macedo

Prefeito Municipal.

Publicado e registrada em data supra na Prefeitura.

af. J. Carlos de Paula Lima  
"secretário"

Reg. Ar. L. 156/61

Lei nº 550/61

"Dispor sobre os preços de serviços explorados diretamente pelo município, o uso de seus bens e o fornecimento de utilidades produzidos pelo município.

Leontina Pereira Macedo, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo etc, usando das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu transcrevo a seguinte lei.

Art. 1º - Os rendos provenientes de serviços de natureza industrial, comercial e civil prestados pelo município em caráter de empresa suscetíveis de serem explorados por empresa privada, são, para efeitos desta lei, considerados preços.

Art. 2º - A fixação de preços para serviços que sejam monopólio do município terá por base o custo unitário.

Art. 3º - Quando não for possível a obtenção do custo unitário de serviços, a fixação far-se-á levando-se em consideração o custo total do mesmo verificando no último exercício encerrado, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume do serviço prestado no exercício encerrado e a prestar no exercício considerado.

Parágrafo 1º - O Volume de serviço, para efeito do disposto neste artigo, será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidos ou fornecidos, pelo -



número de ligações feitas ou pela média de usinórias atendidas.

Parágrafo 2º - O custo total, para efeito do disposto neste artigo, compreenderá custos de produção, manutenção e administração do serviço e bem assim as reservas para recuperação do equipamento e expansão do serviço.

Art. 4º - Quando o município não tiver o monopólio do serviço, a fixação do preço será feita com base nos preços do mercado.

Art. 5º - fica o poder executivo autorizado a fixar os preços dos serviços até o limite da recuperação do custo total, a fixação de preços além desse limite dependerá de lei autorizada da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - O Executivo publicará anualmente uma relação dos preços fixados para os serviços.

Art. 6º - O sistema de preços do município, compreende os seguintes serviços, além de outros que vierem a ser prestados:

- I - de água
- II - de comunicações telefônicas;
- III - de mototransportes.

Art. 7º - O não pagamento das dívidas resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações mantidas pela Prefeitura, em razão da exploração direta de serviços municipalizados acarretará, decorridos os prazos regulamentares o corte de fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo Único - O corte de fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo é aplicável, também, nos casos previstos em posturas ou regulamentos próprios.-

Art. 8º - As penalidades serão aplicadas, conforme o caso, apenas quando os pagamentos que devem ser feitos "a posteriori" e após apropriados os depósitos, cauções ou fianças como garantia de consumo ou uso.-

Art. 9º - Aplicam-se aos preços, no tocante a fornecimento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio e obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidade e processo fiscal, as disposições do Código Tributário.

Art. 10º - A Prefeitura expedirá os regulamentos portários e circulares e avisos que se fizerem necessários à execução desta lei.-

Art. 11º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ou seja a partir de 1º de janeiro de 1967, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Gozalvado, 27 de outubro de 1967

Antônio D. Macedo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra  
José R. D. Lima  
Secretário

Lei n.º 551/67.

Antenor Ferreira Macedo, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo etc, usando de suas atribuições que lhe são conferidas. Faço saber que a Câmara Municipal Decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial de R\$ 990,00 (novecentos e noventa cruzeiros novos).

Art. 2º - O referido crédito destina-se a cobrir as despesas com merendeiros e supervisores - na merenda escolar do Município, como segue:

Art. 3º - Para pagamento dos merendeiros de São Luiz e Nova Voluntas, que deverão receber vencimentos mensais de R\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos) a partir de 15 de fevereiro p.p.

Art. 4º - Para reajuste de vencimentos dos merendeiros dos Distritos de Nova Estrela e São João de Lucena e o povoado de Indaial, que recebem R\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos), e passarão a receber R\$ 40,00 (quarenta cruzeiros novos), a partir de 1º de setembro p.p.

Art. 5º - Para reajuste de vencimentos da merendeira do Grupo Escolar da sede, que recebe R\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) e passará a receber R\$ 65,00 (sessenta e cinco cruzeiros novos), a partir de 1º de Setembro p.p.

Art. 6º - Para pagamento da supervisão da merenda escolar do município, que deverá receber vencimentos mensais de R\$ 60,00 - (sessenta cruzeiros novos), a partir de 13 de setembro p.p.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Gol. Salgado, 27 de outubro de 1967

Antônio Pereira Marcelo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

José C. V. Lima  
Secretário.

Arquivado em 13 de outubro de 1967

Lei n.º 552/67.-

"Disposição sobre abertura de crédito especial"

Antenor Pereira Macedo, Prefeito Municipal de General Polgardo - Estado de São Paulo etc, usando de suas atribuições que lhe são conferidas. Faço saber que a câmara municipal decreta e em veto a seguinte lei.

Art. 1º - fica aberto na contabilidade municipal um crédito especial de R\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos) Vetoado.

Art. 2º - O referido crédito destina-se para pagamento da aquisição de Instrumentos para lanfornia do Ginásio Estadual "Luís Gonzaga", desta cidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal General Polgardo, 27 de outubro de 1967

Antenor Pereira Macedo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

José C. B. Lima  
secretario

Lei nº 553/67

"Dispõe sobre abertura de crédito especial"

Antenor Pereira Macedo, Prefeito  
Municipal de General Salgado, -  
Estado de São Paulo, usando  
das atribuições que lhe são  
conferidas. Faço saber que a  
Câmara Municipal Decretou e eu  
Sanctiono a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica aberto na contabilidade  
municipal um crédito especial de R\$ 7.956,00  
(sete mil, novecentos e cinquenta e seis cruzeiros novos).

Art. 2º - O referido crédito destina-se  
ao pagamento dos serviços efetuados, conforme  
controles, dos maquinários de esteiras na  
conservação e reabertura de estradas de rodagem.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação revogadas as disposi-  
ções em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 27 Outubro 1967

Antenor P. Macedo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.  
José C. P. Lima  
Secretário

Reg. P. M.  
1554

Lei nº 554/67.

" Dispõe sobre abertura de crédito especial "

Antenor Vieira Macedo, Prefeito municipal de General Solgado, Estado de São Paulo, usando as atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara municipal Decreta e em prorrogação a seguinte Lei:

Art. 1º - fica aberto na contabilidade municipal um crédito especial de R\$ 7.987,50 (sete mil, novecentos e oitenta e sete cruzeiros, novos) e cincoenta centavos).

Art. 2º - O referido crédito, destina-se a aquisição de uma viatura, para transporte de alunos.

Art. 3º - A viatura será marca Volkswagen "Kombi" ano de fabricação de 1967.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Solgado, 27 Outubro 1967

Antenor V. Macedo  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

João C. V. Lima  
secretário

Rec.  
10  
1001

Lei nº 555/67

"Dispõe sobre registro de vencimentos"

Antenor Pereira Macedo, Prefeito  
municipal de General Salgado,  
Cidade de São Paulo, usando  
as atribuições que lhes são -  
conferidas. Faço saber que -  
a Câmara Municipal Deputada  
e eu sancionamos a seguinte Lei:-

Art. 1º - fica o Prefeito municipal, -  
autorizado a equiparar os vencimentos do  
Escriturário desta Prefeitura, que recebe pela  
referência 4 e o mesmo deverá receber pela -  
referência 7.

Art. 2º - Esta Lei terá vigência de  
1º de Julho de 1967.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogados as  
disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 27 Outubro 1967

Antenor P. Macedo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria em data supra.

João C. V. Lima  
Secretário



Lei n.º 556/67

"Dispõe sobre abertura de crédito especial"

Antenor Serina Macedo, Prefeito municipal de General Salgado, - Estado de São Paulo, usando as atribuições que lhes são conferidas. Faço saber que a Câmara municipal Decretou e eu promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1.º - Fica aberto na contadaria municipal, um crédito especial de R\$ 200,00 - (duzentos cruzeiros novos).

Art. 2.º - O referido crédito destina-se, ao pagamento da diferença de vencimentos do cargo de Oficial de Justiça ao de Prefeito municipal.

Art. 3.º - Fica o senhor Prefeito municipal, autorizado a receber essa diferença, - enquanto durar o afastamento do titular daqui para frente.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.-

Prefeito municipal Gen Salgado, 27 de Outubro de 1967

Antenor S. Macedo  
Prefeito municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.  
José C. S. Lima  
Secretário

Lei nº 557/67

"Dispõe sobre abertura de crédito especial"

Antenor Pereira Macedo, Prefeito -  
Municipal de General Salgado, Estado  
de São Paulo etc, usando as  
atribuições que lhes são con-  
feridas. Faço saber que a  
Câmara Municipal decreta e  
em sanciona a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica aberto na contabilidade -  
Municipal, um crédito especial de R\$ 6.652,56  
(seis mil, seiscentos e cinquenta e seis cruzeiros  
novos e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º - O referido crédito, destina-se ao  
pagamento da reforma da motorizadora.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposi-  
ções em contrário.

Prefeitura Municipal Gol Salgado, 27 de outubro de 1967.

Antenor P. Macedo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

João C. G. Lima  
Secretário

Lei n.º 558/67

"Dispõe sobre criação de cargo Guarda-noturno"

Antenor Pereira Macedo, Prefeito Municipal de General Salgado, - Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições. Faço saber - que a Câmara Municipal - Decreta e eu sanciono a - seguinte lei:-

Art. 1º - Fica criado junto ao quadro de funcionários o cargo de Guarda-noturno.

Art. 2º - Fica aberto na contabilidade um crédito especial de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros novos), assim distribuídos:

Parágrafo 1º - R\$ 753,75 (setecentos e cinquenta e três cruzeiros novos e setenta e cinco centavos), destinados a cobertura dos vencimentos e - salário família do Guarda-noturno.

Parágrafo 2º - R\$ 246,25 (duzentos e quarenta e seis cruzeiros novos e vinte cinco centavos), - destinados a compra de agasalho contra frio e chuva.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 27 outubro 1967

Antenor P. Macedo

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra

102. - nov. de 1.º m efeito, or mo. de existir a  
lei nº 553/67 com o mesmo assunto.  
Lei

*Antenor B. Macedo*

Lei nº 559/67

Dispõe sobre abertura de crédito especial

Antenor B. Macedo, Prefeito  
Municipal de General Salgado  
Estado de São Paulo, usando  
as atribuições que lhe são  
conferidas. Faço saber que  
a Câmara Municipal Decretou  
e eu sanciono a seguinte lei:-

Art. 1º - Fica aberta na contabilidade  
municipal, um crédito especial de R\$ 7.956,00 -  
(sete mil, novecentos e cinquenta e seis cruzeiros  
novos).

Art. 2º - O referido crédito, destina-se  
ao pagamento dos serviços efetuados, -  
conforme contrato, das máquinas de  
esteiras na conservação e reabertura de  
estradas de rodagem.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Gen. Salgado, 27 de outubro 1967

*Antenor B. Macedo*  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na secretaria municipal  
*José C. O. Lima*  
secretário

Lei Municipal 569/67

"Dispõe sobre abertura de crédito especial para reforma do prédio escolar e construção de posto policial"


Antenor Pereira Macedo, Prefeito Municipal de General Salgado, no uso das atribuições que lhe são conferidas. Faço saber que a Câmara Municipal Decretou e eu promulgo, digo, raciono a presente lei:

Art. 1º: Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito especial no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil cruzeros novos), para pagamento da reforma do Grupo Escolar de Pudentino e reformas, bem como a construção de uma classe anexa ao mesmo Grupo, assim como a construção de um Posto Policial do Distrito de São João de Trauma.

Art. 2º: Para cobertura das despesas autorizadas no artigo 1º, desta lei, será utilizado parte de verba destinada a reforma do Paço Municipal, do presente exercício.

Art. 3º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, de General Salgado, 9 de dezembro de 1967.

  
Antenor Pereira Macedo  
Prefeito Municipal

Registre-se a publicação na Secretaria em data supra.

Assm  
Josef. Paulo Lima  
Secretario

## Lei Municipal 561/67

Dispõe sobre abertura do crédito especial para  
aguição de uma fantasia completa, com  
porta de 45 instrumentos, ao Ginásio Tomic  
Barão desta localidade.

Ante a Lei Municipal, aprovada, Prefeito mu-  
nicipal de São Paulo, etc. no uso das  
suas atribuições, faz saber que a  
camara municipal vota e eu  
sancciono a presente lei.

Artº 1º: Fica aberto na Contadoria mu-  
nicipal um crédito especial no valor de  
R\$ 2.000,00 (dois mil e quinhentos reais) para pagamento  
da fantasia do Ginásio Tomic Barão desta cidade.

§ 1º: - A importância acima, deverá ser en-  
tregue à direção daquele estabelecimento de ensino,  
mediante recibo acompanhado da respectiva nota  
fiscal.

Artº 2º: Para cobertura da despesa referida  
no artigo 1º, sua inclusão na rubrica própria  
de ensino, que é de 20% da arrecadação.

Artº 3º: Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposi-  
ções em contrário.

Prefeitura Municipal, São Paulo, 9 de  
dezembro de 1967.

~~Asses~~  
Senhor Pereira (fado)  
Prefeito

Publicada e registrada na secretaria do munc.

+ J. P. Paulo Lira  
Secretario



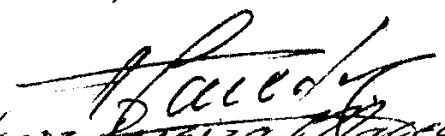
Lei Municipal no. 562/67

Antenor Pereira Macedo, Prefeito Municipal de General Ruy da Estada de São Paulo, SP, no uso de suas atribuições. Logo antes que a Câmara Municipal decretasse e eu sancionasse a presente Lei:


Art. 1.º - Fica o sr. Prefeito Municipal autorizado a contratar com a firma José Passarelli, a perfuração de um Poço semi-artesiano no terreno do largo da Igreja do Instituto de São João de Luarna, neste município.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, G. Lalgado, 9/Dez/1967.

  
Antenor Pereira Macedo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta data na Secretaria.

  
José Carlos Paula Lima  
Secretário

Lei municipal no. 563/67

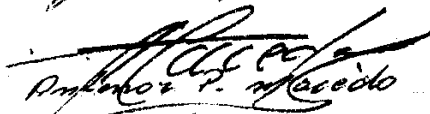
Antônio Pereira Macedo, Prefeito Municipal de Galópolis, Estado de Paulo, usando das suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal Decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica ampliado no 5.º do Artigo 282, do Código Tributário vigente, da seguinte redação:

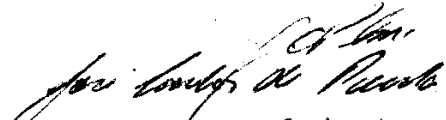
"A partir da vigência do Código Tributário em vigor, ficará restabelecida a cobrança da Taxa de Estudos de Rodagem, neste município, cuja regulamentação for feita por meio de decreto municipal.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Galópolis, 9/02/1967.

  
Antônio P. Macedo  
Prefeito municipal

Publicada e registrada no diário em data supra

  
for. Antônio P. Macedo  
secretário

Lei municipal nº 564/67.

"Despõe sobre a regulamentação da lei que concede isenção dos impostos Territorial e Predial Urbano."

Antônio Pereira de Azevedo, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das suas atribuições que lhe são de direito, faz saber que a Câmara Municipal deuta e em sanção a presente lei.

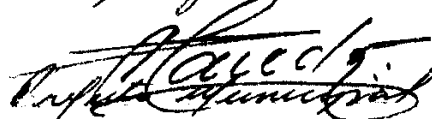
Artº 1º. Fica o sr. Prefeito Municipal autorizado a colocar em vigor a partir do exercício de 1968, a lei municipal nº 448, de 31 de agosto de 1964.

§ 1º. A referida lei foi extinta pelo Código Tributário vigente.

§ 2º. A lei em pauta dava isenção territorial e Predial Urbano de 5 a 10 anos, devendo os proprietários apresentar os comprovantes das despesas de construção no valor superior a R\$ 20,00, (vinte mil cruzeiros novos).

Artº 2º. Esta lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1968.

Prefeitura Municipal G. Salgado, 9/ dezembro de 1967.

  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no cartório em data supra.

  
Secretário.

Lei Municipal nº 565/67

"Sua o Serviço Autônomo de Água, Esgotos e das outras providências".

Ante a Renda mensal, Prefeito Municipal de General Lages, Estado de São Paulo, etc. no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas. Fica saber que a Câmara Municipal de esta, em sessão a presente lei,

Artº 1º. Fica criado, como entidade autarquia municipal o Serviço Autônomo de Água e Esgotos (S.A.A.E.) com personalidade jurídica própria, sendo o pólo da cidade de General Lages, despendido de autonomia econômica - financeira e administrativa dentro dos limites traçados na presente lei.

Artº 2º. O S.A.A.E. exercerá sua ação em todo o município de General Lages, compreendendo-lhe com exclusividade:

a) - estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em engenharia sanitária, as obras relativas à relativa, ou, a construção, ampliação ou remodelação dos sistemas municipais de abastecimento de água e esgotos, ou de água potável e de esgotos sanitários;

b) - operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários;

c) - lançar, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços de água e esgotos e as contribuições de melhoria que incidirem sobre os terrenos

beneficiados com tais serviços;

d) - exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas municipais de água e esgotos, compatíveis com as leis em vigor.

Artº 3º - O S.P.A.E. será administrado por um Diretor, sempre que possível engenheiro civil ou sanitarista nomeado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Poderá a Prefeitura, entretanto, contratar a administração do S.P.A.E. com o D.O.S. ou com entidades públicas especializadas.

§ 2º - Incumbe ao Diretor ou, no caso do parágrafo anterior, à entidade administrativa, representar o S.P.A.E. em juízo ou fora dele.

Artº 4º - O patrimônio inicial do S.P.A.E., para constituição de todos os bens móveis, imóveis, instalações, títulos, materiais e outros valores próprios do município, atualmente destinados, empregados e utilizados nos sistemas públicos de água e esgotos sanitários, os quais serão entregues sem qualquer ônus ou compensação pecuniária.

Artº 5º - A receita do S.P.A.E. provirá dos seguintes recursos:

a) - tributos e remunerações devidamente dos serviços de água e esgotos, tais como: contas de água e esgotos, instalações, reparos e obras de hidráulicos, serviços referentes a ligações de água e de esgotos, prolongamentos de redes por conta de terceiros, multas, etc.;

b) - contribuições de melhoria que incidirem sobre terrenos beneficiados com os serviços de água e esgotos;

c) - subvenções que lhe for anualmente con-

designadas ao orçamento da Prefeitura;

d).- auxílios, subvenções e créditos especiais ou adicionais que lhe forem concedidos, inclusive para obras novas, pelo Governo Federal, Estadual e Municipal ou por organismos de cooperação internacional;

e).- produto de juros sobre depósitos bancários e outras rendas patrimoniais;

f).- produto de renda de materiais inservíveis e da alienação de bens patrimoniais que se tornem desnecessários aos seus serviços;

g).- produto de causas ou depósitos que revertam aos cofres por inadimplemento contratual;

h).- doações, legados e outras rendas que, por sua natureza ou finalidade, lhe devam caber.

§ Único:- mediante prévia autorização do Prefeito Municipal, poderá o S.A.P.E., realizar operações de crédito para antecipação de multa ou para obtenção de recursos necessários à execução de obras de ampliação ou remodelação dos sistemas de água e esgotos.

Art.º 6.º - A classificação dos serviços de água e esgotos, as contas respectivas e as condições para a sua concessão serão estabelecidas em Regulamento.

§ Único:- As contas de água e esgotos serão fixadas em termos de parcelas sobre o valor do salário mínimo da região, calculadas de modo a assegurar, em conjunto com outras rendas, a auto-suficiência econômica financeira do S.A.P.E.

Art.º 7.º São obrigatórios, no âmbito do

artigo 26 do Decreto-Lei nº 49.974, de 31.1.61, os serviços de água e esgotos nos prédios residenciais habitáveis, situados nos logradouros dotados das respectivas redes.

Artº 8º - Os proprietários de terrenos baldios, dotados ou não, situados em logradouro dotados de redes públicas de distribuição de água ou de esgotos sanitários, dependentes das respectivas ligações, ficarão sujeitos ao pagamento de uma contribuição de melhoria, na forma a ser fixada em Regulamento.

Artº 9º - É vedada ao S.P.A.B., conceder isenção ou redução de valores dos serviços de água e de esgotos.

Artº 10º - O S.P.A.B. terá quadro próprio de empregados, os quais ficarão sujeitos ao regime de emprego previsto na consolidação das leis de Trabalho, sempre que possível.

§ Único: Compete à Administração do S.P.A.B., admitir, promover e dispensar os seus empregados, de acordo com os normas a serem fixados em Regulamento Interno.

Artº 11º - Aplicam-se ao S.P.A.B., naquilo que não se referir aos seus bens, rendas e serviços, todas as prerrogativas, isenções, favores fiscais e demais vantagens que os serviços municipais gozem e que lhe cabam por lei.

Artº 12º - O S.P.A.B., submeterá, anualmente, a aprovação do Prefeito Municipal, o relatório de suas atividades e a prestação de contas do exercício.

Artº 13º - Fica aberto o crédito especial

de Nº

para executar as despesas com a instalação do S.P.A.E..

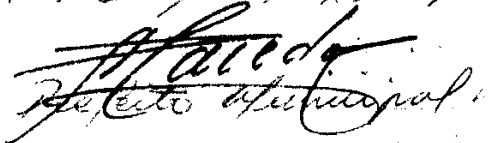
Act. 14. - O Prefeito municipal expedirá os atos necessários a complementação e regulamentação do presente lei.

§ 1.º - A regulamentação de que trata o artigo 14 (este artigo), compreenderá o regulamento dos serviços de limpeza e esgotos, o Regulamento das escolas e das contribuições de melhorias e Regulamento Interno do S.P.A.E..

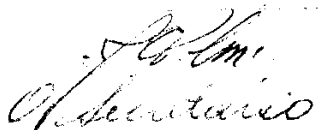
§ 2.º - Fica estabelecido o prazo de 60 dias a contar da data da vigência desta lei para a aprovação do Regulamento dos serviços de limpeza e esgotos.

Act. 15. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salgueiro, 9/Dez/1967.

  
Prefeito Municipal

Publicado e postado nesta data na Tribuna.

  
Secretário



Lei municipal nº 366/67

"Resolução sobre a aquisição de equipamentos e das outras providências."

Declaro, Senhor Mayor, Prefeito Municipal de General Bely da Costa do Rio Grande, no ato de sua instalação, que lhe são expedidas, por meio que a Câmara Municipal tenha a seu conhecimento a presente Lei.

Artº 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir para as necessidades de manutenção e conservação de sedes das administrações municipais uma motorizada com motor a diesel, potência, até 12, até o valor de R\$ 154.210,40 (cento e cinquenta e quatro mil duzentos e setenta e sete reais, mais a percentagem enteiros).

Artº 2º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar empreitada para a aquisição de R\$ 154.210,40 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e sete reais, mais a percentagem enteiros), a ser aplicada, nos termos desta Lei, na aquisição do equipamento mencionado no artigo anterior.

§ 1º - O empreiteiro responsável pelo artigo anterior, autorizado da seguinte maneira:

§ 2º - A aquisição do equipamento mencionado, poderá ser realizada mediante a prestação de serviços para pagamento a prazo, mediante fiança em títulos ou refinanciamento de terceiros.

Artº 3º - O pagamento do preço da aquisição do equipamento referido no artigo

antela bem como dos respectivos encargos financeiros de qualquer natureza, acessórios, multas e acréscimos, juros, tudo feito mediante aplicação adequada a que tem direito o município, em favor da Participação dos Municípios instituída pelo art. 16 da Constituição Federal em virtude de quotas de outros recursos, quer oriundos do orçamento municipal, quer extrabudgetárias tais como, por exemplo, quotas dos impostos de renda e consumo, Fundo Rodoviário, quotas do Fundo de Amortização de Impostos, do Fundo de Amortização de Impostos Extraorçamentais, do Fundo de Amortização de Mercadorias e outros, com a ressalva nos casos em que a responsabilidade for suficiente ou se forem concedidos aos municípios os pagamentos.

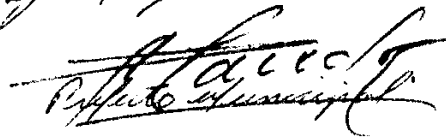
§ 3º. Fica o Prefeito autorizado a, em nome do município, entregar penhoras à Agência Especial de Fomento Industrial - FINAME -, criada pelo Decreto nº 59.180, de 31/9/66, para como refinanciadora da operação, receber do Banco do Brasil S/A. as quotas que cabem ao município nas receitas referidas, neste artigo, até o montante necessário para liquidar as obrigações contraiadas em execução desta lei, podendo substabelecer seus poderes e outras instituições financeiras que participem do financiamento da compra do equipamento.

Art. 4º. - As operações de crédito previstas na presente Lei poderão ser garantidas mediante alienação fiduciária do equipamento adquirido, nos termos e para os efeitos do artigo 66.

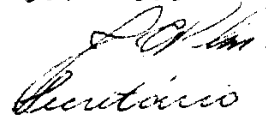
da Lei Federal nº 4.728 de 14.7.65.

Artº 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Epit. Fátima, 9/dezembro/1967.

  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Prefeitura em data supra

  
Secretário

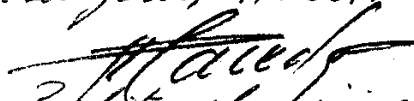
Lei municipal nº 567/67

Antunes Raimundo, Prefeito municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal deu conta e em sanção a presente Lei.

Artº 1º - Fica declarado órgão de utilidade pública, o "Lions Club" desta cidade.

Artº 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal Gal. Salgado, 9/dez/1967.

  
O Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta data na Secretaria

LCM.  
Secretário

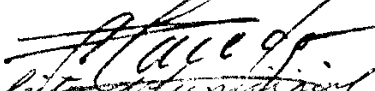
Lei municipal nº 568/67

Antônio Pereira Espado, Prefeito municipal de Gol. Golgardo, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas, Faço saber que a Câmara municipal decreta e eu sanciono a presente Lei.


Artº 1º: Fica declarado Urgente de utilidade pública, o serviço de alto falante denominado "Scopuba" - Serviço de Publicidade Banderantes, desta cidade.

Artº 2º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal, 9 de dezembro de 1967.

  
Prefeito municipal

Publicação e registro na Cartoria em data supra

  
Secretário

Lei Municipal 569/67.

"Dispõe sobre a criação de Escola Municipal".

Ante a Realidade, Prefeito Municipal  
do Gol. Salgado, Estado de São Paulo,  
em uso das suas atribuições que lhe  
são conferidas, faz saber que a Ca-  
mara Municipal deuta, em san-  
ção a presente Lei.

Artº 1º - Fica criada a Escola Municipal  
Municipal de General Salgado, para formação  
de professores primários, a funcionar nesta cidade.

Artº 2º - A Escola ora criada reger-se-á  
por Regimento Interno a ser baixado, observado  
os dispositivos legais do ensino.

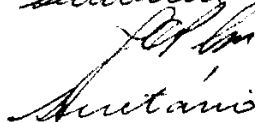
Artº 3º - Os recursos para a execução  
da presente Lei, manutenção, instalação e empen-  
mentos de funcionários e professores, serão aler-  
tos no próximo exercício.

Artº 4º - Esta Lei entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em  
contrário.

Prefeitura Municipal, 9 de dezembro de 1967.

  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria em data supra.

  
Secretário

Lei nº 570/67

## " Orçamento para 1968 "

" Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de General Salgado, para o exercício de 1968.

O Prefeito Municipal em Exercício, do General Salgado, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68, da Lei Estadual número 9842, de 19 de setembro de 1967. (Organização dos municípios), promulga a seguinte lei:

Artº 1º - O Orçamento Geral do Município de General Salgado, para o exercício financeiro de 1968, discrimina-se pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa, em R\$ 526.137.00 (quinhentos e vinte e seis mil, cento e trinta e sete mil e setecientos e noventa e sete reais), respectivamente.

Artº 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos e outras contribuições legais e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo nº 1, de acordo com o seguinte detalhamento:

1. Receitas Legais - R\$ -

1.1 - Receita Tributária	R\$ 158.237,00	
1.2 - " Patrimonial	200,00	
1.3 - " Industrial	16.650,00	
1.4 - Transferências em Contas	200.100,00	
1.5 - Receita Diversas	<u>19.850,00</u>	395.037,00

## 2.0 - Receitas de Capital

2.5 - Transferências de Capital	<u>131.100</u>	
<b>Total</b>		526.137,00

Artº 3º - A despesa será realizada na forma do quadro analítico constante do Anexo nº 2, e conforme o seguinte detalhamento:

0 - Pessoal e Administração Geral	50.701,91
1 - Administ. e Finanças	43.893,55
2 - Defesa e Segurança	6.000,00
4 - Viagem, transportes e comunicações	125.385,00
6 - Educação e cultura	19.820,00
7 - Saúde	9.860,00
8 - Bem Estar Social	60.677,54
9 - Serviços Urbanos	<u>209.809,00</u>
total	526.137,00

Artº 4º - Lica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) das verbas orçamentárias, na forma do previsto no artº 7º da Lei Federal nº 4320/64, observado o disposto no artigo 43, da mesma lei.

§ 1º - As tabelas explicativas da despesa orçamentária, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo.



§ 2º - Podrá a Prefeitura abrir créditos especiais, destinados a atender a despesas novas surgidas durante a execução orçamentária, não especificados e nem fixados no orçamento vigente. (Art. 42, da Lei Federal nº 4320/64, combinado com o disposto no artigo 43. da mesma lei).

§ 3º - A Prefeitura poderá proceder substituição de pessoal das repartições de pessoal, de uma para outra unidade orçamentária quando considerada indispensável a movimentação do pessoal, dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas e que se realize em obediência à legislação específica. (Art. 66, § único, da Lei Federal nº 4320/64).

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de junho de 1968.


Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 27/ Setembro/ 1967.

\*

Antenor Pereira Macedo  
Pref. Municipal em exercício.

Publicada nesta Secretaria, no dia supra.

  
Pedro Gonçalves - Secretário

Prefeitura do Município de São Paulo (SP)  
Câmara nº 2

Orçamento de 1968

Quadro Discriminativo da Receita p/ Santos  
(Art. 22 - § 1º - III - Lei Federal nº 430/64).

Códigos Geral	Especificação da Receita	Parcelas		Total N\$
		N\$	N\$	
1.0.0.00	Receitas Correntes			
1.1.0.00	Receita Tributária			
1.1.1.00	Impostos			
1	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda. Imposto Predial e Terr. Urbano			
	01 - Distrito da Sede	12.000,00		
	02 - " São Francisco	1.000,00		
	03 - " Nova Castilho	<u>1.000,00</u>	14.000,00	
2	Impostos e serviços sobre a natureza			
1.1.1.36	01 - Distrito da Sede	200,00		
	02 - " São Francisco	50,00		
	03 - " Nova Castilho	<u>50,00</u>	300,00	
1.1.2.00	Taxas pelo exercício do poder de Polícia			
	01 - Taxa Expediente e Encargos	4.000,00		
	02 - Taxa de licença p/ localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e similares e Profissionais ...	3.000,00		
	03 - Taxa de licença p/ negociantes ambulantes	100,00		
	04 - Taxa de licença p/ publicidade	100,00		
	05 - " de licença p/ tráfego Veículos	1.000,00		
	06 - " de licença p/ construções, Anuamentos e betteramentos	<u>737,00</u>	8.937,00	

4- 1.1.2.20 Taxas pela prestação de serviços

I - taxa de Conservação Est. Rodagem

01 - Do distrito da rede	45.000,00	
02 - " " São J. Lourenço	13.000,00	
03 - " " N. Castilho	<u>12.000,00</u>	70.000,00

II - Limpeza Pública

01 - Da sede	8.000,00	
02 - São J. Lourenço	500,00	
03 - Nova Castilho	<u>500,00</u>	9.000,00

III - Locação Guias, farolitos, calçados,  
Passos e similares

18.000,00

5- 1.1.3 00

Contribuição melhoria

Contribuição melhoria

38.000,00

subtotal 158.237,00

1.2.0.00

Receita Patrimonial

1.2.1.00

Receitas Imobiliárias

6- 1.2.2.00

Receita de Valores Imobiliários

Renda de Capitais

200,00

1.3.0.00

Receita Industrial

1.3.1.00

Receitas de Serviços Industriais

I - Renda do Serviço Telefônico Municipal

01 - Tarifas e imobilidades de usuários	6.000,00
02 - Taxa de ligação	600,00

II - Renda Serviço Abastecimento Água

01 - Consumo de Água	10.000,00	
02 - Ligação de Água	<u>50,00</u>	10.050,00

11.650,00

00

1.4.0.00

Transferências Correntes

141.00 - Participação em Tributos Federais			
7	141.20	Cota-Parte do Fundo de Participação dos municípios	50.000,00
8	142.00	Recurso do Imposto Territorial Rural	23.700,00
9	143.00	Participação pelos Comínios do Art 27, da Constituição Federal	10.000,00
10	144.00	Participação em Tributos Estaduais	10.000,00
11	144.10	Participação no Imposto de Luc. especíais	90.000,00
	145.00	Participações Diversas	
	146.00	Contribuições	
12	146.10	Contribuições da União	5.000,00
13	146.20	Contribuições do Estado	<u>5.000,00</u> 10.000,00
14	149.00	Outros Transf. Correntes	<u>6.400,00</u> 200.100,00
	150.00	Receitas Diversas	
15	151.00	Multas	
16	152.00	Indenizações e Restituições	4.000,00
17	153.00	Contrato Direta Ativa	100,00
	157.00	Outras Receitas Diversas	12.000,00
18	159.20	Receita, proprietários, lavras, exploradores. Receita do explorador	
	01	Da sede	2.700,00
	02	das f. lavra	50,00
	03	nova cartilho	<u>50,00</u> 3.000,00
19		Receitas de Lavras	
	01	Sede	500,00
	02	das f. lavra	100,00
	03	n. cartilho	<u>100,00</u> 700,00
20		Outras Receitas	
	01	Sede	<u>50,00</u> <u>50,00</u> 19.850,00
200.000 - Receitas de Capital			
25.000 - Transferências de Capital			

2.5.1.00	Participação em tributos Federais			
21- 2.5.1.20	Cota-Parte Fundo Participação Municipais		49.500.00	
22- 2.5.1.30	Cota-Parte Imposto Combustíveis Lubrificantes		30.000.00	
23- 2.5.1.40	Cota-Parte Imp. União Energia Elétrica		20.000.00	
24- 2.5.1.50	Cota-Parte Imp. União e Minerais do País		1.600.00	
2.5.2.00	Participação em tributos Estaduais			
25- 2.5.2.10	Cota-Parte do I.C.M. e Combustíveis e Lu- brificantes para Veículos Rodoviários		20.000.00	
2.5.3.00	Auxílios e/ou Contribuições			
26- 2.5.3.10	Auxílios e/ou Contribuições União	5.000.00		
27- 2.5.3.20	Auxílios e/ou Contribuições Estado	5.000.00	10.000.00	131.100.00

total Geral Receita

526.137.00

Orçamento de 1968  
DESPESA.

Governo e Administração Geral  
Administração Superior - Legislativo  
Câmara Municipal

1

3.0.0.0.00	Despesas Correntes			
3.1.0.0.00	Despesas de Custeio			
3.1.1.0.00	Pessoal			
3.1.1.1.00	Pessoal Civil	375.00		
3.1.2.0.00	Material de Consumo	600.00		
3.1.3.0.00	Alugueres de Imóveis	400.00		
3.1.4.0.00	Outros diversos	750.00		
4.000.00	Despesa da Capital			
4.1.0.0.00	Investimentos			
4.1.4.0.00	Material Permanente	1.000.00	3.125.00	

Administração Superior - Executivo

## 2 - Gabinete do Prefeito

3.0.0.0.02	- Despesas Correntes		
3.1.0.0.02	- Despesas de Custeio		
3.1.1.0.02	- Pessoal		
3.1.1.1.02	- Pessoal Civil	17.550,00	
3.1.2.0.02	- Serviços de Terceiros	1.400,00	
3.1.4.0.02	- Encargos Diversos	7.600,00	
4.0.0.0.02	- Despesas de Capital		
4.1.0.0.02	- Investimentos		
4.1.1.0.02	- Obras Públicas		
4.1.1.3.02	- Preprojetos e Conclusão Obras	<u>10.000,00</u>	36.550,00

## 3 - Secretaria

3.0.0.0.02	- Despesas Correntes		
3.1.0.0.02	- Despesas de Custeio		
3.1.1.0.02	- Pessoal		
3.1.1.1.02	- Pessoal Civil	4.276,91	
3.1.2.0.02	- Material de Consumo	<u>2.000,00</u>	6.276,91

## 4 - Junta do Juízo Militar

3.1.1.1.09	- Pessoal Civil	375,00	
3.1.2.0.09	- Material de Consumo	<u>100,00</u>	475,00

## 5 - Serviços Jurídicos

3.1.1.1.09	- Pessoal Civil	2.275,00	
------------	-----------------	----------	--

## 6 - Dependências Gerais

3.1.1.1.09	- Pessoal Civil	<u>2.000,00</u>	50.701,91
------------	-----------------	-----------------	-----------

1 - Administração Financeira  
Serviços de arrecadação

## 7- Securaria

3.0.0.0.11	Despesas Correntes	
3.1.0.0.11	Despesas de Custeio	
3.11.0.11	Pessoal	
3.11.1.11	Pessoal Civil	3.931.00

## 8- Lançadoria

3.1.1.1.11	Pessoal Civil	6.806.22
------------	---------------	----------

## 9- Sub-Prefeitura São J. do Rio

3.1.1.1.11	Pessoal Civil	360.00
------------	---------------	--------

## 10- Sub-Prefeitura N. Castello

3.1.1.1.11	Pessoal Civil	<u>360.00</u>	11.457.22
------------	---------------	---------------	-----------

## 3.2.0.0.13 Transferências Correntes

11- 3.2.7.0.13	Juros da Dívida Pública	
3.2.7.1.13	Liquidada Letimosa	2.000.00

## 4.0.0.0.13 Despesas de Capital

### 4.3.0.0.13 Transferências de Capital

12- 4.3.1.0.13	Amortizações da Dívida Pública	
4.3.1.1.13	Liquidada Letimosa	5.600.00

## 13- Contabilidade

3.0.0.0.16	Despesas Correntes	
3.1.0.0.16	Despesas de Custeio	
3.1.1.0.16	Pessoal	
3.1.1.1.16	Pessoal Civil	12.343.25
3.1.2.0.16	Material de Consumo	3.000.00
3.1.3.0.16	Juros de Empréstimos	600.00
3.1.4.0.16	Cargos Diversos	1.500.00

	4.0.0.0.16 - Despesas de Capital			
	4.1.0.0.16 - Investimentos			
	4.1.4.0.16 - Material Permanente	4.000.00		
14	Seção de Tributos			
	3.0.0.0.19 - Despesas Correntes			
	3.1.0.0.19 - Despesas de Custeio			
	3.1.4.0.19 - Encargos Diversos	<u>3.383.08</u>	24.826.33	43.883,59

## 2 - Defesa e Segurança

15	- Guarda Municipal			
	3.0.0.0.25 - Despesas de Custeio			
	3.1.0.0.25 - Despesas Correntes			
	3.1.1.0.25 - Pessoal			
	3.1.1.1.25 - Pessoal Civil		5.000.00	
	3.1.4.0.25 - Encargos Diversos		<u>1.000.00</u>	6.000.00

## 4 - Viação, Transporte e Comunicações

16	- Serviço Mun. Estradas Rodagem			
	3.0.0.0.42 - Despesas Correntes			
	3.1.0.0.42 - Despesas de Custeio			
	3.1.1.0.42 - Pessoal			
	3.1.1.1.42 - Pessoal Civil			
	Distrito da Sede	36.600.00		
	Distrito São J. Lourenço	3.440.00		
	Distrito N. Castilho	<u>3.440.00</u>	43.480.00	
	3.1.2.0.42 - Material de Consumo			
	Distrito da Sede	66.480.00		
	Distrito São J. Lourenço	1.800.00		
	Distrito N. Castilho	<u>1.800.00</u>	70.080.00	



17. Serviço Telefônico Municipal

3.0.0.0.46	Despesas Correntes			
3.1.0.0.46	Despesas de Custeio			
3.1.1.0.46	Pessoal			
3.1.1.1.46	Pessoal Civil	7.825.00		
3.1.2.0.46	Material de Consumo	1.000.00		
3.1.3.0.46	Serviços de Terceiros	<u>3.000.00</u>	11.825.00	125.385,00

6 - Educação e Cultura

18. Escolas Municipais

3.0.0.0.61	Despesas Correntes			
3.1.0.0.61	Despesas de Custeio			
3.1.1.0.61	Pessoal			
3.1.1.1.61	Pessoal Civil	1.706.25		
3.1.2.0.61	Material Consumo	50.00		
3.1.3.0.61	Serviços de Terceiros	300.00		
3.2.0.0.61	Transferências Correntes			
3.2.1.0.61	Subvenções Locais			
3.2.1.3.61	Instituições Estaduais	1.200.00		

4.0.00.61 Despesas da Capital

4.1.0.0.61 Investimentos

4.1.1.0.61 Obras Públicas

4.1.1.5.61	Construção Edifícios Públicos	<u>5.000.00</u>	14.256.25	
------------	-------------------------------	-----------------	-----------	--

19. Ensino, Cultura e Esporte  
Cooperação Municipal

3.0.0.0.65	Despesas Correntes			
3.1.0.0.65	Despesas de Custeio			
3.1.1.0.65	Pessoal			
3.1.1.1.65	Pessoal Civil	1.478.75		
3.1.4.0.65	Encargos Diversos	<u>420.00</u>	1.898.75	

## 20- Parque Infantil

3.0.0.0.67 - Despesas Correntes

3.1.0.0.67 - Despesas de Capital

3.1.1.0.67 - Pessoal

3.1.1.1.67 - Pessoal Civil

1.890.00

## 21- Serviço Caixa Escolar

3.2.0.0.67 - Transferências Correntes

3.2.9.0.67 - Diversas Transf. Correntes

3.2.9.3.67 - Entidades Estaduais

200.00

## 22- Ensino Técnico Profissional

3.0.0.0.63 - Despesas Correntes

3.1.0.0.63 - Despesas de Capital

3.1.1.0.63 - Pessoal

3.1.1.1.63 - Pessoal Civil

1.575.00

19.820.00

## F- Saúde

### 23- Assistência Médico-Hospitalar

3.0.0.0.71 - Despesas Correntes

3.2.0.0.71 - Transferências Correntes

3.2.1.0.71 - Subvenções Locais

3.2.1.5.71 - Instituições Privadas

1.500.00

### 24- Saúde Pública

3.2.1.3.79 - Instituições Estaduais

1.760.00

3.2.1.5.79 - Instituições Privadas

6.100.00

9.860.00

## 8- Bem-Estar Social

### 25- Previdência Social

3.0.0.0.81 - Despesas Correntes

3.20081. Transfêrencias Correntes

3.21.0.71. Subvenções Especiais

3.21.5.71. Subvenções Especiais

1.500.00

24

Saúde Pública

3.21.3.79. Substituições Capatazes

1.360.00

3.21.5.79. Substituições Privadas

6.500.00

9.860.00

Formou-se sem efeito a presente  
filha.

02/12/77

Caro senhor

	3.2.0.0.81 - Transferências Correntes		
	3.2.7.0.81 - Contribuições Previdência Social		20.000.00
26 -	Locativos e Pensionistas		
	3.2.3.0.82 - Locativos	2.859.35	
	3.2.4.0.82 - Pensionistas	<u>4.046.94</u>	6.907.29
27 -	Assistência Social		
	3.0.0.0.83 - Despesas Correntes		
	3.1.0.0.83 - Despesas de Custeio		
	3.1.1.0.83 - Pessoal		
	3.1.1.1.83 - Pessoal Civil	1.706,25	
	3.2.0.0.83 - Transferências Correntes		
	3.2.1.0.83 - Subvenções Sociais		
	3.2.1.4.83 - Instituições municipais	<u>5.500.00</u>	7.206.25
28 -	Salários Diversos		
	3.2.5.0.83 - Salário Família		25.000.00
29 -	Assistência a empresas		
	3.2.1.5.84 - Instituições privadas		1.064.00
30 -	Proteção ao Trabalho		
	3.0.0.0.85 - Despesas Correntes		
	3.1.0.0.85 - Despesas de Custeio		
	3.1.4.0.85 - Encargos Diversos	<u>500.00</u>	60.677.54
31 -	9. Serviços Urbanos		
	Viagem e Obras Públicas		
	3.0.0.0.90 - Despesas Correntes		
	3.1.0.0.90 - Despesas de Custeio		
	3.1.1.0.90 - Pessoal		
	3.1.1.1.90 - Pessoal Civil		4.914.00
32 -	Serviços Água - Esgotos		
	3.1.1.1.91 - Pessoal Civil	6.660.00	

3.1.2.0.91	material de consumo	2.000.00	
3.1.4.0.91	Encargos diversos	<u>3.000.00</u>	11.660.00
4.0.0.0.91	Despesas de Capital		
4.1.0.0.91	Investimentos		9.000.00
4.1.3.0.91	Equipamentos e Instalações		
33-	Limpeza Pública		
3.0.0.0.92	Despesas Correntes		
3.1.0.0.92	Despesas de Custeio		
	Pessoal		
	Pessoal Civil	6.760.00	
		700.00	
3.1.2.0.92	material de consumo		
4.0.0.0.92	Despesas de Capital		
4.1.0.0.92	Investimentos		
4.1.4.0.92	material Permanente	<u>5.000.00</u>	12.560.00
34-	Aluminação Pública		
3.0.0.0.93	Despesas Correntes		
3.1.0.0.93	Despesas de Custeio		
3.1.2.0.93	material de consumo	2.000.00	
3.1.3.0.93	Serviços de Luzes	<u>13.000.00</u>	15.000.00
35-	Águas e Esgotos		
3.0.0.0.94	Despesas Correntes		
3.1.0.0.94	Despesas de Custeio		
3.1.1.0.94	Pessoal		
3.1.1.1.94	Pessoal Civil		8.000.00
4.0.0.0.94	Despesas de Capital		
4.1.0.0.94	Investimentos		
4.1.1.0.94	Obras Públicas		

4.1.3.94 - Prorrogação e Conclusão de Obras	20.000,00	
4.1.1.3.94 - Prorrogação e Conclusão de Obras	15.000,00	
4.1.3.0.94 - Equipamentos e Instalações		
4.1.3.1.94 - máquinas, motores e aparelhos	<u>5.000,00</u>	40.000,00

36 - Praças, Parques e jardins  
01 - jardim Público

3.0.0.0.95 - Despesas Correntes		
3.1.0.0.95 - Despesas de Custeio		
3.1.1.0.95 - Pessoal		
3.1.1.1.95 - Pessoal Civil	10.965,00	
3.1.2.0.95 - material Consumo	800,00	
4.0.0.0.95 - Despesas de Capital		
4.1.0.0.95 - Investimentos		
4.1.1.0.95 - Obras Públicas		
4.1.1.3.95 - Prorrogação e Conclusão de Obras	<u>33.000,00</u>	44.765,00

37 - Açúcar, Lúcas e Matadouro  
01 - Matadouro

3.0.0.0.96 - Despesas Correntes		
3.1.0.0.96 - Despesas de Custeio		
3.1.1.0.96 - Pessoal		
3.1.1.1.96 - Pessoal Civil	3.780,00	
3.1.2.0.96 - material de consumo	<u>400,00</u>	4.180,00

38 - Leueteiros

3.1.1.97 - Pessoal Civil		
Instituto da Lede	3.310,00	
Instituto Laof-hauma	1.750,00	
Instituto Novo Castelo	2.280,00	
3.1.2.0.97 - material consumo	<u>1.000,00</u>	8.340,00

39-	Reparações Civis			
3.1.1.1.99	Pessoal Civil	17.980.00		
3.1.2.0.99	material de consumo	8.000.00		
3.1.3.0.99	serviço de luzes	1.410.00		
3.1.4.0.99	encargos diversos	2.000.00		
3.1.5.0.99	despesas de emissões Antenas	17.000.00		
4.0.0.0.99	Despesas de Capital			
4.1.0.0.99	Investimentos			
4.1.1.0.99	Obras Públicas			
4.1.1.1.99	Estudos e Projetos	5.000.00	51.390.00	209.809.00

total Geral

526.137.00

Prefeitura Municipal, 2 de dezembro de 1968.

*Antônio Roberto Macedo*  
- Prefeito Municipal

Publicada nesta Secretaria em data supra.

*Pedro Giannetti*  
- Secretário

Orçamento - 1968

Tabelas Explicativas da DESPESA

Governo e Administração Geral  
Administração Superior - Legislativo

1

Câmara Municipal

3.0.0.0.00 - Despesas Correntes			
3.1.0.0.00 - Despesas de Custeio			
3.1.1.0.00 - Pessoal			
3.1.1.1.00 - Pessoal Civil			
Serviço Gratificado		375,00	
4.0.0.0.00 - Despesas de Capital			
4.1.0.0.00 - Investimentos			
4.1.4.0.00 - Material Permanente			
móveis, máquinas e outros de uso permanente	1.000,00		
3.1.2.0.00 - Material de Consumo			
Impressos e outros materiais de escritório	600,00		
3.1.3.0.00 - Serviços			
01) - Telefones, telefone, correio, fretes carretos e outros	300,00		
02) - Transportes e passagens pessoas	<u>100,00</u>	400,00	
3.1.4.0.00 - Encargos Diversos			
01) Representação Presidência	600,00		
02) Despesas ponto, pagamento	<u>150,00</u>	<u>750,00</u>	3.125,00

### Administração Superior - Executivo

## 2. Gabinete do Prefeito

3.0.0.0.2 - Despesas Correntes			
3.1.0.0.02 - Despesas de Custeio			
3.1.1.0.02 - Pessoal			
3.1.1.1.02 - Pessoal Civil			
01) Subsídios	7.200,00		
02) Representações	3.600,00		



	03). 13º salários	750,00		
	04). Salários de Contratados	3.600,00		
	05). Salários de Auxílios	<u>2.400,00</u>	17.550,00	
3.1.3.0.02	Serviços de terceiros			
	01) Transportes - passagem pessoas	1.000,00		
	02) Cooperação ao IBAM	300,00		
	03) Cooperar a Assoc. Paul. municípios	<u>100,00</u>	1.400,00	
3.1.4.0.02	Encargos diversos			
	01) Despesas de viagens	5.000,00		
	02) Remuneração "Diretor do município"	2.000,00		
	03) Despesas quanto pagamento	<u>600,00</u>	7.600,00	
4.00.0.02	Despesas de Capital			
4.1.0.0.02	Investimentos			
4.1.1.0.02	Obras públicas			
	Brasileiramento e conclusão do Pav. municipal		<u>10.000,00</u>	36.550,00
3-	Secretaria			
3.0.0.0.02	Despesas correntes			
3.1.0.0.02	Despesas de Pessoal			
3.1.1.0.02	Pessoal			
3.1.1.1.02	Pessoal Civil			
	01) Salários pessoal efetivo	3.885,00		
	02) Adicional p/ tempo serviço	68,16		
	03) 13º salário	<u>323,75</u>	4.276,91	
3.1.2.0.02	Material Consumo			
	Impressos - material p/ secretário		<u>2.000,00</u>	6.276,91
4.	Fonte Serviço Público			
3.20.0.09	Despesas Correntes			

31.0.0.09 - Despesas de Custeio

31.1.0.09 - Pessoal

31.1.1.09 - Pessoal Civil

Langens Gratificada

375,00

31.2.0.09 - material de consumo

Impressos e utilidades de escritório

100,00

475,00

## 5 - Serviços jurídicos

30.0.0.09 - Despesas Correntes

31.0.0.09 - Despesas de Custeio

31.1.0.09 - Pessoal

31.1.1.09 - Pessoal Civil

Honorários Profissionais e 13º salário

2.275,00

## 6 - Despesas Gerais

31.1.1.09 - Pessoal Civil

Despesas extraordinárias e horas extras

2.000,00

50.701,90

## 1 - Administração Financeira

Serviços de arrecadação

## 7 - Despesa

30.0.0.11 - Despesas Correntes

31.0.0.11 - Despesas de Custeio

31.1.0.11 - Pessoal

31.1.1.11 - Pessoal Civil

01) - Salários pessoais efetivos

3.250,00

02) - Adicional tempo serviço

375,00

03) - 13º salário

210,00

04) - Aluguel de caixa

96,00

3.931,00

8.

## Lancadonia

3.1.1.1.11.	01) Unumuto pessoal efetivo	5.985,00	
	02) Adicional tempo serviço	78,72	
	03) 13º salário	367,50	
	04) Gratificação Encargado IBAP	<u>375,00</u>	6.806,22

9.3.1.1.11	Distrito de São João da Canaúva		
	Gratificação ao Sub. Prefeito	36000	

10.3.1.1.11	Distrito de Nova Castilho		
	Gratificação ao Sub. Prefeito	<u>56000</u>	<u>72000</u> 11.457,2

11.

## Unidade Luterana

3.2.7.0.13	Furos da Unidade Pública		
3.2.7.1.13	Unidade Luterana		
	Furos de água à CEEBP, por supintores, etc...		2000

400.0.13 Despesas de Capital

430.0.13 Transferências de Capital

12- 4.3.1.0.13 Remuneração Unidade Pública

4.3.1.1.13 Unidade Luterana

Remuneração no município, de Capital e  
furos devidos à CEEBP, por supintores com  
adidos ao município, conforme con-  
tratos respectivos ....

5.600,07.600,0

13.

## Contabilidade de

3.0.0.0.16 Despesas Correntes

3.1.0.0.16 Despesas de Capital

3.1.1.0.16 Pessoal

3.1.1.1.16 Pessoal Civil

01) - Unumuto Pessoal Efetivo 6.195,00

02)	Adicional p/ tempo de serviço	257.00	
03)	Pro-labore Conselho Administrativo	4.000.00	
04)	13º salário	516.25	
05)	Gratificações ao fulgor	375.00	
06)	Gratificações, substituições e despesas imprevidas	<u>1.000.00</u>	12.343.25
3.1.2.0.16 -	material de consumo		
	Impressos e materiais escritos		3.000.00
3.1.3.0.16 -	serviços de terceiros		
	Publicações oficiais e outras		600.00
3.1.4.0.16 -	Encargos Diversos		
01)-	Despesas viagens, hospedagem	1.000.00	
02)-	Despesas de monta pagamento	<u>500.00</u>	1.500.00
4.000.16 -	Despesas de Capital		
4.1.0.0.16 -	Investimentos		
4.1.4.0.16 -	material Permanente		
	Adquirição de máquinas, móveis, outros	<u>4.000.00</u>	21.443.2

14-

### Leção de Substâncias

3.0.0.0.19 -	Despesas Correntes		
3.1.0.0.19 -	Despesas de Custeio		
3.1.4.0.19 -	Encargos Diversos		
01)-	Substituições e Retificações	1.000.00	
02)-	Despesas Imprevistas	<u>2.383.08</u>	3.383.08
			<u>3.383.0</u>
			<u>24.826.2</u>

## 2 - Defesa e Segurança

15-

Guarda Noturna Municipal

3.00.0.25 - Despesas Lavrentes  
 3.1.0.0.25 - Despesas de Custeio  
 3.1.1.0.25 - Pessoal  
 3.1.1.1.25 - Pessoal Civil

01) União e demais vantagens do  
 pessoal lotado na Guarda Municipal

5.000,00

3.1.4.0.25 - Encargos diversos  
 aquisição de equipamentos para G. Municipal

1.000,00

6.000,00

#### 4. Viagem, Transportes e Comunicações

#### 16 - Serviço Municipal Estradas de Rodagem

3.0.0.0.42 - Despesas Lavrentes  
 3.1.0.0.42 - Despesas de Custeio  
 3.1.1.0.42 - Pessoal  
 3.1.1.1.42 - Pessoal Civil

Instituto da Leste:

01) União, pessoal efetivo 6.300,00  
 02) Adicional p/ tempo serviço 300,00  
 03) Salários e vantagens adicionais 30.000,00

36.600,00

3.1.1.1.42 Instituto de São João Lourenço  
 Salários

3.440,00

3.1.1.1.42 Instituto de Nova Costelha  
 Salários

3.440,00

3.1.2.0.42 Material de Consumo  
 Instituto da Leste

Aquisição de combustíveis, materiais, ferram.  
 entas, tijolos, telhas, cimento, cal, areia,

e outros materiais de consumo 66.480.00

Instituto de São João Lourenço

Liquidação materiais consumo geral 1.800.00

Instituto de Nova Cantilho

Liquidação materiais consumo geral 1.800.00

70.080.00

113.560.00

17 -

Serviço Telefônico Municipal

3.0.0.0.46 - Despesas Correntes

3.1.0.0.46 - Despesas de Custeio

3.1.1.0.46 - Pessoal

3.1.1.1.46 - Pessoal Civil

01) - Vencimentos 4 telefunistas, 13º salário 5.460.00

02) - Vencimentos 1 encarregado, 13º salário 1.365.00

03) - Gratificação Sênio Especializado 1.000.00

7.825.00

3.1.2.0.46 - Material de Consumo

Liquidação de Linhas, fios, pilhas e outros materiais de consumo

1.000.00

3.1.3.0.46 - Serviços de Terceiros

Para pagamento de aluguel e outros  
à Companhia Telefônica Rio Preto.

3.000.00

11.825.00

125.385.00

6 - Educação e Cultura

18 -

Escolas Municipais

3.0.0.0.61 - Despesas Correntes

3.1.0.0.61 - Despesas de Custeio

3.1.1.0.61 - Pessoal

3.1.1.1.61 - Pessoal Civil

Vencimentos, 13º salário pessoal efetivo

1706.25

3.1.2.0.61 - material de consumo 50,00  
 aquisições material comum geral

3.1.3.0.61 - Serviços de Serviços 300,00  
 Despesas e/ou despesas Escolas

3.2.0.0.61 Transferências Correntes

3.2.1.0.61 Subvenções (Estaduais) Locais

3.2.1.3.61 Instituições Estaduais

com grupos escolares do município

01) Pagamento ordenações do município 3.400,00

02) Condutor de transporte escolar 1.500,00

03) Transporte alunos e pais escolares 2.000,00 7.200,00

4.00.0.61 Despesas da Capital

4.1.0.0.61 Investimentos

4.1.1.0.61 Obras Públicas

4.1.1.5.61 Construção Edifícios Públicos

Construção e Reforma Predios Escolas 5.000,00

14.256,25

## 19. Ensino e Cultura Artística Cooperação física

3.0.0.0.65 Despesas Correntes

3.1.0.0.65 Despesas de Custeio

3.1.1.0.65 Pessoal

3.1.1.1.65 Pessoal Civil

Unidades 113: salários pessoal efetivo 1.478,75

3.1.4.0.65 Encargos Diversos

01) Aluguel do prédio Corp. Municipal 180,00

02) Reparos e reformas estruturas municipais 240,00 420,00

1.898,75

## 20. Parque Infantil

3.000.69 Despesas Correntes

3.1.0.0.69 Despesas de Custeio

	3.1.1.0.69 - Pessoal	
	3.1.1.1.69 - Pessoal Civil	
	Vencimentos 13º salário Zeladora	1.890,00
21 -	Serviço da Caixa Escolar	
	3.2.0.0.69 - Transferências Correntes	
	3.2.9.0.69 - Diversas Transferências Correntes	
	Entidades Estaduais	
	Contribuição Serviço Caixa Escolar	200,00
22 -	Cursos Técnico Profissional	
	3.0.0.0.63 - Despesas Correntes	
	3.1.0.0.63 - Despesas de Capital	
	3.1.1.0.63 - Pessoal	
	3.1.1.1.63 - Pessoal Civil	
	Vencimentos Professores Conte Continuo	1.575,00
		<u>19.820,00</u>

## 7 - Saúde

23 -	Assistência Médico Hospitalar	
	3.0.0.0.71 - Despesas Correntes	
	3.2.0.0.71 - Transferências Correntes	
	3.2.1.0.71 - Transferências Especiais	
	3.2.1.5.71 - Instituições Privadas	
	Subsídios a doentes pobres para hospita.	
	Despesas assistência médica	1500,00
24 -	Saúde Pública	
	3.2.1.3.79 - Instituições Estaduais	
	I. Ao P.A.M.S. local:	
	01) para aquisição de combustíveis, peças	



	outros para a Ambulância	400,00	
	02) gratificação ao motorista PAMS	<u>300,00</u>	1.000,00
II - Ao Posto Ruralidade:			
	01) Aluguel do prédio	300,00	
	02) Litos e canetas materiais do Posto	<u>560,00</u>	860,00
3.2.1.5.79 - Instituições Privadas			
	01) medicamentos e/ou dependentes	3.000,00	
	02) Subvenções às Santas Casas de Misericórdia de Anápolis e Anápolis	2.000,00	
	03) Subvenções Laboratório Alameda Militar	1.000,00	
	04) Subvenção Hospital "Dr. Adolfo Bezerra de Menezes de São J. R. Neto	<u>500,00</u>	6.500,00
			<u>9.860,00</u>

## 8. Bem-Estar Social

25.	Previdência Social		
3.0.0.0.81	Despesas Correntes		
3.2.0.0.81	Transferências Correntes		
3.2.8.0.81	Contribuições à Previdência Social		20.000,00
	Pagamentos a Instituições Previdência Social		
26.	Quartais e Pensionistas		
3.2.3.0.82	Quartais	2.859,35	
	Proventos e demais vantagens aporadas		
3.2.4.0.82	Pensionistas	<u>4.047,94</u>	6.907,29
	Pensões concedidas 1134 salários		
27.	Assistência Social		
3.0.0.0.83	Despesas Correntes		
3.1.0.0.83	Despesas de Custeio		

3.1.1.0.83 - Pessoal

3.1.1.1.83 - Pessoal Civil

Descontos 13º salário Assistência Social

1.706,25

3.2.0.0.83 - Transferências Correntes

3.2.1.0.83 - Subvenções Locais

3.2.1.4.83 - Instituições Municipais

01) Auxílio a Indigentes

2.000,00

02) Auxílio diário ou diário, para  
indigentes

2.000,00

03) Natal dos Pais

1.500,00

5.500,00

7.206,2

28.

Salário Família

3.2.5.0.83 - Salário Família concedido e a concessão

des. de servidores e Pessoal Civil e fiscal

25.000,0

29.

Assistência a menores

3.2.1.0.84 - Subvenções Locais

3.2.1.5.84 - Instituições Privadas

Auxílio ao Conselho Tutar. Municipal  
de Proteção e Assistência a menores  
Abandonados...

1.064,0

30

Proteção do trabalho

3.0.0.0.85 - Despesas Correntes

3.1.0.0.85 - Despesas de Custos

3.1.4.0.85 - Encargos Diversos

Pagamento Seguro de Servidores

5000

60.677,0

9. SERVIÇOS URBANOS

31.

Uso e Obras Públicas

3.0.0.0.90 - Despesas Correntes

3.1.0.0.90 - Despesas de Custeio

3.1.1.0.90 - Pessoal

3.1.1.1.90 - Pessoal Civil

01) - Descontos do Pessoal Efetivo e adicionais

4.914.00

### 32. Serviços de Água e Esgoto

3.1.1.1.91 - Pessoal Civil

01) Descontos Pessoal Efetivo

3.780.00

02) Salários

2.880.00

6.660.00

3.1.2.0.91 - Material de Consumo

Equipe de Abastecimento de água, material de saneamento

2.000.00

3.1.4.0.91 - Encargos Diversos

01) Despesas com juros e juros pagamento

2.000.00

02) Pagamento de Energia Elétrica

1.000.00

3.000.00

11.660.00

4.0.0.0.91 - Despesas de Capital

4.1.0.0.91 - Investimentos

4.1.3.0.91 - Equipamentos e Instalações

Equipe de Equipamentos, Eclusas, rede

9.000.00

### 33. Limpeza Pública

3.0.0.0.92 - Despesas Correntes

3.1.0.0.92 - Despesas de Custeio

3.1.1.0.92 - Pessoal

3.1.1.1.92 - Pessoal Civil

01) Descontos Pessoal Efetivo

2.730.00

02) Descontos Tempo Serviço

150.00

03) Salários

3.880.00

6.760.00

3.1.2.0.92 - Material de Consumo

Sanitários, gases, materiais de limpeza, ferragens

e outros de consumo

800,00

4.0.0.92 - Despesas de Capital

4.1.0.92 - Investimentos

4.1.4.0.92 - Material Permanente

Aquisição de materiais para limpeza de  
limpeza Pública e outros de uso  
permanente

5.000,00

12.560,00

### 34. Iluminação Pública

3.0.0.93 - Despesas Correntes

3.1.0.93 - Despesas de Custeio

3.1.2.93 - Material de Consumo

Aquisição de lâmpadas, materiais elétricos  
e de iluminação

2.000,00

3.1.3.93 - Serviços de Lucros

01) Fornecimento Energia Elétrica 5.000,00

02) Lâmpadas e materiais elétricos 1.000,00

13.000,00

15.000,00

### 35. Ruas e Avenidas

4.0.0.94 - Despesas de Capital

4.1.0.94 - Investimentos

4.1.1.94 - Obras Públicas

4.1.1.3.94 - Planejamento e Conclusão de Obras

Serviços por Administração, emprei-  
tada ou contrato, para ampliação  
de ruas e avenidas

20.000,00

Colocação de grades e sarjetas

15.000,00

4.1.3.0.94 - Equipamentos e Instalações

Aquisição de máquinas e aparelhos  
para oficina

5.000,00

3.0.0.94 - Despesas Correntes

3.1.0.0.94.	Despesas de Contio			
3.1.1.0.94.	Pessoal			
3.1.1.1.94.	Pessoal Civil			8.000,00
	Salarios de Dirigentes e Especialistas			
36.	Pracas, Parques e jardins			
	Jardim Publico			
3.0.0.0.95	Despesas Correntes			
3.1.0.0.95	Despesas de Contio			
3.1.1.0.95	Pessoal			
3.1.1.1.95	Pessoal Civil			
	01) Salarios Pessoal Efetivo	2.730,00		
	02) Adicional p/ tempo servico	70,00		
	03) Salarios	8.165,00	10.965,00	
3.1.2.0.95	Material de Consumo			
	Leites, mudos, sapatos, tecidos, ras-			80000
	telo, ferragens, fincamentos e outros			
4.0.0.0.95	Despesas de Capital			
4.1.0.0.95	Investimentos			
4.1.1.0.95	Obras Publicas			
4.1.1.3.95	Prosequitos e Condenas de Obras			
	01) jardins Publicos	25.000,00		
	02) Outras Obras	8.000,00	33.000,00	44.765,00
37.	Operadores, Secios e Afetados			
	Alcaladouro			
3.0.0.0.96	Despesas Correntes			
3.1.0.0.96	Despesas de Contio			
3.1.1.0.96	Pessoal			
3.1.1.1.96	Pessoal Civil			
	Salarios Pessoal Efetivo		3.780,00	
3.1.2.0.96	Material de Consumo			
	Alimentacao e outros materiais de consumo		400,00	4.180,00

## 38 - Custeio

3.0.0.97 - Despesas Correntes			
3.1.0.97 - Despesas de Custeio			
3.1.1.97 - Pessoal			
3.1.1.1.97 - Pessoal Civil			
01) Encargos Pessoal Efetivo	1.365.00.		
02) Salários	<u>1.945.00</u>	3.310.00	
Restrito São João Lourenço			
3.1.1.1.97 - Pessoal Civil			
01) Encargos do Pessoal Efetivo	1.365.00		
02) Salários	<u>385.00</u>	1.750.00	
Restrito de Nova Costeio			
3.1.1.1.97 - Pessoal Civil			
01) Encargos do Pessoal Efetivo	1.365.00		
02) Salários	<u>915.00</u>	2.280.00	
Material de Consumo			
3.1.2.0.97 } chapas, pregos, despendimentos e outros similares		<u>1.000.00</u>	8.340.00

## 39 - Reparações Diversas

3.0.0.0.99 - Despesas Correntes			
3.1.0.0.99 - Despesas de Custeio			
3.1.1.0.99 - Pessoal			
3.1.1.1.99 - Pessoal Civil			
01) Encargos Pessoal Efetivo	1.890.00		
02) Salários	<u>16.090.00</u>	17.980.00	
3.1.2.0.99 - Material de Consumo.			
Liquidação de Combustíveis, materiais, pedras, materiais, ferros			

	feramentas e outros materiais de consumo.	8.000.00
3.1.3.0.99	Serviços de Terceiros	
	Transportes e passagens pessoas	1.410.00
3.1.4.0.99	Encargos diversos	
	01) Despesas opidas pronto pagamento	1.000.00
	02) Despesas Imprevisas	<u>1.000.00</u> 2.000.00
3.1.5.0.99	Despesas de Exercícios Anteriores	
	Despesas de diversos origens, não li- quidadas no exercício anterior, a se- nem pagar a partir de 1.968.	17.000.00
4.000.99	Despesas de Capital	
4.1.00.99	Investimentos	
4.1.1.099	Obras Públicas	
4.1.1.1.99	Estudos e Projetos	
	Resaqueiração de imóveis para construção	<u>5.000.00</u>
		<u>209.809.00</u>
	<b>total. Geral</b>	<b><u>526.137.00</u></b>

Prefeitura Municipal, 2 de Dezembro de 1968.

*Antônio Pereira Macedo*  
Prefeito Municipal

Publicado neste boletim no ato expmo.

*Pedro Gromicki*  
Secretário

Lei Municipal 571/68

"Lei de abertura de crédito especial"

Ante a Renda Municipal, Prefeito Municipal de General Salgado, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas. Logo saber que a Câmara Municipal e em sessão a presente lei.


Artº 1º: Fica o Senhor Prefeito Municipal de General Salgado, autorizado a doar a iluminação da quadra de basquete do Salgadense Esporte Clube.

Artº 2º: Para a referida doação, fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos).

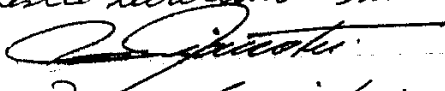
Artº 3º: Refundo crédito deverá ser coberto com o exorcio de arrecadação do presente exercício.

Artº 4º: Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 5 de maio de 1968.

  
Antenor Renda Municipal  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

  
Pedro Giannotti  
Secretário



## Lei Municipal nº 572/68

"Disposições sobre abertura de crédito especial"

Ante a Raimunda Macedo, Prefeita Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal decreta, em conformidade com a presente lei.

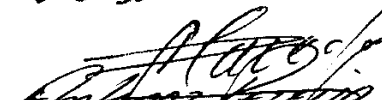
Artº 1º Fica o senhor Prefeito Municipal de General Salgado, autorizado a alugar sala em prédio residencial nesta cidade.

Artº 2º Devido ao aumento destinado à Banda Municipal Local, visto que o antigo orçamento não dispunha o pedido de aumento.

Artº 3º Este aluguel terá o fôto de R\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros novos), anual.

Artº 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 5 de maio de 1968.

  
Raimunda Macedo  
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data por mim nota de entrega.

  
Pedro Giromoti - Secretário

Lei Municipal nº 573/68

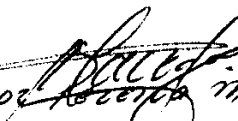
"Autoriza o Prefeito Municipal a assinar contrato com o Salgadense Esporte Clube".

Antenor Pereira Macedo, Prefeito Municipal de Genual Salgado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas. Faço saber que a Câmara deputa e em sessão a presente lei.


Artº 1º - Licita o Prefeito Municipal de Genual Salgado, autoriza ao a assinar contrato com o Salgadense Esporte Clube, para que a Prefeitura use o Preço Semi-antecipado da - aquela sede, cobrando-lhe por empréstimo a bomba e tubulações.

Artº 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 5 de maio de 1968.

  
Antenor Pereira Macedo  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

  
Pedro Gramatei  
Secretário

Lei Municipal nº 574/68

" Autoriza o Prefeito Municipal, a contratar  
firmas de asfalto e esgotos para a cidade  
e firmas para ampliação de linha telefônica."

Antônio Rômulo de Faria, Prefeito Municipal  
de Juazeiro do Norte, Estado do Rio  
Grande do Sul, no uso de das suas atribuições  
que lhe são conferidas, faz saber  
que a Câmara Municipal, em sessão  
de 15 de maio de 1968.

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal de  
Juazeiro do Norte, autorizado a celebrar com fir-  
mas de asfalto, esgotos e de linha telefônica,  
contrato para os serviços de asfalto e esgotos,  
e para ampliação da linha telefônica des-  
ta cidade.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 5 de maio de 1968.

Antônio Rômulo de Faria  
Prefeito Municipal.

Publicada e registrada nesta Cartoria no dia 15 de maio de 1968.  
D. B. B. B. B.  
Secretário.

## Lei Municipal nº 575/68

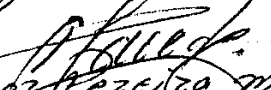
"Autoriza o Prefeito Municipal a assinar convênio com a Prefeitura Municipal de Aulândia."

Antônio Raimundo Macedo, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais. São nós, que a Câmara decrete, em conformidade, a presente lei.

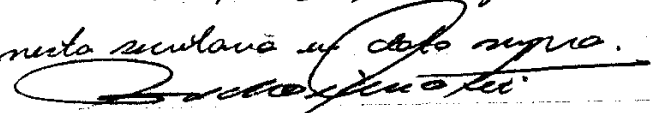
Artº 1º. Lica o Prefeito Municipal de General Salgado, autorizado a assinar convênio com a Prefeitura Municipal de Aulândia, no sentido de utilizar os postes de linha telefônica ali o intuito de dar luz de iluminação, para colocação de um espelho naquele intuito.

Artº 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 5 de maio / 1968.

  
Antônio Raimundo Macedo  
Prefeito Municipal

Publicada, registrada nesta secretaria em data supra.

  
Pedro Giromotei

Secretário

Lei Municipal nº 576/68

"Disposições sobre criação de cargo de Patologista".

Antônio Pereira Afonso, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a presente Lei.


Artº 1º Fica criado junto ao quadro de funcionários um outro cargo de Patologista.

Artº 2º Fica aberto um crédito especial na Contabilidade Municipal de R\$ 1.908.00 (hum mil novecentos e oito cruzéis novos).


Artº 3º O referido crédito destina-se ao pagamento dos vencimentos e salários do Patologista.

Artº 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 5 de maio de 1968.

  
Antônio Pereira Afonso  
Prefeito Municipal.

Publicada, registrada nesta Secretaria no data supra.

  
Pedro Giomotti  
Secretário

Lei Municipal nº 577/68

"Dispõe sobre o aumento de emendas dos servidores municipais".

Nelson Pires, Prefeito Municipal de General  
Lages do, Lages do Rio Preto, usando das  
atribuições que lhe são conferidas. Faço  
saber que a Câmara Municipal e eu  
sanamos a presente lei.

Artº 1º. Ficam aumentados os em-  
endas dos funcionários públicos municipais em  
25% (vinte e cinco por cento), a partir do dia 1º de  
junho do presente exercício.

Artº 2º. Fica o chefe do Executivo  
Municipal autorizado a fazer os ajustes necessários  
nos emendas dos funcionários, através de Decretos.

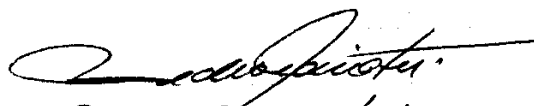
Artº 3º. Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação.

Artº 4º. Revogam-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal, 1º de junho de 1968.

Nelson Pires  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

  
Pedro Gramotei  
Secretário

Lei Municipal nº 578/68

"Disposição sobre abertura de crédito especial."

Nelson Pires, Prefeito Municipal de  
General Salgado, Estado de São Paulo,  
usando das atribuições que são  
confiadas. Faço saber que a Câmara  
Municipal decreta e eu sanciono  
a presente lei.

Artº 1º: Fica aberto na Contadoria  
Municipal de General Salgado, um crédito especial  
de R\$ 500.00 (quinhentos anéis novos).

Artº 2º: O referido crédito destina-se  
ao pagamento da despesa da merenda escolar,  
referente aos meses de 1963, 1964 e 1965.

Artº 3º: Para abertura do crédito  
especial, utilizar-se-á de recursos provenientes  
do exorcio de arrecadação do presente exercício.

Artº 4º: Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal, 12 de julho de 1968.

Nelson Pires  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria em 12 de julho de 1968  
Secretaria  
Pedro Brizola  
Secretário

Lei municipal nº 549/68  
"disposição de abertura de crédito especial".

Nelson Pires, Prefeito municipal de  
General Salgado, Estado de São Paulo  
no uso de suas atribuições, faz  
saber que a Câmara municipal  
avulta seu sancionamento a presente lei.

Artº 1º: Fica aberto na Conta-  
doria municipal, um crédito especial de  
R\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos).


Artº 2º: O referido crédito des-  
tina-se ao pagamento de registros de nas-  
cimento e casamento para indigentes  
deste município.

Artº 3º: Esta lei entrará em  
vigor na data de sua publicação, revo-  
gadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal, 14 de maio de 1968.

Nelson Pires  
Prefeito Municipal.

Publicada e registrada nesta secretaria em  
data supra.

  
Pedro Giomalei  
Secretário



Lei Municipal nº 580/68  
"Alíquotas e suplementação de verba".

Nelson Pires, Prefeito Municipal  
de General Salgado, Estado de São  
Paulo, no uso de suas atribui-  
ções legais. Faço saber que a  
Câmara Municipal decreta  
e eu sanciono a presente lei.

Artº 1º. Fica suplementada a verba que  
se destina a aquisição de medicamentos para  
indigentes, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco  
mil cruzeiros novos).


Artº 2º. A verba suplementada  
será debita com o saldo financeiro trans-  
ferido para o corrente especial.

Artº 3º. Esta lei entrará em  
vigor na data de sua publicação, revogadas  
as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 12 de junho de 1968.

Nelson Pires  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

  
Pedro Gramotei  
Secretário

Lei Municipal nº 581/68

"Despõe sobre abertura de crédito especial"

Nelson Pires, Prefeito Municipal  
do município de São João del-Rei,  
Estado de Minas Gerais,  
faz saber que a Câmara de Vereadores  
em sessão de 12 de junho de 1968,

Art. 1º: Fica aberto no crédito especial  
Municipal, um crédito especial de R\$ 2.000,00 (dois  
mil e zero reais, novos).

Art. 2º: O referido crédito destina-se  
como auxílio ao São João del-Rei Esporte Clube Local, para  
ser aplicado em melhoramentos do campo de esporte,  
e compra de materiais futebolísticos.

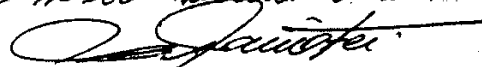
Art. 3º: Para abertura do presente re-  
correrá utilizado o exame de antecedência a verificar-  
se no presente exercício.

Art. 4º: Esta Lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas as dispo-  
sições em contrário.

Prefeitura Municipal, 12 de junho de 1968.

Nelson Pires  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado neste Cartório em data supra.



Pedro Gramolero

Secretário

Lei Municipal nº 582/68

"Disposições e criação de impostos municipais".

Nelson Pires, Prefeito Municipal de Geraldo, Estado de São Paulo, emando de seus atribuições. Faço saber que a Câmara decreta e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º. Fica o chefe do Executivo municipal autorizado a dar origem dos impostos municipais por prazo máximo de 10 (dez) anos, inclusive os seus termos a quais quer forma de pessoa física ou jurídica que se intertenha em obras industriais neste município de Geraldo.

§ 1º. A indústria para se beneficiar desta lei, precisará ocupar no mínimo 10 (dez) hectares.

Art. 2º. Fica proibida a entrada de indústrias em qualquer rua ou ponto com distância de duas quadras ou inferior, da Praça Manoel Pereira dos Reis em todos os sentidos, por ser considerado zona central, comercial e residencial.

§ 1º. As indústrias já existentes permanecerão por se tratar de direito adquirido.

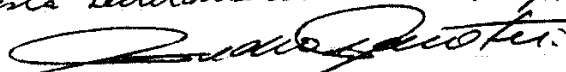
Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 17 de junho de 1968.

Nelson Pires

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Prefeitura em data supra.



Pedro Gramolli - Secretário

Lei Municipal nº 683/68

"Relação de um empréstimo de R\$ 10.820.00 a ser contratado com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo".

Após a leitura, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições. Foi resolvido que a Câmara Municipal admita e se sancione a presente Lei:

Art. 1º. Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contratar com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, um empréstimo até a importância de R\$ 10.820.00 (dezenove mil, oitocentos e vinte e dois reais novos), destinado, parte substituída de R\$ 60.000.00 (sessenta mil reais novos) à execução do serviço de abastecimento de água (materiais e obras) da sede do município, a serem realizadas de acordo com o estudo e projetos elaborados sob a orientação técnica do Departamento de Obras Sanitárias, da Secretaria dos Serviços de Obras Públicas do Estado, e os restantes R\$ 20.820.00 (vinte mil, oitocentos e vinte e dois reais novos), ao custo da "taxa de expediente" substituída pela Resolução nº CEESP-CA-6/64.

Art. 2º. Fica expressamente autorizada a inclusão do contrato que for celebrado, de todas as cláusulas e condições adotadas em quaisquer de sua natureza e, de modo especial, as seguintes:

a) prazo máximo de 10 (dez) anos, com

resgate em prestações mensais de juros e amortização pela Tabela Price, vencendo-se a 1ª prestação noventa (90) dias após a entrega da última parcela do empréstimo.

b) juros de 12% (doze por cento) ao ano, contados sobre as importâncias em débito, sujeitos a majoração de 1% (um por cento) - na falta de pagamento, nos prazos estipulados das prestações de juros e de amortização do empréstimo, vigorando o aumento durante o período de atraso.

c) garantia de rendas provenientes das taxas e tarifas dos serviços de abastecimento de água e das demais rendas do município, inclusive o exco de arrecadação devido pelo Estado, relativo ao último exercício, e a quota atribuída ao município por força do disposto no artigo 24, item II, § 4º, da Constituição do Brasil; quota do último exercício prevista no artigo 15, § 4º, da anterior Constituição Federal, e das quotas objeto dos artigos 26 e 28 da Constituição do Brasil.

d) multa de 10% (dez por cento) sobre o montante do débito, para atender as despesas de execução judicial, no caso de inadimplência do contrato por parte do município.

Artº 3º - As finanças necessárias consignadas verbais especiais para o pagamento de juros e amortizações do financiamento que são antecedido com as rendas dos próprios serviços e subsidiariamente com as demais rendas municipais.

Art.º 4º. Para efeito de garantia mencionada na alínea "c", parte final, do artigo 2º, são fixados acréscimos de taxas mensais de execução dos serviços de abastecimento de água, e tarifas, que passarão a ser arrecadados na forma do artigo e parágrafos seguintes. A Prefeitura Municipal obriga-se a entregar os avisos de adito aos contribuintes do serviço de consumo de água, os quais somente poderão ser pagos em qualquer agência local da "Caixa", conforme combinado, liberando o que exceder aos encargos financeiros contratuais mensais, ficando a mesma autorizada a cobrar-se das prestações mensais de juros e de amortização do principal e juros, no dia imediato ao dos respectivos vencimentos.

§ 1º. Será criado o acréscimo da taxa de execução do serviço de consumo de água, do município, o qual será lançado pelo Poder Executivo, na forma do parágrafo seguinte, sobre todos os imóveis, com base listada dos imóveis pela respectiva rede.

§ 2º. O acréscimo da taxa de contribuição, digo, de execução desse serviço, deverá ser regulamentado, por decreto, pelo Poder Executivo, no máximo até 60 (sessenta) dias após esta data, e não poderá ser inferior a média de R\$ 0,12 (doze centavos) por metro linear de construção.

Art.º 5º. A entrega dos parcelos deste empréstimo fica condicionada a criação e efetivo funcionamento dos serviços autó-

mento de água e esgoto, conforme exigências mínimas propostas pelo Departamento de Obras Sanitárias ou pela "Caixa".

Parágrafo único - Colocado em funcionamento o serviço de abastecimento de água, será paralelamente alterado o sistema de cobrança do serviço, sendo nessa oportunidade fixadas tarifas mensais, para atender o custo e manutenção do mesmo, calculados mediante estudos econômicos e financeiros, devidamente efetuado pela "Caixa" ou pelo Departamento de Obras Sanitárias.

Art. 6º Para cumprimento e efetivação da garantia do que trata a alínea "c", partes média e final, do art. 2º, fica a Prefeitura Municipal autorizada a conceder, depois, a concessão à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em caráter irrevogável e exclusivo, os poderes necessários para o recebimento das quotas ao sistema de contribuição, referentes ao exato de arrecadação estadual sobre a municipalidade e do imposto de renda, conforme previsto nos artigos 20 e 15, § 4º da anterior Constituição Federal bem como para o recebimento das quotas atribuídas ao município por força do disposto no art. 24, item II, § 1º, e nos artigos 26 e 28 da Constituição do Brasil, devendo a Caixa entregar ao município o total que receber, em saldo respectivo, na hipótese de atraso do pagamento das prestações do empréstimo.

Art. 7º Fica a "Caixa", desde que, au-

autorizada, a levar o débito do município procedendo ao recebimento das importâncias eventualmente devidas, no caso de recolhimento das quotas do imposto de lucros e dividendos, ser apurado pela Fazenda Estadual devidamente em conta aberta em nome do município, na Agência Local credora.

Art.º 8º: Fica igualmente a Prefeitura Municipal autorizada a celebrar a execução de obras, observadas as condições que forem estipuladas na estrutura de concessão do empréstimo.

Parágrafo único - O contrato respectivo obedecerá à minuta adotada para os serviços dessa natureza, e as obras serão executadas sob a direção técnica e fiscalização do Departamento de Obras Sanitárias, do Departamento dos Serviços e Obras Públicas do Estado em regime que melhor consulte os interesses do município, obedecendo às especificações constantes do orçamento já elaborado.

Art.º 9º: Fica aberto na Contabilidade Municipal um crédito especial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), com vigência de 6 (seis) meses para ajuizar as despesas de estrutura e outros decorrentes da contratação do empréstimo autorizado no artigo 1º, inclusive os pagamentos de juros, sobre as importâncias que forem devidas à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, referente ao mesmo empréstimo.



Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com empenhos de crédito que o Sr. Prefeito Municipal ficar autorizado a providenciar.

Artº 10º - Fica igualmente aberto na conta-corrente municipal, crédito especial de R\$ 80.820.00 (oitenta mil oitocentos e vinte ezeiros reais), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da assinatura do contrato do empréstimo autorizado pela presente lei.

§ 1º - O valor do presente crédito será empregado exclusivamente na expansão do serviço de abastecimento de água (material e obras) e no custeio, da "taxa de expediente", nos termos do artigo 1º desta lei.

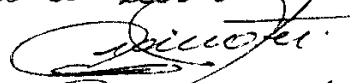
§ 2º - O valor do presente crédito será coberto com o recurso previsto na emenda financeira autorizada pelo artigo 1º desta lei.

Artº 11º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 27 de agosto de 1968.

Gilson Reis  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Diário Oficial do Estado de São Paulo

  
Pedro Gramolei  
Secretário

Lei Municipal nº 584/68

"Adição e complementação de verbos do orçamento vigente".

Wilson Pires, Prefeito Municipal de General Lages, Estado de São Paulo, etc. Faço saber que a Câmara decrete e eu sancione a presente Lei.

Artº 1º - Suplementada, na importância de R\$ 2.960.32 (dois mil novecentos e sessenta cruzados novos, trinta e dois centavos), a seguinte verba do orçamento em vigor:

11 - Dívida ativa

4.0.0.0.13 - Despesas de Capital

4.3.0.0.13 - Transferência de Capital

12 - 4.3.1.0.13 - Amortização da Dívida Ativa

4.3.1.1.13 - Dívida ativa.

Amortização no exercício, de Capital e juros devidos à CEEESP, por empréstimos concedidos ao Município, conforme contratos respectivos Nº..... 2.960.32

Artº 2º - A complementação de que trata o artigo anterior será coberta com os recursos provenientes do saldo financeiro transferido para o presente exercício.

Artº 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Prefeitura Municipal, 26 de agosto de 1968.

José Pires  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Prefeitura data supra.

~~Francisco~~  
Pedro Gianotti  
secretário

Lei nº 585/68

Despõe s/ criação de cargo de motorista e abertura de crédito especial.

Nelson Pires, Prefeito Municipal de  
Guaíralta, Estado de São Pau-  
lo, etc. Para saber que a Câmara  
Municipal decrete e em sanção  
a presente lei:

Artº 1º Fica criado posto ao quadro  
de funcionários um outro cargo de motorista.

Artº 2º Fica aberto um crédito especial  
na Contadoria Municipal de R\$ 1.378,09 -  
(um mil, trezentos e setenta e oito cruzeiros  
novos e nove centavos).

Artº 3º O referido crédito é para a  
cobertura dos uniformes do motorista.

Artº 4º Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 28 de agosto de 1968

Nelson Pires  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria, data supra.

*[Assinatura]*  
Ruth Gramotei  
secretário

## Lei Municipal nº 586/68

"Dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos e setenta reais novos).

Apelson Pires, Prefeito Municipal de General  
Lagado, Estado de São Paulo, etc. faz saber  
que a Câmara Municipal, reuniu-se em sua  
câmara a partir de:

Art. 1º Fica aberto na Lei de Orçamento Mu-  
nicipal, um crédito especial no valor de R\$ 32.700,00  
(trinta e dois mil e setecentos e setenta reais novos).

§ único. O referido crédito destina-se  
ao pagamento de 10% (dez por cento), sobre R\$ 327.000,00  
(trezentos e vinte e sete mil e setecentos e setenta reais novos), corres-  
pondente ao custo de pavimentação de 30.000 metros  
quadrados, nesta cidade.


Art. 2º O presente inciso cancela-se per-  
manente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal, 28 de agosto de 1968.

Apelson Pires  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

  
Pedro Guimarães  
Secretário

Lei nº 587/68

"Lei sobre criação de cargo de guarda-noturno".

Wilson Reis, Prefeito Municipal de  
Guarulhos, Estado de São Paulo,  
etc, faz saber que a Câmara Mu-  
nicipal decreta e eu promulgo a se-  
guinte lei:

Art. 1º. Fica criado no quadro de fun-  
cionalismo municipal, mais dois (2) cargos de  
guarda-noturno, para o cargo de segurança.

Art. 2º. Revê-se quando no exercício  
de suas funções, respectivamente remunerados mon-  
tais de R\$ 142,19.

Art. 3º. Fica aberto na Contadoria Mu-  
nicipal, um crédito especial de R\$ 568,76, para aten-  
dimento dos despesas decorrentes desta lei.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal, 26 de agosto de 1968.

Wilson Reis  
Prefeito Municipal

Publicada, registrada na Contadoria na data supra.

~~idecete~~  
Ribeiro Gaiotto  
Secretário

Lei Municipal nº 588/68

"Autoriza o Poder Executivo a vender as ações da Petrobras S/A, de propriedade deste município."

Spelson Ruiz, Prefeito Municipal de Quel-  
bragão, Estado de São Paulo, etc. Logo sabe  
que a Câmara Municipal deuta e su-  
samou a presente lei;

Art. 1º. É autorizado o Prefeito Municipal a trans-  
acionar as ações da Petrobras S/A, de propriedade des-  
te município.

§ único. A transação a que se refere este  
dispositivo, que deverá ser levada a registro por so-  
ciidade senetora da Bolsa de Valores, poderá consis-  
tir na simples venda para realização de numerá-  
rio, ou na aplicação deste na compra de ações  
do Banco do Brasil S/A.

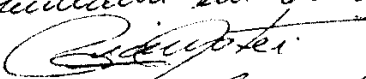
Art. 2º. Os juros da operação serão levados  
a débito da conta de juros e dividendos.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de  
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 26 de agosto de 1968.

Spelson Ruiz  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

  
Pedro Gianeski  
Secretário

Lei nº 589/68

Disposições sobre criação de cargo de Secretário.

Wilson Reis, Prefeito Municipal de  
General Salgado, Estado de São Paulo,  
usando de suas atribuições legais.

Artº 1º Fica criado no quadro de funcio-  
nários municipais, o cargo de Secretário, para  
o cargo de Secretário municipal desta cidade.

Artº 2º Fica fixado quando no exercí-  
cio de suas funções, respectivamente em  
montos mensais de R\$ 131,25.

Artº 3º Fica aberto na Contadoria  
Municipal, um crédito especial de R\$ 525,00 (qu-  
inhentos e vinte e cinco reais e zeros) para atendi-  
mento dos despesas decorrentes desta Lei.

Artº 4º Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação revogadas as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal, 3-setembro-1968

Wilson Reis  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Deodoro  
Deodoro Giamatei  
Secretário



## Lei Municipal nº 590/68

"Na nova redação ao parágrafo 1º do artº 1º da Lei nº 587/68."

Melson Pires, Prefeito Municipal do Genorol Col.  
gado, Estado de São Paulo, etc. Faço sa-  
ber que a Câmara Municipal aprovou  
e eu sanciono a seguinte lei:

É Único - A venda a que se refere  
este dispositivo, deverá ser feita com o intuito aos  
dividendos vencidos e vincendos e a bonificação  
distribuída na Assembleia Geral de Acionistas  
de Petróleo S/A., realizada em 15 de março p.p.

Prefeitura Municipal, 3 de setembro de 1968.

Melson Pires  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Cartório em data supra.



Pedro Gramatei  
Escritário

Lei Municipal nº 591/68

1. Autoriza o Prefeito Municipal a contrair dívidas com a Caixa Econômica e Bancos.

Wilson Pin, Prefeito Municipal de  
Guarulhos, Estado de São Paulo,  
etc, faz saber que a Câmara Municipal  
por acórdão de 14 de setembro de 1968  
Lei:


Art. 1º. Lica o Prefeito Municipal  
de Guarulhos, autorizado a contrair dívidas  
com a Caixa Econômica Estadual e Bancos.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposi-  
ções em contrário.

Prefeitura Municipal, 2 de outubro de 1968.

Wilson Pin  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra

  
Pedro Gramatei  
Secretário

Lei municipal nº 592/68

Infelton Pir, Prefeito municipal de Guaratulândia,  
Estado de São Paulo, usando de suas atribuições  
que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara  
deputada, dele sanciona a seguinte lei:

Artº 1º. Lica a Prefeitura municipal autorizada  
a proceder a pavimentação das ruas, avenidas e praças  
da cidade, observando os regulamentos e obrigações pre-  
vistas por esta lei.

### Capítulo I

#### Da execução do Serviço de Pavimentação

Artº 2º. As obras de pavimentação de ruas,  
avenidas e praças da cidade serão determinadas medi-  
ante plano previamente estabelecido pela Prefeitura,  
contendo indicações completas dos serviços a serem execu-  
tados respectivos projetos, especificações e orçamentos.

Artº 3º. Entende-se por serviços de pavimentação,  
além de pavimentação propriamente dita, a parte car-  
regável das ruas, mais os trabalhos preparatórios e  
complementares necessários terraplanagem, obras de mo-  
nito de águas pluviais, excluindo-se as galerias  
de águas pluviais que se estendam por áreas não  
públicas, execução e colocação de guias e sarjetas, su-  
viro do passeio e maquinários próprios, projetos e or-  
çamentos e demais serviços auxiliares e substituintes  
relacionados, inclusive administração e fiscalização,  
cujo custo será obrigatoriamente incluído no orçamento.

Artº 4º. Estabelecido o programa de execução  
de serviço, o Prefeito determinará os meios a serem

pavimentados, levando em conta a delegação orgânica  
em voto existente e deliberando sobre a conveniência  
da execução do serviço por empreitada ou por admi-  
nistração.

§ único - Se houver conveniência na execução  
por empreitada será aberta a concorrência concor-  
rência pública com as cautelas e exigências lo-  
bituais, podendo a Prefeitura recorrer em não  
os materiais necessários.

## Capítulo II

Art. 5º - Fica a Prefeitura expressa autorizada a  
recorrer pela "Taxa de Pavimentação", os custos devidos  
pelos proprietários beneficiados com a pavimentação,  
nos termos do art. 13º da presente lei.

Art. 6º - A "Taxa de Pavimentação" é devida pe-  
los serviços de pavimentação de ruas, avenidas e pro-  
priedades dos imóveis situados nas  
ruas públicas proporcionalmente ao número de metros de  
frente de cada propriedade, tanto quanto de trator de  
via ainda não pavimentada, sendo quando por motivos  
de interesse público, a jurisdição da Prefeitura, devesse a  
pavimentação já existente em substituição outros mais  
perfeitos.

§ Único - Nos casos de substituição de pavimen-  
tação, a "Taxa de Pavimentação" devida por cada pro-  
prietário, será a diferença entre o custo da pavimen-  
tação antiga e a nova, reputando-se nulo para  
efeito o custo de simples apedregulhamento.

Art. 7º - O custo dos serviços de pavimen-  
tação que vierem a ser executados nos termos dis-  
ta lei, será devida pelos proprietários de imóveis  
situados na parte beneficiada pela obra.

§ 1º A divisão das cotas a serem pagas pelos proprietários de imóveis corresponderá a 100% (cem por cento) no montante das despesas sendo taxado 50% (cinquenta por cento) por cada lado.

§ 2º Para se apurar a responsabilidade de cada proprietário será considerado a metragem do imóvel em limite com a via pública em toda a sua extensão.

§ 3º Será enviado à Prefeitura, mediante lançamento em adiantamento, cobrar quaisquer diferença entre o custo real da obra e o que foi lançado, quer essa diferença resulte de erros encontrados ou alterados de preços unitários que efetivamente pagos.

Artº 8º. Para cálculo de responsabilidade de cada proprietário, serão computados qualquer extensões de terrenos marginais as construções que gozarem de imunidades fiscais, computando também as áreas dos lotes das vias públicas que unjam com o trecho pavimentado, que será dividido em parcelas proporcionalmente a metragem de cada contribuinte beneficiado com a pavimentação.

Artº 9º Em laudo de condomínio quer se trata de simples terreno ou terreno com edifícios, a taxa será lançada em nome de todos os condôminos, na razão das respectivos cotas de cada um.

Artº 10º Liquidados as responsabilidades, a Prefeitura publicará a lista dos proprietários devedores e os notificará por aviso direto aos seus respectivos síndicos e respectivos cotas, bem como a época de pagamento de cada prestação.

Artº 11º Até (quinze) 15 dias contados da data de entrega das comunicações que trata o artigo anterior, o proprietário poderá reclamar relativamente às atas de suas responsabilidades mediante requerimento dirigido ao Prefeito.

§ 1º Se houver reclamações, o Prefeito ordenará as diligências que julgar oportuna, e verificando qualquer irregularidade ou irregularidade mandará fazer as retificações necessárias.

§ 2º Do despacho do Prefeito caberá recurso, cujo efeito suspensivo dentro do prazo de 15 dias, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º Devidos favoravelmente o recurso, sua falta a retificação dos lançamentos.

Artº 12º Devidos os prazos estipulados no artigo anterior e não havendo recurso, sua o contribuinte lançado em livro próprio, para pagamento da taxa de sua responsabilidade de acordo com as disposições desta lei.

Artº 13º A "Taxa de pavimentação", devida por cada contribuinte será dividida em seis (6) parcelas iguais, que serão arrecadadas mensalmente a partir do início de construção da pavimentação.

§ 1º Havendo auxílio ou empréstimo por parte do Estado ou da União, o prazo será de três (3) anos, divididos em 12 (doze) parcelas iguais vencíveis trimestralmente, a partir da data do início da construção de pavimentação.

§ 2º As parcelas serão devidas de juros anuais simples de 10% (dez por cento) ao ano, sobre a 1ª parcela.

Artº 14º Vencido o prazo de recolhimento.

de qualquer prestação sem que o pagamento tenha sido efetuado, a Prefeitura providenciará imediatamente a cobrança judicial com o acréscimo de 20% (vinte por cento) de multa sobre o valor além dos dispêndios com a execução.

Art.º 15.º É facultado ao contribuinte, o pagamento antecipado das prestações, gozando nestes casos dos seguintes benefícios:

a) Quando efetuar antecipadamente o pagamento de suas prestações, descontos dos juros de que trata o § 2.º do artigo 13.º.

b) Pagamento antecipado do total das prestações, desconto de 10% (dez por cento), sobre o total, além dos juros.

Art.º 16.º Fica a Prefeitura autorizada a entrar em entendimento com os proprietários beneficiados com a pavimentação, ao receber destas Promissórias avalizadas, com os vencimentos dos respectivos quotas como garantia da execução dos serviços, gozando dos descontos previstos pelas letras "a" e "b" do artigo anterior, podendo dar ao contribuinte a quitação de sua responsabilidade.

Art.º 17.º Em caso de alienação do imóvel a dívida ou taxa transferir-se-á adquirente do imóvel, que será responsável pela mesma.

Art.º 18.º A escrituração dos lançamentos da "Taxa de Pavimentação", será feita em livro especial no qual consignarão todas as dívidas, os pagamentos, as deduções e débitos, as substituições e quaisquer elementos relativos a taxa. A repartição competente manterá inventariada e arrolamentos de modo a poder prestar em qualquer tempo as informações que forem necessárias referentes à taxa.

Artº 19º A iniciativa da obra poderá caber:

a) Própria Prefeitura e

b) Por solicitação dos proprietários interessados em serem beneficiados pela obra, desde que um terço deles o requirir a Prefeitura.


Artº 20º As despesas com execução desta Lei, cobradas por centas das redes especiais próprias consignadas em orçamento, suplementados na Contabilidade Municipal.

Artº 21º Esta Lei entrará em vigor no data de sua publicação revogados os anteriores em contrário.

Prefeitura Municipal, 2 de outubro de 1968.

Nelson Reis  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria no data supra.

  
Roberto Guimarães  
Secretário



Lei nº 593/68

"Renova o Plano de Numeração Alfabetica de Ruas, Avenidas e Praças da cidade de General Salgado".

Nelson Pires, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições etc:

Faço saber que o Conselho Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artº 1º É renovado o Plano de Numeração Alfabetica de Ruas, Avenidas e Praças da cidade de General Salgado, Estado de São Paulo, tudo na forma do Manual Normativo do Tipo de Numeração, Tabelas de Ruas e Logradouros a serem numerados e a Planta Geral da cidade, anexos que fazem parte integrante desta Lei.

Artº 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Salgado, 14 de outubro de 1968.

O Prefeito Municipal

Nelson Pires

Registada e publicada na Secretaria da Administração, na data supra, e na forma de costume.

*Carimbo*  
Pedro Gianetti  
Secretário

Lei nº 594/68

"Disposições relativas aos cargos de Auxiliar de Fiscal de Obras e Auxiliar de Patrimônio".

Aplicar leis, Decreto Municipal de  
Governo Federal, Estado de São Paulo,  
etc., usando de suas atribuições.

Art. 1º: Ficam criados no quadro de  
funcionários municipais, os cargos de Auxiliar Fis-  
cal de Obras e Auxiliar de Patrimônio, desta cidade.

Art. 2º: Regulam-se quanto ao exercício  
de suas funções, respectivamente, os artigos 164, 165  
e 166, 167 e 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000.

Art. 3º: Será aberto no orçamento municipal  
um crédito especial de R\$ 1.574.96 (um mil quinhentos  
e setenta e quatro mil e noventa e seis centavos),  
para atendimento dos despesas decorrentes desta lei.

Art. 4º: Esta lei entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 14 de outubro de 1968

Aplicar leis  
Prefeitura Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Exato  
Pedro Guimarães  
Secretário

Lei nº 595/68

"Disposições e alterações no quadro de servidores variáveis".

Apelson Pires, Prefeito Municipal de General  
Lagado, Estado de São Paulo, etc.

Artº 1º O quadro de servidores variáveis da municipalidade, fica alterado e reajustado, conforme dispõe o anexo nº 1.

Artº 2º Os vencimentos dos servidores variáveis serão observados no anexo nº 2.


Artº 3º As despesas decorrentes da presente lei, serão cobertas com o saldo de caixa de arrecadação a se verificar no presente exercício.

Artº 4º Esta lei entrará em vigor na data de 1º de outubro do corrente exercício, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 14 de outubro de 1968.

Apelson Pires  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em Cartório na data supra.

  
Roberto Bianchi  
Secretário

Anexo 1

Quadro de servidores variáveis de que trata o art. 1º da Lei nº 595/68 de 14/Outubro/1968.

espécie

nº de cargos

jardineiro

2

leiteiro

2

cozeiro

3

guarda estufas

4

efectos de oficina

1

Prof. C. Costura

1

Consultor jurídico

1

Euc. Serviço Água

1

Almoxarife

1

Amistade Social

1

Telefonia

4

Euc. Serv. Telefonia

1

Diaristas

Por necessidade de serviço

2

Euc. Serviço Água

1

Leilador Serv. Água

Anexo nº 2 - da Lei 595/68

Referências numéricas e seus aumentos

Referência Valor mensal Referência Valor mensal

1

131.25

13

262.50

2

142.19

14

273.43

3

153.13

15

284.37

4

164.06

16

295.31

5

175.00

17

306.25

6

185.94

18

317.18

7

196.87

8

207.81

9

218.75

10

229.68

11

240.62

12

251.56


Equadramento do Pessoal Variável em relação aos 02 anos.

Largo	Referência	Valor mensal
Indireto	2	142.19
Livreiro	2	142.19
Cozinheiro	2	142.19
Guarda	2	142.19
Oficial auxiliar	2	142.19
Prof. C. Costa	4	164.06
Consultor jurídico	9	218.75
Enc. Serv. Água	9	218.75
Encargado de abastecimento	7	196.87
Secret. S. Água	2	142.19
Almoxarife	4	164.06
Assistente social	4	164.06
Telefonistas	4	164.06
Encargado C. Telefone	4	164.06
Almoxarife	1	131.25

Presidência Municipal, 14/ outubro / 1968

Assinado Luis  
Presidente Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria data supra.

  
Pedro Gomes  
secretário

Lei nº 596/68

Yelson Pires, Prefeito Municipal de  
Guaia, Paragodi, Estado de São  
Paulo, etc.

Artº 1º O quadro de servidores fixos  
da municipalidade, fica alterado, reafirmado,  
conforme dispõe o anexo 1.

Artº 2º Os aumentos dos servidores  
fixos são os observados ao anexo nº 2.

Artº 3º As despesas decorrentes da  
presente lei, são cobertas com o saldo de  
exercício do arrecadador a verificar-se no  
presente exercício.

Artº 4º Esta lei entrará em vigor  
na data de 1º de setembro do corrente, revo-  
gando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 14 de setembro de 1968.

Yelson Pires  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria, de acordo com a  
Lei nº 596/68.

Pedro Fianetti  
Secretário

Anexo nº 1

Quadro dos servidores fixos de que trata o art. 1º da Lei 596/68.

Espécie	nº de cargos
Presumo	1
Leitantes	1
Leitantes	1
Leitantes	1
Aux. Leitantes	1
Contadores	2
Aux. Contadores	1
Secal Geral	1
Secal Obras	1
Aux. Secal Obras	1
Leitantes - Parteiros	1
Espectantes	4
Tratantes	1
Parteiros	2
Aux. Parteiros	2

Reputação municipal, 14 de outubro de 1968.

Sebastião Dias

Deputado Municipal

Publicado e registado nesta autarquia em data supra.

Pedro

Pedro Girassol

Leitantes

Artigo nº 2 da Lei 596/68

Definição municipal e seus circunscritos

Referencia	Valor Mensal	Referencia	Valor Mensal
1	131.25	10	229.68
2	142.19	11	240.62
3	153.13	12	251.56
4	164.06	13	262.50
5	175.00	14	273.43
6	185.94	15	284.37
7	196.87	16	295.31
8	207.81	17	306.25
9	218.75	18	317.18

Equivalência do Pessoal Lixo em relação ao mesmo grupo.

Cargo	Referencia	Valor Mensal
Encarregado	15	284.37
Leitor	15	284.37
Leitor de	15	284.37
Leitor de	15	284.37
Aux. Leitor	14	273.43
Leitor	8	207.81
Aux. Leitor	9	218.75
Leitor	4	164.06
Leitor	13	262.50
Aux. F. Obras	11	240.62
Leitor - Porteiro	4	164.06
Leitor	7	196.87
Leitor	9	218.75
Leitor	9	218.75
Aux. Leitor	5	175.00

Anexo 3 de que trata a Lei 596/68



Luções gratificados, pro. laboris educatis vantagem.

fulgader	12/11	39.06	
lutaris SAM	12/11	39.06	
lutaris. lamar	12/11	90.00	
luc. lra	12/11	39.06	
Haras naquinos	12/11	0.10	p/haia euso portado
Quella lara	12/11	8.00	memais

Refutura efumyol, 14 de outubro de 1968

Refutura efumyol

Publicada, negatada a lutaris eucata supro.

Refutura efumyol

Lei 597/68

Melhor Reis, Prefeito Municipal de  
Guaíba, Estado de São  
Paulo, etc.

Artº 1º - Serão criados no quadro de serviço  
municipal, mais (2) dois cargos de comissão  
para os distritos de Nova Santa Rita e Indaiá e referas.

Artº 2º Remuneração garantida no exercício de  
estes cargos respectivamente, vencimentos mensais de  
R\$ 142,19 cada um.

Artº 3º Fica aberto na Autarquia Municipal  
um crédito especial de R\$ 1.137,52 (mil  
cento e trinta e sete reais e cinquenta e dois  
centavos).

Artº 4º Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposi-  
ções em contrário.

Prefeitura Municipal, 14 de outubro de 1968

Melhor Reis  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Prefeitura em data supra.

~~Assinatura~~  
Vitoriano Gomes  
Secretário

Lei municipal nº 598/68

"Lei de abertura de crédito especial".

Euclides Pires, Prefeito Municipal de  
Quilômetro 14, Estação de São Paulo etc.,  
faz saber que a Câmara Municipal de-  
creta e do município a seguinte  
lei:

Artº 1º: Fica aberto no Município  
Municipal, um crédito especial de R\$ 551.25 (quinhentos e cinquenta e um cruzéis novos e vinte e cinco centavos), para pagamento de licença-prêmio aos funcionários desta municipalidade a quem for devido.

Artº 2º: A Lei de abertura de crédito, será cobrada com o saldo de caixa de arrecadações a verificar-se no período exercido.

Artº 3º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, 14/Outubro/1968

Euclides Pires  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Livro de Atas, datada e assinada  
Piedade  
Piedade  
Secretaria

599/68

"Dispõe s/ abertura de crédito especial".

Ulysses Reis, Prefeito Municipal de  
General Salgado Estado de São  
Paulo, etc.

Artº 1º Fica aberto na Prefeitura  
Municipal, um crédito especial no valor de R\$  
20.000 (vinte mil cruzeiros novos), para cobertura dos  
despesas de manutenção esportivas para o esporte  
de Prudência e afins.

Artº 2º Para cobertura do crédito especial,  
utilizar-se-á de recursos provenientes do exorcise  
de arrecadações do presente exercício.

Artº 3º Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposi-  
ções em contrário.

Prefeitura Municipal, 14/Outubro/1968.

Ulysses Reis  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada pelo Secretário de Administração.

Assinado  
Pedro Gramatei  
Secretário

Lei nº 600/68

"Revisão e abertura de crédito especial no valor de R\$ 200.000."

Adilson Reis, Prefeito municipal  
do Genes dos Lagos, Estado de São  
Paulo, etc.

Artº 1º: Fica aberto na Contabilidade mu-  
nicipal, um crédito especial de R\$ 200.000 (duzentos  
mil reais novos).

Artº 2º: Refundado crédito aberto, se ao  
pagamento das despesas de materiais esportivos para  
o distrito de São João da Boa Vista.

Artº 3º: Para cobertura do referido  
crédito, utilizar-se-á de recursos provenientes do  
excesso de arrecadação do presente exercício.

Artº 4º: Esta Lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal, 14 de outubro de 1968

Adilson Reis  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Carteira de Registro Municipal

Edio Jacinto  
Secretário

Sci. n.º 601/66

"después de la altura de crédito especial."

apeloar Reis, Prefeito municipal;  
port do General Lutz da Estada  
do de São Paulo, etc.

Out: 1º Lica abito na Cantadonia  
municipal, um credito especial de 1.200.00 (hum  
mil e duzentos cruzados).

Art.º 2º. Refeido crédito destina-se ao pagamento das profissões do curso de administração, durante quatro meses.

Art.º 3.º Sua estatutação das despesas au-  
tização das no artigo 1.º, desta lei, sua utilização  
o espaço de arrecadação a unificar-se no  
mesmo exercício.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidencia Municipal, 14 de octubre de 1968

Hansen Paris  
Perfecto refundado

Publicada e registada na Secretaria em data supra.

Pietro Girometti  
secretario

## Lei nº 602/68

Estima a Receita e fixa a despesa do município de Jol Solgado, para o exercício de 1969.

Nelson Pires, Prefeito Municipal em exercício de Jol Solgado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faço saber, que a Câmara Municipal decreta e em promulga a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Jol Solgado, para o exercício financeiro de 1969, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a despesa em NGS 970.000,00 (novecentos e setenta mil cruzeiros novos), respectivamente.

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação dos tributos e outros contribuições correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo nº 1, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - Receitas Correntes NGS		NGS
1.1 - Receita Tributária	187.520,00	
1.2 - Receita Patrimonial	100,00	
1.3 - Receita Industrial	17.200,00	
1.4 - Transferências	254.000,00	
1.5 - Receitas Diversas	21.480,00	480.300,00
2 - Receitas de Capital		
2.2 - Operações de Crédito	185.000,00	
2.4 - Amortizações de Empréstimos		
Concedidos	185.000,00	
2.5 - Transferências de Capital	119.700,00	489.700,00
TOTAL		970.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada na forma do quadro analítico constante do Anexo nº 2, e conforme o seguinte desdobramento:

0	-GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL.....	77.311,39
1	- Administração Financeira.....	103.017,39
2	- Defesa e Segurança.....	8.825,12
4	- Viação, Transporte e Comunicações....	171.388,25
6	- Educação e Cultura.....	85.161,53
7	- Saúde.....	16.460,00
8	- Bem-Estar Social.....	49.040,07
9	- Serviços Urbanos.....	458.795,25
	TOTAL.....	970.000,00

Art.4º- Fica o Poder Executivo autorizado a expedir decreto as Tabelas Explicativas de distribuição das verbas discriminadas no anexos, por unidade administrativas.

Art.5º- Fica o Prefeito Municipal autorizado a:

I- Realizar Operações de Crédito, na conformidade d art. 3º, Parágrafo Único e Art.7º, item II, da Lei federal nº.4.320 de 17/3/1964.

II- Abrir créditos suplementares até o limite de 50 (cincoenta por cento) da despesa fixada, na forma do previsto no --

III- Abrir créditos especiais, destinados a ocorrer despesas novas, surgidas durante a execução orçamentária, não esp

IV- Proceder a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, de uma para outra unidade orçamentária quando considerada indispensável à movimentação do pessoal, dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas e que se realize em obediência à legislação específica (art.66, § Único, da Lei Federal nº. 4.320 de 17/3/1964).

Art.6º- Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1969.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 30 de outubro de 1968.

a) Nelson Pires  
-Prefeito Municipal-



Lei nº 603 de 22/novembro/68

"Dispõe sobre um empréstimo de R\$ 335.670,00 a ser contratado com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo".

Apresentar, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, etc.  
Para saber que a Câmara Municipal aprova e eu promulgo a seguinte lei:

Artº 1º Fica a Prefeitura Municipal autorizada a contratar com a Caixa Econômica do Estado de S. Paulo, um empréstimo até a importância de R\$ 335.670,00 (trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e nove centavos), destinando-se R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais e novecentos e noventa e sete reais e nove centavos) à realização dos obras de pavimentação parcial de ruas do município, de acordo com os estudos e projetos elaborados e aprovados a propósito, e R\$ 35.670,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e nove centavos), ao sustento do "Taxa de Expediente" instituída pela Resolução nº 665/SP-CA-6/64.

Artº 2º Fica expressamente autorizada a inclusão no contrato que for elaborado de todos os cláusulas e condições aditados em quaisquer das naturezas e, de modo especial, as seguintes:

a - prazo máximo até 5 (três) anos, com resgate em prestações mensais de juros e amortizações pela Tabela Price, devendo-se a 1ª prestação 36 (trinta e seis) meses após a data da última parcela do empréstimo.

b - juros de 12% (doze por cento) ao ano, contados sobre as importâncias em débito relativas a negociação de 1% (um por cento) na falta de pagamento, nos prazos nos prazos estipulados, dos pagamentos de juros e amortizações do empréstimo, vigorando o acréscimo durante o período de atraso.

c - garantia dos rendos provenientes dos taxas de pavimentação e dos demais rendos do município, incluindo o exco de amercadoes devido pelo Estado, relativo ao último exercício, e a quota atribuída ao município por força do disposto no artigo 24, item II, § 4º, da Constituição do Brasil, da quota do último exercício prevista no artigo 15, § 4º, da Constituição Federal e dos quotas obytos dos artigos 26. 28 da Constituição do Brasil.

d. multa de 10% (dez por cento) sobre o montante do débito para atender as despesas de execução judicial, na caso de inadimplimento do contrato por parte do município.

Artº 3º As hipotecas e garantias consignadas Urbanas e rurais para pagamento de juros e amortizações do financiamento, que sua custódia com os rendos dos próprios juros e subsídios, juntamente com os demais rendos municipais.

Artº 4º Para efeito de garantia mencionada na alínea "c", anteriormente, ao art. 3º, as taxas que passaram a ser amercadoes devido que os serviços sejam postos a disposição dos beneficiários nos termos da Lei nº 592 de 2/10/68, serão ajustadas as remunerações do custos e amortizações, mediante estudos de

nomes e filiações. A Prefeitura Municipal obriga-se a entregar os autos de dilação aos contribuintes do serviço de pavimentação, os quais somente poderão ser pagos em qual-quer agência local da "Caixa", conforme for combinado o que se referir aos encargos financeiros contratuais mensais, ficando a mesma autorizada a cobrar as despesas mensais de juros e amortização do principal e juros, no caso empenho de os respectivos contribuintes.

Artº 5º Para cumprimento e efetivação da garantia de que trata a alínea "c", partes mé-dia e final, do artigo 2º, fica a Prefeitura Municipal, autorizada a casar a Caixa Eco-nômica do Estado de São Paulo, em caráter irrevogável e exclusivo, os poderes necessários para o recebimento das quotas relativas ao último exercício, referente ao exato de avoca-ção estadual sobre a municipal e ao im-posto de renda, conforme previsto nos artigos 10 e 15, § 4º, da atual Constituição Federal, bem como para o recebimento das quotas atribuí-das ao município por força do disposto no artigo 24, item II, § 1º, e no artigos 26 e 28 da Constituição do Brasil, devendo a Caixa Eco-nômica entregar ao município o total que receber, ou o saldo respectivo, na hipótese de atraso no pagamento das quotas do impositivo.

Artº 6º Fica a "Caixa" desde já au-torizada a contratar a execução das

obras, observadas as condições que foram estipuladas na escritura de concessão do supramencionado.

§ único - O contrato respectivo atribuirá à municipalidade a execução para os serviços acima, na condição que melhor consulte os interesses do município, adicionando as especificações constantes do orçamento já elaborado, reservando-se a cidade a fiscalização de executar a obra, por intermédio de seus órgãos próprios.

Artº 8º - Fica aberto na Contabilidade municipal um crédito especial de R\$ 134.800,00 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais), com vigência de (14) catorze meses para executar as despesas da escritura e outros despesas de contratação do empreendimento autorizado no artigo 1º, inclusive do pagamento dos juros sobre os empréstimos que foram dados à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, referentes ao mesmo empréstimo.

§ único - O valor do presente crédito será coberto com emissão de crédito que o Senhor Prefeito fica autorizado a proceder.

Artº 9º - Fica igualmente aberto na Contabilidade municipal, um crédito especial de R\$ 335.600,00 (trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), com vigência de (18) dezoito meses, a partir da assinatura do contrato de empréstimo autorizado pelo presente lei.

§ 1º - O valor do presente crédito será suprido exclusivamente na execução das

obras de pavimentação e no custeio da "Tasa de Expediente", nos termos do art. 1º desta lei.

§ 2º O presente crédito será cobrado sem recurso perante a obrigação financeira autorizada pelo art. 1º da presente lei.

Artº 10º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Resolução municipal, 22/novembro/68.

Deputado municipal

Publicado e registrada junto Secretaria de Estado.

Secretário

Lei nº 604 de 22/11/1968.

"Autoriza o Senhor chefe do Executivo a ceder em comodato, e por tempo indeterminado, o Paço municipal para localização do Fórum local."

Agelton Pires, Prefeito Municipal de General Figueiredo, Estado de São Paulo, etc.  
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou em promulgo a seguinte lei:

Artº 1º. Lica o Executivo municipal autorizado a promover a cessão em comodato, e por tempo indeterminado, do prédio do Paço municipal, junto ao Governo do Estado, para a instalação ali do Fórum local.

Artº 2º. As despesas decorrentes da execução da presente lei serão cobertas por operações de crédito.

Artº 3º. Esta lei entrará em vigor no ato de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

General Figueiredo, 22/Novembro/1968

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria, do ato supra.

Secretário

Lei nº 605/68

Autoriza a criação da rede telefônica municipal urbana e interurbana à COTESP.

Eu, o Sr. Prefeito Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, etc. faz saber que a Câmara de Jundiaí e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Sr. Prefeito Municipal a autorizar a criação de rede telefônica municipal, urbana e interurbana, com todos os seus pertences, à COTESP - Companhia de Telecomunicações do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jundiaí, 22/novembro/1968

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Secretário

Lei nº 606/68

"Autoriza o Executivo Municipal a vender mediante remissão pública diversos veículos de propriedade do Município".

Euclides Reis, Prefeito Municipal de  
General Lages, Estado de São Paulo,  
faz saber que o Conselho Municipal  
aprova e em promulga o seguinte lei:

Artº 1º Fica o Senhor Prefeito Municipal  
autorizado a promover a venda, mediante rem-  
issão pública, dos seguintes veículos de  
propriedade do Município:

1 (uma) camioneta Chevrolet - ano 1966

1 (uma) perua (Kombi) Volkswagen - " 1967

1 (um) caminhão Chevrolet " 1964

Artº 2º Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

General Lages, 22/nov-68/1968

Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Livro nº 10, de 1968.

secretário



Lei nº 604/68

"Autoriza o Executivo municipal a emitir títulos de créditos públicos".

Juliano Pinheiro, Prefeito Municipal de  
Guaraci, Estado de São  
Paulo, etc. faz saber que a le-  
iwa oporva e li promulga  
a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o senhor chefe do executivo  
autorizado a emitir títulos de dívida pública  
até o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta  
mil cruzados novos).

Art. 2º. O produto dos empréstimos se desti-  
nará a cobertura de despesas do município.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogados os dispo-  
sições em contrário.

Guaraci, 22/novembro/68

Prefeito Municipal

Publicado e registrada esta Lei na  
data supra.

Secretário

Visto  
GCM  
19/11/68  
MEMORI  
AUDITOR